

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PATRÍCIA KRAUSS SERRANO PARIS

**UM ESTUDO DE PERCEPÇÕES DE ONGS
AMBIENTALISTAS CAPIXABAS ACERCA DA RELEVÂNCIA
DE INDICADORES AMBIENTAIS DA GRI (*GLOBAL
REPORTING INITIATIVE*)**

VITÓRIA
2012

PATRÍCIA KRAUSS SERRANO PARIS

**UM ESTUDO DE PERCEPÇÕES DE ONGS
AMBIENTALISTAS CAPIXABAS ACERCA DA RELEVÂNCIA
DE INDICADORES AMBIENTAIS DA GRI (*GLOBAL
REPORTING INITIATIVE*)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Maia de Siqueira.

VITÓRIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P232e Paris, Patrícia Krauss Serrano, 1986-
Um estudo de percepções de ONGs ambientalistas
capixabas acerca da relevância de indicadores ambientais da
GRI (Global Reporting Initiative) / Patrícia Krauss Serrano Paris.
– 2012.
148 f. : il.

Orientador: José Ricardo Maia de Siqueira.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Organizações não-governamentais - Espírito Santo
(Estado). 2. Sustentabilidade. 3. Indicadores ambientais. I.
Siqueira, José Ricardo Maia de. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III.
Título.

CDU: 657

PATRÍCIA KRAUSS SERRANO PARIS

UM ESTUDO DE PERCEPÇÕES DE ONGS AMBIENTALISTAS
CAPIXABAS ACERCA DA RELEVÂNCIA DE INDICADORES
AMBIENTAIS DA GRI (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 15 de agosto de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Ricardo Maia de Siqueira
UFRJ/UFES
Orientador

Prof. Dr. Alfredo Sarlo Neto
UFES

Profª Drª Alessandra de Sá Mello da Costa
PUC-Rio

Ao meu amado pai, João Guilherme Paris.

RESUMO

A iniciativa da ONG internacional *Global Reporting Initiative* (GRI) se destaca mundialmente, no intuito de minimizar problemas percebidos na qualidade das informações divulgadas em Relatórios de Sustentabilidade. Dentre as iniciativas da GRI, tem-se a elaboração de indicadores relacionados a aspectos ambientais. No contexto de crescente preocupação em relação aos impactos da atividade humana no meio ambiente, e considerando que a relevância dessa ferramenta de evidenciação ambiental depende da percepção por parte dos usuários da relevância das informações nela contidas, o objetivo deste trabalho é: analisar a percepção de organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas atuantes no Espírito Santo acerca da relevância dos indicadores ambientais essenciais na terceira versão do modelo GRI. Para tanto, um questionário foi encaminhado a 52 ONGs, obtendo-se 24 respostas. Indicadores e respondentes foram analisados de acordo com os perfis de respostas atribuídas. Verificou-se que todos os indicadores ambientais considerados essenciais pela GRI foram julgados, majoritariamente, como de significativa relevância, pelas ONGs respondentes, ou seja, o modelo GRI tem capacidade de atender a anseios desse segmento da sociedade, atuante no Espírito Santo. Os resultados sinalizam a importância dos indicadores ambientais essenciais da GRI nos relatórios de sustentabilidade, e que a crescente internacionalização de padrões para evidenciação de aspectos relacionados a problemáticas globais relativas ao meio ambiente não diminui, necessariamente, a sua relevância para usuários em localidades específicas.

Palavras-chave: Evidenciação Ambiental. Relatórios de Sustentabilidade. *Global Reporting Initiative* - GRI. Indicadores ambientais. Percepção de usuários.

ABSTRACT

The Global Reporting Initiative (GRI) stands out worldwide in order to minimize perceived quality problems in Sustainability Reports. One of GRI's initiatives is the development of environmental indicators. In the context of growing concern about environmental impacts of human activity, and considering environmental disclosure tool relevance for users depends on their relevance perception on the information it contains, the purpose of this study is: to analyze the perceived relevance by environmentalists non-governmental organizations (NGOs) in Espírito Santo (Brazilian state) on the essential environmental indicators in GRI's third version. Questionnaires were sent to 52 NGOs, resulting in 24 responses. Indicators and respondents were analyzed according to their responses profiles. It was found that all the environmental indicators considered essential by GRI were mostly indicated as being of significant importance, by respondents, what means GRI has the ability to meet this segment of Brazilian society's expectations. The results signalize the GRI essential environmental indicators importance on sustainability reports, and that disclosure standards internationalization for basic global issues related to the environment does not diminish its importance to users, in specific locations.

Keywords: Environmental Disclosures. Sustainability Reports. Global Reporting Initiative - GRI. Environmental indicators. Users Perception.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Ambientais Essenciais da GRI.....	65
Quadro 2 - Critérios para classificações e subclassificações de indicadores.....	68
Quadro 3 - Quantidade de contatos de ONGs obtidos.....	84
Quadro 4 - Perfil dos Respondentes (Cargo/Tempo/ONG).....	90
Quadro 5 - Indicadores x Frequência de Respostas Atribuídas.....	113
Quadro 6 - Percentagens de relevância significativa por informações ambientais	114
Quadro 7 - ONGs x Frequência de Respostas Atribuídas.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição das Respostas (Indicador EN1).....	93
Tabela 2 - Composição das Respostas (Indicador EN2).....	94
Tabela 3 - Composição das Respostas (Indicador EN3).....	95
Tabela 4 - Composição das Respostas (Indicador EN4).....	96
Tabela 5 - Composição das Respostas (Indicador EN8).....	97
Tabela 6 - Composição das Respostas (Indicador EN11).....	98
Tabela 7 - Composição das Respostas (Indicador EN12).....	99
Tabela 8 - Composição das Respostas (Indicador EN16).....	100
Tabela 9 - Composição das Respostas (Indicador EN17).....	101
Tabela 10 - Composição das Respostas (Indicador EN19).....	102
Tabela 11 - Composição das Respostas (Indicador EN20).....	103
Tabela 12 - Composição das Respostas (Indicador EN21).....	103
Tabela 13 - Composição das Respostas (Indicador EN22).....	104
Tabela 14 - Composição das Respostas (Indicador EN23).....	105
Tabela 15 - Composição das Respostas (Indicador EN26).....	106
Tabela 16 - Composição das Respostas (Indicador EN27).....	107
Tabela 17 - Composição das Respostas (Indicador EN28).....	108
Tabela 18 - Distribuições dos Resultados (INDICADORES x RESPOSTAS).....	110
Tabela 19 - Resultados (INDICADORES X RESPONDENTES).....	118
Tabela 20 - Distribuições dos Resultados (RESPOSTAS x RESPONDENTES)...	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos Respondentes (Foco no Cargo).....	91
Gráfico 2 - Perfil dos Respondentes (Foco no Tempo).....	92
Gráfico 3 - Composição das Respostas (Indicador EN1).....	93
Gráfico 4 - Composição das Respostas (Indicador EN2).....	94
Gráfico 5 - Composição das Respostas (Indicador EN3).....	95
Gráfico 6 - Composição das Respostas (Indicador EN4).....	96
Gráfico 7 - Composição das Respostas (Indicador EN8).....	97
Gráfico 8 - Composição das Respostas (Indicador EN11).....	98
Gráfico 9 - Composição das Respostas (Indicador EN12).....	99
Gráfico 10 - Composição das Respostas (Indicador EN16).....	100
Gráfico 11 - Composição das Respostas (Indicador EN17).....	101
Gráfico 12 - Composição das Respostas (Indicador EN19).....	102
Gráfico 13 - Composição das Respostas (Indicador EN20).....	103
Gráfico 14 - Composição das Respostas (Indicador EN21).....	104
Gráfico 15 - Composição das Respostas (Indicador EN22).....	105
Gráfico 16 - Composição das Respostas (Indicador EN23).....	106
Gráfico 17 - Composição das Respostas (Indicador EN26).....	107
Gráfico 18 - Composição das Respostas (Indicador EN27).....	108
Gráfico 19 - Composição das Respostas (Indicador EN28).....	109
Gráfico 20 - Relações Percentuais (Indicadores x Respostas).....	112
Gráfico 21 - Relações Percentuais (Respostas x Respondentes).....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i>
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CEE/ES	Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas do Estado do Espírito Santo
CNEA	Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
ECO-92	Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECOLISTA	Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas
GAPIA	Grau de aderência plena aos indicadores adicionais
GAPIE	Grau de aderência plena aos indicadores essenciais
GAPIT	Grau de aderência plena aos indicadores totais
GEE	Grau de evidenciação efetiva
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	14
1.3	OBJETIVOS E PRESSUPOSTO	14
1.4	RELEVÂNCIA DA PESQUISA	15
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	16
1.6	ESTRUTURA DA PESQUISA	16
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1	ORGANIZAÇÕES E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	18
2.1.1	<i>Histórico da preocupação com meio ambiente e qualidade de vida</i>	18
2.1.2	<i>Teorias Organizacionais: homem x organização x meio ambiente</i>	24
2.1.3	<i>Ética e Responsabilidade Social Empresarial</i>	28
2.2	CONTABILIDADE E EVOLUÇÃO SOCIAL	41
2.2.1	<i>Contabilidade e evidenciação de aspectos socioambientais</i>	41
2.2.2	<i>Relatórios de Sustentabilidade</i>	47
2.2.3	<i>Problemas nos Relatórios de Sustentabilidade</i>	52
2.2.4	<i>O modelo GRI e suas contribuições</i>	60
2.2.5	<i>Problemas encontrados na utilização do modelo GRI</i>	67
3	METODOLOGIA	79
3.1	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	80
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	82
3.3	DEFINIÇÃO DOS RESPONDENTES-ALVO	83
3.4	COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	86
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	87
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	89
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES	89
4.2	ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS POR INDICADOR	92
4.2.1	<i>Indicador EN1</i>	93
4.2.2	<i>Indicador EN2</i>	94
4.2.3	<i>Indicador EN3</i>	95
4.2.4	<i>Indicador EN4</i>	96
4.2.5	<i>Indicador EN8</i>	97
4.2.6	<i>Indicador EN11</i>	97
4.2.7	<i>Indicador EN12</i>	99
4.2.8	<i>Indicador EN16</i>	100
4.2.9	<i>Indicador EN17</i>	101

4.2.10 Indicador EN19.....	102
4.2.11 Indicador EN20.....	102
4.2.12 Indicador EN21.....	103
4.2.13 Indicador EN22.....	104
4.2.14 Indicador EN23.....	105
4.2.15 Indicador EN26.....	106
4.2.16 Indicador EN27.....	107
4.2.17 Indicador EN28.....	108
4.3 ANÁLISE GERAL DAS DISTRIBUIÇÕES DAS RESPOSTAS.....	109
4.3.1 Análise da distribuição das respostas por indicadores.....	109
4.3.2 Análise da distribuição das respostas por respondentes.....	117
4.4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	122
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 124
5.1 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	132
5.1.1 Estudo de processos de interação ‘Organização x Partes Interessadas’ no desenvolvimento de Relatórios de Sustentabilidade.....	133
5.1.2 Sugestão para outros estudos de percepções de ambientalistas acerca da relevância dos indicadores ambientais da GRI.....	133
 REFERÊNCIAS.....	 135
 APÊNDICE A – Mapa da distribuição das ONGs ambientalistas no ES.....	 144
 APÊNDICE B – Questionário.....	 145

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Contabilidade é tão antiga quanto a história da civilização, tendo evoluído e acompanhado as mudanças nas expectativas dos usuários da informação contábil, a fim de que fosse cada vez mais possível oferecer-lhes relatórios relevantes para suas tomadas de decisões. A Humanidade, ao se desenvolver ao longo dos anos, passou a ter diferentes demandas por informações, que suscitaram evoluções na Contabilidade a fim de responder às suas expectativas (SÁ, 1997).

Na obra organizada por Ribeiro Filho, Pederneiras e Lopes (2009), são tecidas considerações acerca dos novos delineamentos teóricos em Contabilidade, defendendo que as políticas de evidenciação contábil podem ser influenciadas pelo sistema de crenças e valores predominantes na sociedade. Nesse contexto, a Teoria da Legitimidade, derivada da Teoria dos Contratos, considera que as organizações “estariam sempre procurando estabelecer congruência entre as suas atividades e as expectativas da sociedade” (RIBEIRO FILHO; PEDERNEIRAS; LOPES, 2009, p. 323).

Nesse sentido, autores como Ferreira (2003) e Ribeiro (2006) explicam que, dado o contexto atual de crescente demanda por evidenciação socioambiental, adicionado à necessidade de qualidade e comparabilidade entre os relatórios de diversas empresas, eclodiram iniciativas de padronização de modelos para evidenciação dos impactos socioambientais conhecidos, dentre outras denominações, como Relatórios de Sustentabilidade.

No intuito de oferecer um modelo padronizado mais completo, com exigência de maior transparência de determinadas informações consideradas essenciais, para melhor qualidade e comparabilidade nos relatórios de sustentabilidade, a GRI – *Global Reporting Initiative* lançou em 2000 sua primeira versão de Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (GRI, 2006a).

O modelo da GRI se destaca mundialmente, por disponibilizar às empresas uma ferramenta para reportarem aspectos econômicos, sociais e ambientais relativos ao

gerenciamento organizacional. Atualmente, o modelo se encontra em sua terceira versão, conhecida como G3, lançada em 2006 (GRI, 2006a), e atualizada em março de 2011 com maiores orientações para divulgações relacionadas a direitos humanos, impactos na comunidade local e gênero. A quarta versão está com publicação prevista para 2013 (GRI, 2012).

Neste contexto, como motivação para a definição do problema de pesquisa apresentado a seguir, ressalta-se que, para atender às expectativas dos usuários da informação, se faz necessário conhecer suas percepções acerca do modelo em questão, a fim de que se possa prover a estes usuários relatórios por eles considerados relevantes.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Tendo em vista as questões expostas anteriormente, define-se o seguinte problema de pesquisa: como o segmento da sociedade capixaba interessado na redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana, através da voz de suas organizações não governamentais (sem fins lucrativos) ambientalistas, avalia o nível de relevância dos indicadores ambientais essenciais desenvolvidos pela *Global Reporting Initiative*?

1.3 OBJETIVOS E PRESSUPOSTO

Este trabalho tem por objetivo geral: analisar a percepção por parte de organizações não governamentais ambientalistas no Espírito Santo, acerca da relevância dos indicadores ambientais essenciais da terceira versão do modelo GRI de relatórios de sustentabilidade.

Para tanto, secundariamente, tem-se os seguintes objetivos:

- Identificar os indicadores ambientais considerados como essenciais pela *Global Reporting Initiative*;
- Captar a percepção de relevância de ONGs ambientalistas capixabas em relação a

cada um dos indicadores ambientais essenciais elaborados pela GRI;

- Apurar o perfil de relevância percebido pelas ONGs respondentes associado a cada indicador essencial ambiental proposto pela GRI.

Apesar de se tratar de um modelo internacional, a proposta da GRI visa a geração de relatórios de sustentabilidade que forneçam informações relevantes para uma ampla variedade de usuários, nas mais diversas localidades (GRI, 2006a). Portanto, tendo em vista o problema de pesquisa proposto, esta dissertação trabalhará com o pressuposto de que, apesar da amplitude inerente a indicadores globais, os indicadores ambientais propostos pela GRI representam aspectos importantes para as comunidades locais e serão considerados como relevantes por seus segmentos organizados – as ONGs ambientalistas capixabas no caso específico desta pesquisa.

1.4 RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A evidenciação socioambiental através de Relatórios de Sustentabilidade, por si só, é temática atual e importante por tratar de questões que afetam a todos, o que os tornam potencialmente de interesse de qualquer cidadão. Entretanto, é essencial que as iniciativas de evidenciação levem em consideração as percepções dos destinatários finais desses relatórios, ou seja, dos usuários atuais e potenciais, no sentido de auferir se os modelos disponibilizados estão atendendo às suas demandas, sendo por eles considerados relevantes. Indicadores cuja relevância é considerada como baixa pelos usuários, racionalmente, têm enfraquecida sua essencialidade.

Portanto, esta pesquisa acadêmica mostra sua importância justamente ao buscar o entendimento de ambientalistas, como usuários (atuais ou potenciais) de relatórios socioambientais, a fim de colaborar com a adequabilidade da evidenciação socioambiental às suas necessidades. Ou seja, pode-se dizer que a relevância desta pesquisa reside no fato de explorar e apresentar percepções de usuários acerca da relevância de indicadores ambientais considerados essenciais na atual versão do modelo GRI.

Ademais, os resultados dessa pesquisa podem fornecer informações relevantes para o fomento das práticas de evidenciação ambiental nesta localidade. E, secundariamente, o levantamento de dados dessa pesquisa, por consequência, poderá despertar a atenção de ONGs ambientalistas que desconheçam os relatórios de sustentabilidade, em especial o Modelo GRI, para o conhecimento e, potencialmente, uso desse meio de informação sobre o desempenho organizacional.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A abrangência desta pesquisa se limita à exploração da percepção de relevância dos indicadores ambientais essenciais da GRI por parte de organizações não governamentais ambientalistas, sem fins lucrativos, e atuantes no estado do Espírito Santo.

Relevância, nesta pesquisa, diz respeito à importância das informações contidas nos indicadores ambientais considerados essenciais pela GRI, para o objetivo de redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana.

1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA

Este capítulo 1, de caráter introdutório, apresenta o tema, o problema e os objetivos da pesquisa, bem como sua relevância e informa ao leitor a estrutura geral do trabalho (presente item).

No capítulo 2, dedicado à revisão de literatura, os relatórios de sustentabilidade são apresentados como resposta a uma crescente demanda por evidenciação de aspectos socioambientais. Este capítulo visa apresentar ao leitor uma contextualização do papel da Contabilidade face à evolução da preocupação com o desenvolvimento sustentável. Assim, apresenta-se a questão da importância de atender às expectativas dos usuários dos relatórios, uma vez que o problema de pesquisa foca as percepções de ambientalistas acerca da relevância dos indicadores ambientais essenciais das diretrizes da GRI. Ainda no capítulo 2, são apresentadas iniciativas de padronização de relatórios socioambientais, bem como

problemas a eles relacionados, e é apresentado o modelo GRI e suas contribuições e desafios, apontados pela literatura revisada.

O capítulo 3 é dedicado aos aspectos metodológicos da pesquisa. Neste capítulo se encontram informações sobre os procedimentos adotados a fim de cumprir seus objetivos, tais como: elaboração de instrumento de coleta de dados, definição do público-alvo a ser abordado, meios de comunicação com os respondentes para levantamento e tratamento de dados.

No capítulo 4 constam as análises dos resultados e, no seguinte, conclusões e recomendações para futuras pesquisas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ORGANIZAÇÕES E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

2.1.1 Histórico da preocupação com meio ambiente e qualidade de vida

É perceptível a atual ênfase dada à Responsabilidade Social (conhecida também com outras denominações, como Responsabilidade Socioambiental) no mundo corporativo, englobando os aspectos sociais e ambientais da atuação das organizações.

Para compreensão desse fenômeno social, faz-se necessário contextualizar o desenvolvimento da preocupação do homem com aspectos socioambientais e o entendimento acerca de seu papel e da responsabilidade das organizações para com a sociedade e o meio ambiente.

Nos meios de comunicação em geral, é grande o apelo à evidenciação socioambiental como instrumento de toda organização que pretenda transparecer respeito ao direito humano a um meio ambiente equilibrado e à qualidade de vida. E essa preocupação está ligada à imagem e à reputação de uma empresa, o que pressupõe a existência de pessoas interessadas e comprometidas com as questões sociais e ambientais.

Tal fato tem raízes, portanto, no próprio desenvolvimento histórico da preocupação do homem com o meio ambiente, e sua consciência em relação aos impactos de suas atividades na sociedade e no meio ambiente em que vive e do qual depende sua qualidade de vida e a de sua descendência.

Segundo Almino (1993), essa reflexão sobre a natureza é encontrada já em textos da antiguidade clássica, tendo sido marcante a perspectiva ecológica atribuída ao pensamento cristão medieval de São Francisco de Assis.

Para este autor, a degradação ambiental passou por dois momentos considerados de aceleração: a revolução neolítica, “que correspondeu ao desenvolvimento da agricultura, da tecelagem e da cerâmica, à domesticação de animais e à

sedentarização humana” e a revolução industrial, quando houve uma generalização e um agravamento da degradação ambiental (ALMINO, 1993, p. 12).

Segundo Almino (1993), o ambientalismo questiona a relação entre a natureza e o homem, seu papel no mundo. Este autor cita algumas obras que foram publicadas por estudiosos que buscaram compreender essas relações, dentre elas: em 1863, Thomas Huxley publicou o ensaio *Evidence as to Man's Place in Nature* (Evidências sobre o Lugar do Homem na Natureza); no ano seguinte, o diplomata americano George Perkin Marsh publicou um livro que é considerado o primeiro exame detalhado sobre a ação humana na natureza, documentando a redução dos recursos naturais (*Man and Nature – Homem e Natureza*). Desta obra foram geradas diversas traduções e releituras sob outros títulos como *The Earth as Modified by Human Action* (A Terra Modificada pelo Homem), em diversas edições que, posteriormente, serviram de base a trabalhos de diversos autores ambientalistas.

Registra-se o aparecimento dos primeiros grupos de ambientalistas organizados na Inglaterra em 1865. Com o passar dos anos esses movimentos foram tomando forma e, por volta de 1880, começaram a se mostrar de forma mais organizada na Europa e na América do Norte e “em 1915, na Alemanha, ecologistas começaram a se definir como tais” (ALMINO, 1993, p. 21). Esses movimentos continuaram a se desenvolver no mundo, em busca não apenas de tornar mais amplamente conhecidas suas causas, como também de representatividade política para poder lutar por elas (SOARES, 2003).

Apesar de todo o apelo ecológico do movimento ambientalista, Almino (1993) aponta que a abordagem e justificativa para a preservação do meio ambiente por muito tempo ainda prevaleceu subordinada ao objetivo do desenvolvimento econômico. Mas, paralelamente às discussões sobre a necessidade de preservação de recursos naturais apenas para maior eficiência e continuidade da sua exploração econômica, uma série de outras discussões ganharam amplitude, envolvendo questões éticas, por exemplo, abrangendo fundamentações filosóficas das mais diversas, inclusive com bases religiosas. Almino (1993) explica que tais discussões permeiam entendimentos divergentes sobre a própria natureza do homem, seu papel no mundo, sua responsabilidade para com as gerações futuras, e também para com os demais seres vivos, a natureza como um todo.

Almino (1993) relata que, com o aumento da evidência de que muitos desastres naturais poderiam ser consequências da atuação do homem na natureza, ou que muitos poderiam ser retardados ou amenizados com o controle dos impactos da ação antropológica, já na década de oitenta do séc. XX, a preocupação ambientalista tomou força em movimentos globais de destaque.

Segundo Camargo e Capobianco (2004, p. 58), não se fazia ainda tanta menção global à questão ecológica até 1972, e com o Clube de Roma, houve “[...] o primeiro grande balanço sobre a situação da Terra, que denunciava a forma destrutiva dos meios de produção e propunha limites ao crescimento como terapia”. Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) enfim realizou o primeiro encontro mundial sobre o meio ambiente, surgindo a partir de então o meio ambiente como forte preocupação da humanidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, em Estocolmo (Suécia), fortaleceu o direito internacional do meio ambiente. Foram votados: a Declaração de Estocolmo (Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), o Plano de Ação para o Meio Ambiente, uma resolução sobre aspectos financeiros e organizacionais no âmbito da ONU, e uma resolução que instituiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (CAMARGO; CAPOBIANCO, 2004).

A instituição do PNUMA, organismo especialmente dedicado ao meio ambiente, acompanhou a emissão de documentos dentre os quais se previa o aumento do controle das ações empresariais, porém sem maiores definições de como isso seria feito (SOARES, 2003).

Conta Soares (2003) que foi naquela época (década de 1970), percebendo a pouca atividade efetiva dos governos, que as ONGs ganharam maior espaço na mídia mundial e passaram a impor-se, por vezes opondo-se aos representantes oficiais dos Estados nas reuniões internacionais, representando a opinião pública mundial sobre as questões ambientais.

A delegação oficial brasileira participante do evento de 1972 conseguiu do governo federal um decreto que criava a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), exigindo revisão do posicionamento estatal ou abertura de um órgão que

acompanhasse tal processo. A SEMA teve então suas atividades iniciadas em 1974, em resposta às pressões internas nacionais e à necessidade de melhoria da imagem externa do país (SOARES, 2003).

Daí em diante, foi ganhando mais e mais notoriedade a discussão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento. E, como efeito da globalização, houve a diluição do foco dos movimentos ecológicos da Europa Ocidental e América do Norte, para o resto do mundo.

Almino (1993, p. 94) argumenta que:

O globalismo ecológico não apenas vem ganhando importância, mas é possível que se fortaleça ainda mais no futuro. Não é somente fenômeno ideológico. Corresponde, em parte, ao processo de internacionalização econômica, financeira e comercial em curso, a uma maior interdependência entre os Estados, ao adensamento dos contatos entre povos, ao aumento do fluxo de mercadorias e aos próprios efeitos internacionais dos problemas ecológicos, que, [...] não respeitam fronteiras.

Este autor, já em 1993, ao fazer sua revisão sobre a história do ambientalismo, já previa que os problemas ambientais se tornariam cada vez mais globalizados, uma vez que problemas ecológicos localizados “[...] poderiam ter implicações para a segurança, não apenas dos países em que ocorrem, mas também de outros” (ALMINO, 1993, p. 99).

Tal preocupação se confirma na atualidade, com movimentos ambientalistas contemporâneos preocupados com um desenvolvimento sustentável que respeite os direitos das gerações futuras a um ambiente equilibrado.

Almino (1993) conta que, chamando a atenção do mundo à perda de qualidade de vida, a obra de Carson intitulada *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) repercutiu em muitas discussões ambientalistas, com seus apelos para que todos passassem a cobrar das diversas organizações atitudes consideradas socialmente responsáveis, comprometidas com a sustentabilidade. Expandindo os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento, Carson (1962) considerou ser relevante atentar tanto aos aspectos sociais como aos ambientais conjuntamente para que se possa preservar a qualidade de vida das pessoas.

Na década de 80 do séc. XX, foram efetuados estudos e publicado o documento final da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987: o

Relatório de Brundtland, conhecido também como “Nosso Futuro Comum”, que propunha o tratamento de crises, dentre as quais a ambiental, de forma global, o que incentivou muitas iniciativas internacionais de discussão de padronização de gestão e de formas de evidenciação socioambientais (CAMARGO; CAPOBIANCO, 2004).

Para consolidar os diversos compromissos diplomaticamente assumidos no âmbito internacional, diversos países começaram a formalizar seu posicionamento, como visto, através de acordos internacionais (formalmente regulados pelo Direito Internacional). Então, face a necessidade de garantir e priorizar a defesa ao meio ambiente no âmbito nacional, de forma a viabilizar o cumprimento dos compromissos internacionalmente firmados, bem como regulamentar as diversas áreas ligadas à proteção do meio ambiente, em diferentes épocas, os diversos países foram adotando e fomentando normatizações ambientais nacionais (SOARES, 2003).

Seguindo essas tendências internacionais, Silva (2011) destaca que no Brasil foi marcante o ano de 1988, ano em que foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, considerada de vanguarda com seu capítulo específico sobre o meio ambiente (título VIII, capítulo VI, art. 225).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações [...] (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988, então, passou a determinar a política brasileira rumo à opção ambientalista, em plena transição do cenário de ditadura militar para um Estado Democrático de Direito.

O ano de 1990 foi declarado pela ONU como Ano Internacional do Meio Ambiente, sendo o ano em que ocorreu a I Conferência Internacional de Direito Ambiental, na França e, também, começou-se a discutir globalmente as alterações climáticas. Pode-se observar, a título de exemplo, o tratamento dado à utilização do CFC (clorofluorcarbono), gás nocivo à camada de ozônio. O Brasil foi um dos países signatários do Protocolo de Montreal, proposto em 1987, que determinava a substituição total dos gases CFCs até 2011. E já em 1988, foi proibida a fabricação e a comercialização de produtos brasileiros à base de CFC (SILVA, 2011).

O Brasil sediou no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência da ONU sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). De acordo com Soares (2003), houve destaque para três documentos: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre as Florestas e a Agenda 21.

Essa conferência proclamou, como um de seus princípios, buscar atingir um desenvolvimento sustentável e mais qualidade de vida para todos, devendo os Estados reduzirem e eliminarem padrões insustentáveis de produção e consumo, além de promoverem políticas demográficas adequadas. Segundo Camargo e Capobianco (2004, p. 65), a conferência “[...] pôs em evidência, com força inédita no Brasil, a agenda verde decorrente dos avanços formais conquistados no âmbito do direito internacional”, favorecendo as políticas ambientais.

Os documentos resultantes da conferência forneceram as justificativas para o início de trabalhos, como o Sumário Executivo da minuta da então futura ISO 14000. Mais de 100 países concordaram sobre a necessidade de desenvolvimentos adicionais em programas internacionais de gestão ambiental, vindo a ser criada em 1996, a série ISO 14000 de Sistemas de Gestão Ambiental (CAMARGO; CAPOBIANCO, 2004).

A elaboração da norma ISO 14001 foi fundamentada no princípio da melhoria contínua, na “Motivação Ambiental”, que segundo Assumpção (2006, p. 19), tem como base correntes de pensamento como:

- Preocupação crescente com as questões ambientais com foco no ‘Desenvolvimento Sustentável’;
- Desenvolvimento das políticas econômicas e;
- Evolução das legislações ambientais que, com o passar dos anos, foram se tornando mais restritivas e exigentes.

Desde o evento Rio-92, este e diversos outros encontros internacionais vêm sendo repetidos, e a Sustentabilidade vem se destacando nas pautas de discussões dos órgãos políticos e legislativos mundo afora, bem como no seio das organizações familiares, amicais, empresariais e no meio acadêmico (CAMARGO; CAPOBIANCO, 2004).

E é nesse contexto que se desenvolveu a noção de que as organizações têm um papel importante para o atingimento de um padrão de desenvolvimento sustentável, uma vez que as organizações são formadas por seres humanos, e tendo a

percepção dessa relação se desenvolvido com o tempo, como será apresentado a seguir.

2.1.2 Teorias Organizacionais: homem x organização x meio ambiente

Motta e Vasconcellos (2006) sistematizam e disponibilizam o desenvolvimento dos conceitos de homem, organização e meio ambiente, que foram mudando ao passar do tempo. Passou-se da visão de *homo economicus* (o foco estava nas estruturas organizacionais, na Escola Clássica da Administração) para a de *homo socialis* (quando se passou a um foco interno e relacional, com a Escola de Relações Humanas). Posteriormente, com o advento das Teorias de Motivação e Liderança, aperfeiçoa-se o modelo de homem para o *homo complexus*, que tentava hierarquizar as necessidades psicológicas humanas. Então, aperfeiçoa-se ainda tal visão, passando-se a estudar a construção social da realidade, a influência de fatores inconscientes na ação dos indivíduos (quebra da idéia de previsibilidade da ação humana), numa visão não-determinista do comportamento humano.

Então, há um homem que decide, segundo uma racionalidade limitada, devido à multiplicidade e complexidade de motivações de uma decisão de um ator social. E então, entende-se também a forte vinculação entre a estrutura formal e a organização informal, o que inclui na discussão a dimensão política da organização (homem organizacional). Por fim, fala-se em homem funcional, ao se tratar do homem que vive cotidianamente os conflitos de papéis (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006).

Todas essas evoluções conceituais de homem acompanharam as evoluções conceituais de organização, classicamente vista como máquina (foco interno e estrutural – sistema fechado), passando a ser considerada esfera cultural, simbólica e política (sistema aberto e adaptativo), e chegando à concepção em que um grupo organizacional é encarado como ator social, ativo na construção do ambiente onde atua (CHIAVENATO, 2011; MAXIMIANO, 2010).

Enfim, segundo Motta e Vasconcellos (2006), junto ao desenvolvimento dos conceitos de organização foram se desenvolvendo os conceitos de Meio Ambiente,

à medida que se tornavam menos claras as fronteiras da organização. Por volta de 1960, a corrente denominada “contingência estrutural” traz o meio ambiente ao grupo de temas centrais em estudos organizacionais. Resumidamente, com a teoria dos sistemas abertos, considerou-se que a organização se adaptava ao ambiente sociotécnico e econômico.

Posteriormente, com a consideração dos aspectos políticos da organização, os estudos das relações entre a organização e o seu meio ambiente de negócios levaram ao desenvolvimento de um modelo que a encarava como ativa e influenciadora na sua construção. Quer dizer, o conceito de meio ambiente se ampliou, chegando a ser visto como resultado da interação e negociação dos diversos grupos organizacionais (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006, p. 283).

Nesse sentido, as ações organizacionais são encaradas cada vez mais como fortemente impactantes na sociedade, no ambiente, o que torna muito importante o estudo desses impactos. Para tanto, busca-se o entendimento de Ramos (2001), que em seus estudos defende que o homem contemporâneo tem consciência de carências críticas que vão além do nível da mera sobrevivência e tenta reavaliar a evolução da teoria das organizações tradicional usando os seguintes modelos de homem:

- Operacional: que equivale a outras denominações como *homo economicus*, *homo sociologicus*, e *homo politicus*, sendo o modelo predominantemente empregado na ciência política vigente. Este homem conforma-se aos critérios inerentes ao sistema sociotécnico e econômico. Ele é visto como um recurso mensurável e otimizável, que deve ser ajustado à organização.
- Reativo: aparece com a Escola das Relações Humanas, que considera sua complexidade, analisa mais sofisticadamente sua motivação e ligação com o ambiente social externo, bem como considera o sistema social aberto, e a influência dos valores e sentimentos sobre o trabalho. Este homem reativo dos humanistas continua a ser foco de integração à organização. Perde-se de vista fatores éticos e valorativos.
- Parentético: considera o homem com uma faculdade específica de ter uma reflexão crítica que o impede de obedecer cegamente a requisitos de eficiência. Trata-se de

um atributo intrínseco ao indivíduo, que julga a organização, numa sociedade informada, com novas situações sociais que fazem com que estes indivíduos sejam capazes de compreender circunstâncias externas e internas, visualizarem oportunidades e buscarem sentido à sua própria vida, além de buscarem influenciar o ambiente e satisfazerem-se com tarefas inovadoras. Tal atributo, comumente se relaciona com a noção comum de “consciência”, que estaria relacionada às percepções do ser humano acerca do seu papel no mundo, das suas responsabilidades, sobre o que considera certo ou errado, estudada em diversas linhas de pesquisa multidisciplinares e conhecida como *noética* (RAMOS, 2001), termo derivado do grego *nous* (mente).

Ramos (2001) então defende que, com esse novo modelo de homem, o parentético, as organizações precisam possibilitar às pessoas uma participação social verdadeira, sejam elas colaboradores internos da empresa, ou os diversos *stakeholders*, e sociedade em geral. Nesse contexto, se amplia a noção de gestão, de micro-organizações a uma gestão organizacional mais transparente, em constante comunicação com a sociedade, conhecendo o ambiente externo das organizações, não apenas o contexto econômico mas os anseios sociais e as demandas por informação.

Assim, contextualiza-se uma maior demanda social por transparência sobre os impactos socioambientais empresariais. Isso porque, como expõe Ramos (2001), o homem parentético, muito bem identificável atualmente, tem uma grande reflexão crítica em relação à realidade social, às relações de poder e às ações organizacionais. Outros autores (CHIAVENATO, 2011; DIAS, 2011; DONAIRE, 1999; MAXIMIANO, 2010; MOTTA; VASCONCELLOS, 2006) alertam que já são perceptíveis movimentações para a adaptação dos estudos, do ensino e das práticas organizacionais a esse perfil de homem.

Ainda conforme Ramos (2001), o homem parentético já teria internalizado em si valores como responsabilidade socioambiental, de participação efetiva na comunidade e visão globalizada em suas decisões. Assim, esse homem se posiciona contra irregularidades e disfunções, o que faz dele um homem bastante crítico e interessado em assuntos relacionados à Responsabilidade Social das organizações, e portanto, em seus impactos ambientais.

Conforme Donaire (1999, p. 20):

a Responsabilidade Social, como é chamada com frequência, implica um sentido de obrigação para com a sociedade. Esta responsabilidade assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público.

Para finalizar, julgou-se bastante interessante citar a definição dada por Fernandes (2000, p. 6) para Responsabilidade Social:

Responsabilidade Social consiste no somatório de atitudes assumidas por agentes sociais – cidadãos, organizações públicas, privadas com ou sem fins lucrativos – estreitamente vinculadas à ciência do dever humano (ética) e voltadas para o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Portanto, o aspecto ambiental está inserido de tal forma na Responsabilidade Social, que se tem passado a tratar tal conceito de forma genérica como Responsabilidade Socioambiental. E esta pode, então, ser pensada do ponto de vista da responsabilidade individual humana, bem como corporativa.

Entretanto, percebe-se que o discurso corporativo se preocupa com a imagem da organização frente a cidadãos que cada vez mais demandam a adoção de posturas éticas pelas organizações, buscando se mostrarem engajadas em esforços em prol do desenvolvimento sustentável por motivações diversas (ALBUQUERQUE, 2009; DIAS, 2011; DONAIRE, 1999).

Dias (2011) alerta para o fato de que as motivações para a adoção de práticas de gestão socioambiental são múltiplas, e nem sempre residem na pura consciência da necessidade de preservação do meio ambiente e busca pela qualidade de vida, estando ligadas a necessidades estratégicas mercadológicas, econômicas ou legais; pois, as empresas, organizações com fins lucrativos, no sistema capitalista, não se baseiam no desenvolvimento de atividades filantrópicas, mas sim na busca pela geração de riqueza, de lucro.

Assim sendo, Dias (2011) explica que uma empresa pode buscar a sustentabilidade do ponto de vista socioambiental, porém com limitações referentes à necessidade de também sustentar seu equilíbrio econômico-financeiro, sua competitividade no mercado e sua rentabilidade, a fim de que não se esvaia sua razão de existir.

Diversos autores (ALBUQUERQUE, 2009; DIAS, 2011; TACHIZAWA, 2009) apontam para a complexidade da questão ambiental envolvendo diversos atores sociais, uma vez que as organizações são formadas por pessoas, e seus produtos e serviços usufruídos por consumidores. Assim sendo, as discussões se ampliam para campos multidisciplinares de conhecimento, abrangendo discussões não somente nos âmbitos teóricos e práticos organizacionais, jurídicos e econômicos, por exemplo, mas abrangendo outros como aspectos políticos e culturais relacionados ao consumo (PORTILHO, 2005; SROUR, 2002; 2003; 2005).

A adoção de sistemas de gestão sustentáveis, por exemplo, com a obtenção de certificações, podem refletir preocupações em assumir uma imagem positiva no mercado, necessidade de se adequar ou antecipar a imposições normativas, de forma a diminuir ou evitar custos; ou, ainda, os investimentos em Responsabilidade Socioambiental com projeção de aumento de ganhos provenientes de uma melhoria da imagem corporativa, podem visar a inserção em mercados com regulamentações exigentes ou ganhar confiança de investidores, consumidores, por exemplo. E, a respeito dessas práticas, tem-se discutido nos meios de comunicação, como um todo, além do meio acadêmico e corporativo, a respeito de temas como ética empresarial (DIAS, 2011).

2.1.3 Ética e Responsabilidade Social Empresarial

O Instituto Ethos define Responsabilidade Social Empresarial - RSE como sendo:

a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso deve ser feito preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2011b).

Tendo em vista tal definição de Responsabilidade Social, assim como as apresentadas no subitem anterior, faz-se necessário uma breve exposição das relações entre ética e responsabilidade social empresarial na evidenciação de aspectos ambientais.

Boff (2011) aponta ser frequente encontrar na literatura um tratamento semelhante para os termos ética e moral, relacionando-os ao sentido comum de costume, razão pela qual esclarece que, em grego, a letra ‘e’ de *ethos* tinha duas formas de ser escrita (dois símbolos gregos diferentes), o que diferenciava dois termos, sendo um relacionado a morada e o outro a costume, ou seja, tratava-se de duas palavras diferentes. Assim, a palavra ética é comumente relacionada ao estudo dos juízos humanos sobre as próprias condutas humanas, quando tratada pelo sentido de ‘costume’, semelhante ao sentido da palavra moral (com origem latina), que também faz referência a costumes, maneiras de agir, normas adquiridas por hábito.

Boff (2011) retoma o sentido da palavra *ethos* que significa ‘morada’, fazendo referência à relação do homem com sua morada, fundamentada na sua necessidade existencial de moradia, estando assim relacionada com princípios e valores universais, válidos para toda a humanidade.

Para tentar melhor esclarecer o que vem a ser ética e moral, Boff (2011), metaforicamente, relaciona os dois conceitos como sendo ética ‘morada’ e moral o ‘estilo ou maneira de organizar a morada’. Desta forma, as morais são múltiplas, estando relacionadas a tradições, normas sociais, culturais.

Boff (2011) esclarece, portanto, que enquanto as morais são diversas, a ética requer uma fundamentação básica comum para toda a humanidade e, numa visão global mínima expõe a necessidade de que as relações dos homens entre si e com os demais seres e a natureza se norteiem pelo princípio do cuidado. A ética então trata da maneira pela qual a humanidade se relaciona com o *ethos* (morada), como a humanidade preserva seu ambiente saudável, ambiente este em que todos necessitam co-habitar.

Srour (2003) descreve as morais como códigos de normas que regulam as relações e condutas de agentes sociais, sendo discursos normativos que identificam o que é considerado certo ou errado em cada coletividade, assumindo as normas morais como “sistemas de normas que expressam valores; códigos que formalizam tomadas de posição diante de questões polêmicas que envolvem as condutas dos agentes” (SROUR, 2003, p. 15).

Srour (2003, p. 29) também diferencia moral e ética, conforme segue:

Enquanto Ética diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, a moral corresponde às representações imaginárias que dizem aos agentes sociais o que se espera deles, quais comportamentos são bem-vindos e quais não. Em resumo, as pautas de ação ensinam o 'bem fazer' ou o 'fazer virtuoso', a melhor maneira de agir coletivamente; qualificam o bem e o mal, o permitido e o proibido, o certo e o errado, a virtude e o vício.

Oportunamente, vale ressaltar que existem diversas conceituações e abordagens sobre ética e moral, sendo a própria ética, por exemplo, dimensionada como filosófica ou científica. Segundo Srour (2003, p. 39), a ética filosófica “tende a ter um caráter normativo e de prescrição, ansiosa por estabelecer uma moral universal, cujos princípios eternos deveriam inspirar os homens, malgrado as contingências de lugar e de tempo”, enquanto que a científica tende a ter um caráter descritivo e explicativo “porque centra sua atenção no conhecimento das regularidades que os fenômenos morais apresentam, malgrado sua diversidade cultural e apesar da variedade de seus pressupostos normativos”.

A ética filosófica, conforme Boff (2011, p. 37), considera “concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades” e, nessa abordagem, pode-se dizer que uma pessoa é ética, tem caráter e boa índole quando ela “se orienta por princípios e convicções” (BOFF, 2011, p. 37), o que também seria válido para as empresas.

Oposta a essa busca por princípios constantes e universais que caracteriza o aspecto filosófico da ética, a ética como estudo das morais, conhecida como ética científica:

[...] constata o relativismo cultural e o adota como pedra angular para tornar inteligíveis os fenômenos morais. Qualifica o bem e o mal, assim como a virtude e o vício a partir de seus fundamentos sociais e históricos; aborda as normas que as coletividades consideram válidas sem julgá-las; investiga e explica a razão de ser da pluralidade, da dinâmica e da coexistência das morais históricas (SROUR, 2003, p. 39).

Para melhor entendimento, apresenta-se duas teorias éticas weberianas, retomadas por Srour (2003, p. 50): a da convicção (deontológica, com suas vertentes do princípio e da esperança) e a da responsabilidade (teleológica, com suas vertentes utilitarista e da finalidade). Pela ética da convicção, as ações são empreendidas de forma a respeitar pressupostos enquanto que pela ética da responsabilidade as

ações são exercidas de acordo com suas consequências (SROUR, 2003).

Pela vertente do princípio, o comportamento é considerado moral quando rigorosamente coerente com valores e normas morais, que são assumidos pelo indivíduo e devem ser seguidos, independente da situação. Pela vertente da esperança, o comportamento do indivíduo se baseia na fé, em ideais, e na crença no potencial deste comportamento de contribuir para uma melhoria social, ambiental, por exemplo (SROUR, 2003).

Em contrapartida, a ética teleológica assume abordagens relativistas, considerando o bem como uma finalidade buscada por meio das condutas, não pela observação de preceitos. Para a vertente utilitarista, o comportamento é moral quando provoca o máximo bem para o maior número de pessoas, conforme suas consequências (pragmatismo). Para a vertente da finalidade, fins considerados bons, prevalecendo o interesse coletivo, justificam os meios necessários para seu alcance (SROUR, 2003).

Srouer (2003) explica que, no ambiente organizacional, assim como na vida pessoal de um indivíduo, coexistem ética da convicção e da responsabilidade, sendo que no processo decisório ora são considerados princípios, ora são analisadas projeções de consequências futuras das alternativas possíveis, para identificar cenários e escolher aquele que será considerado o melhor, mais desejado.

Como já exposto, as abordagens éticas, as morais, estão em constante discussão na humanidade, havendo defensores e críticos que apontam diversos aspectos relacionados a cada um. Discussões filosóficas na busca pela Verdade, pela definição universal de Bem e Mal, proposições sobre a natureza humana, suas origens e fins, e uma série de posicionamentos divergentes entre os seres humanos fazem com que, muitas vezes, os relativismos sejam adotados a fim de evitar discussões mais aprofundadas sobre valores universais de certo ou errado, Bem ou Mal (SROUR, 2003; BOFF, 2011; STONER; FREEMAN, 1999).

Em momento anterior à ampliação das discussões sobre responsabilidade social para o âmbito das empresas, era amplamente difundida a idéia de que não caberia às organizações com fins lucrativos se responsabilizar por quaisquer questões sociais, cabendo a outras entidades específicas, filantrópicas, como igrejas,

organizações não governamentais, e ao próprio governo dar conta de atender às necessidades comunitárias. Por esse ponto de vista, os investidores eram vistos como, se não os únicos, os principais *stakeholders* das corporações. Ilustrando tal posicionamento, segue a visão do economista Milton Friedman (*apud* STONER; FREEMAN, 1999, p.73):

Há uma, e apenas uma, responsabilidade social das empresas: usar seus recursos e sua energia em atividades destinadas a aumentar seus lucros, contanto que obedeçam as regras do jogo (...) [e] participem de uma competição aberta e livre, sem enganos e fraudes (...)

Como já apresentado, as décadas de 70 e posteriores acompanharam um forte aumento da preocupação global acerca dos impactos da atuação humana na natureza, e conseqüentemente, da responsabilidade das empresas perante a sociedade, tendo em vista a eclosão de grandes escândalos envolvendo desastres que culminaram no desenvolvimento de movimentos ambientalistas e tal cenário “levantou questões sobre a responsabilidade social e ética das empresas que ainda permanecem” (STONER; FREEMAN, 1999, p.71).

Dado esse contexto, apresenta-se mais uma definição de ética, apresentada por Stoner e Freeman (1999, p. 77):

[...] estudo do modo pelo qual nossas decisões afetam as outras pessoas. Também é o estudo dos direitos e dos deveres das pessoas, das regras morais que as pessoas aplicam ao tomar decisões, e da natureza das relações entre as pessoas.

Enfim, em uma aplicação às organizações, independente das conceituações, teorias e abordagens adotadas, predomina o entendimento de que, como os indivíduos, as empresas estão sujeitas à avaliação moral, podendo ser questionado se esta age em conformidade com os costumes e valores consagrados no meio em que elas atuam, e estes podem, por sua vez, ser ainda questionados pela ética filosófica, em suas diversas vertentes (BOFF, 2011).

No contexto empresarial, especificamente no sistema capitalista, a lógica da busca pelo lucro, por exemplo, muito justificou e ainda por muitos é considerada como justificativa para a não adoção de práticas de gestão que gerem custos econômicos para a empresa se não houver uma obrigatoriedade de sua adoção com possíveis penalidades prejudiciais à mesma, o que é uma abordagem relativista. Da mesma forma, se a adoção voluntária de práticas que estejam de acordo com princípios de

RSE aumentarem os custos mais que gerarem retorno, de forma a minimizar o lucro, para muitos indivíduos e/ou coletividades, esta não seria considerada adequada, enquanto que para outros sim (SROUR, 2003).

Em relação a esse dilema de se atuar em um sistema capitalista e ser socialmente responsável, Sroul (2005, p. 47) explica que com a ascensão da RSE, “a maximização dos lucros dá lugar à sua otimização e à produção de excedentes em limites socialmente compatíveis”, ou seja, os aspectos social e ambiental são incorporados de forma que “as empresas capitalistas deixam de fixar-se apenas na função econômica (ainda que esta se mantenha determinante) e passam a orientar-se de modo indissociável, pela função ética da responsabilidade social”.

Por estas razões, autores como Sroul (2003), Albuquerque (2009) e Dias (2011) explicam que adotar práticas empresariais que busquem não somente o retorno econômico-financeiro, no sistema capitalista, é um desafio de entendimento e de real comprometimento com a busca por desenvolvimento social e ambientalmente sustentável visto que a inserção dessas variáveis amplia o desafio dos gestores, que também necessitam continuar gerando os resultados econômicos tradicionalmente esperados.

Isso porque, conforme Boff (2011, p. 37) explica, pode-se ser moral seguindo-se os costumes (até por conveniência) mas não necessariamente ético (sem haver coerência entre as reais motivações do comportamento e as alegadas). Nesse mesmo sentido, Sroul (2003) ressalta que muitas empresas podem sentir-se acuadas a discursar sua responsabilidade social, sem efetivamente estarem comprometidas; e, muitas vezes, nem mesmo empreender esforços efetivos e adotar práticas eficientes e eficazes em conformidade com tal discurso.

Tais reflexões remetem a duas teorias frequentemente citadas ao se abordar o tema Responsabilidade Social no contexto corporativo, que são: a Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders*, que podem ser encaradas como complementares. Pela primeira, a escolha das informações a serem divulgadas e como serão divulgadas, com especial cuidado quanto à imagem que se pretende transmitir da empresa, em um esforço legitimador perante a sociedade, motiva a adoção ou não de práticas de evidenciação socioambiental por parte de empresas (o que depende de avaliações,

por exemplo, sobre sua necessidade e oportunidade). Pela segunda, decisões sobre as informações a serem divulgadas (conteúdo e forma) levam em consideração os destinatários, suas necessidades de informação e, o 'quanto' a empresa julga importante atendê-las (VILLIERS; STADEN, 2006).

Portanto, em relação à RSE, Srour (2003, p. 308) defende que se faz necessário que as empresas que discursam um compromisso com princípios e valores ligados à sustentabilidade não apenas econômica como também socioambiental, sejam capazes de demonstrar ações consoantes com tal posicionamento publicamente assumido, o que pressupõe o engajamento das pessoas que constituem a empresa, e suas partes relacionadas, bem como a mobilização da sociedade e a disponibilidade de instrumentos de pressão e controle.

Nesse sentido, numa análise mais rigorosa e conceitual, Srour (2003) esclarece que expressões usualmente ouvidas no cotidiano como qualificar que uma pessoa, uma organização ou determinada ação "é ética" ou "é moral", pode muitas vezes não passar de amoralidade, ou seja, simplesmente não ser imoral. Por exemplo, seria correto não fazer o errado, todavia, seria isso suficiente? Pode-se considerar amoral uma atitude que não é considerada errada, mas também não é ativa, é cômoda (SROUR, 2003; 2005).

Então, seguindo tal raciocínio: não fazer o mal não quer dizer o mesmo que fazer o bem? Aplicando este raciocínio a um exemplo prático: não jogar lixo no chão poderia ser considerada uma atitude moral ou amoral? E recolher o lixo deixado por outros no chão seria a atitude moral? Nesse sentido, percebe-se que diversos autores (MOREIRA, 2006; DONAIRE, 1999) defendem a idéia de que uma das maiores ameaças ambientais é a apatia. E se a moralidade for analisada de acordo com os efeitos da ação sobre outrem, é assunto constantemente presente na pauta de discussões sobre Responsabilidade Socioambiental Empresarial.

Para Srour (2002; 2003; 2005), as ações humanas individuais, ou organizacionais, sofrem constante julgamento, existindo um controle social exercido pelas ditas agências ideológicas tradicionais como a família, a comunidade local, a escola e a igreja, que servem de referência às pessoas, quanto ao aprendizado do altruísmo, da boa convivência em coletividade, das noções do que se entende ser certo ou

errado; e, paralelamente, novas forças de controle estariam sendo exercidas pelas organizações, mercado, mídia e Estado, por exemplo, através da coibição interna por parte de empresas, o “poder de mercado”, a vigilância da sociedade civil e o aparelho jurídico-judiciário.

Dentre essas formas de controle, Srouer (2003) destaca as organizações não governamentais, como interessadas em atuar na sociedade em prol de um bem-comum e muitas vezes atuando de forma a fiscalizar empresas e Estado, cobrando dessas organizações uma postura ética.

No Brasil, coexistem duas morais, segundo Srouer (2003): a oficial (moral da integridade) e a oficiosa (moral da oportunidade – ou do oportunismo). O autor chama a atenção para o fato de, no Brasil, a moral oficiosa ser compartilhada com os entes próximos do indivíduo, exemplificando tal fato com relato de situações corriqueiras como sentar-se em uma mesa de um restaurante e ouvir grupos de amigos comentando sobre atos cometidos, muitas vezes ilícitos, como sendo um sinal de esperteza. Ocorre que isso recai no que se costuma chamar de banalização da corrupção, da violência, da falta de respeito (SROUR, 2003).

Nesse ponto, é interessante entender que nem sempre o que é considerado ilícito (ilegal, do ponto de vista das normas jurídicas) é necessariamente considerado imoral; pelo contrário, tanto pode ser considerado legítimo um ato ilegal como um ato legal pode ser considerado imoral, razão pela qual as problemáticas relacionadas ao meio ambiente requerem atenção normativa (do ponto de vista do sistema jurídico, que será abordado ainda neste subitem) como do ponto de vista relacionado à morais, aos valores difundidos na sociedade (LEIS, 1999).

Leis (1999) discute a insustentabilidade da sociedade contemporânea partindo da hipótese de que resolver as problemáticas ambientais é uma responsabilidade que vai além dos atores sociais e das instituições tradicionais existentes. O autor explica, ao longo de sua obra, que para tanto as vertentes ambientalistas compartilham um entendimento profundo que viabiliza aos atores serem cooperativos apesar de suas diversidades, o que chega a denominar de ética ambientalista.

Tal fato, para Leis (1999), estaria ligado à percepção do mundo, o que faz com que ambientalistas busquem um tratamento solidário da realidade, com base no respeito

às multiplicidades culturais, sociais e individuais acima de discussões conceituais e valorativas das ações uns dos outros (que costumam levar tempo e gerar conflitos relacionais), mas encontrando pontos de convergência nas necessidades reais e comuns humanas de manter um ambiente equilibrado.

Para prestar contas a qualquer parte interessada (consumidores, investidores, ambientalistas, comunidade local, etc), uma empresa que divulgue estar preocupada com tais questões dispõe de meios de comunicação diferenciados. Com a consolidação do *marketing* social e ambiental, infelizmente porém, muitas vezes a finalidade mercadológica e propagandística podem se sobrepor à realização mais efetiva de ações de impacto social positivo, dentre as quais se pode incluir a própria questão ambiental, como exemplificado por Galeano (1999, p. 194) com o caso de uma empresa que:

exaltou sua defesa ao meio ambiente, divulgando no caro espaço publicitário da TV americana a criação de uma área de proteção para borboletas azuis ameaçadas de extinção. Não informou, contudo, que o custo anual de manutenção da área girava em torno de US\$5 mil para a empresa e que o referido espaço se localizava na refinaria El Segundo, considerada como uma das piores fontes de contaminação do ar, da terra e da água da Califórnia.

Não se espera, pois que o marketing social e ambiental seja um instrumento de pura transparência, conforme ressaltam Milne e Gray (2007, *apud* TRÉBUCQ, 2011, p. 2):

Não é de se esperar que as empresas se comprometam espontaneamente e plenamente a produzir e fornecer todas as informações sobre seus impactos na natureza e na sociedade. Portanto, quando elas divulgam tais informações, a sociedade está no direito de se questionar se os elementos publicados apresentam verdadeiramente todas as qualidades necessárias. De acordo com um processo contínuo, conduzido principalmente pelas mídias e pela opinião pública, a principal razão de ser da informação social residiria no desejo de (re)ornamentar a imagem institucional da empresa. Trataria-se, portanto, de uma estratégia publicitária e defensiva visando responder, antecipadamente e posteriormente, a eventuais críticas das quais a empresa poderia ser alvo. Assim, o conceito de 'desenvolvimento sustentável' seria largamente apropriado e instrumentalizado pelos dirigentes da empresa.

Deixando a discussão sobre ética, e buscando um pouco do ponto de vista jurídico (e da obrigatoriedade legal), é importante lembrar que existem no Brasil, como em outros países e internacionalmente também, previsões legais que visam a proteção ao meio ambiente, e a busca por um desenvolvimento sustentável (SILVA, 2011; VARELLA, 2003).

O Direito como base do Estado contemporâneo, o constitui e lhe resguarda o poder de tratar dos interesses coletivos e intervir na esfera individual, para assegurar a predominância do bem-comum, em seu sentido atribuído por Kant como sendo aquele que melhor atende a toda a sociedade, baseado numa estrutura social que garanta um ambiente equânime e estável, e não que atenda aos interesses individuais, estando acima desses (BOBBIO, 1997; 2003). Compete ao Estado primar pela observância do ordenamento jurídico, que segundo Bobbio (2003) é precedido pela ordem moral e orientado pela demanda social.

Entretanto, o Direito, como um instrumento de poder e de controle social, é muito utilizado ao longo da História em favor de interesses da classe social dominante. Dessa forma, impõe-se o Estado e o Direito com a justificativa de assegurar o bem-comum (justificativa legitimadora), mas é recorrente que sua prática seja tendenciosa quando da valoração dos bens jurídicos tutelados. Por conta disso, o legislador prevê, no caso do Brasil, instrumentos para a proteção do cidadão contra abusos, desvirtuações e abstenções do Estado no cumprimento de suas funções, bem como de quaisquer organizações (BOBBIO, 1997; 2003).

Aí é que se encontra o grande embate do Direito Ambiental. Segundo Silva (2011), trata-se de um ramo do Direito que pretende resguardar bens jurídicos que não são de propriedade privada, nem tampouco propriedade do Estado, ou da Humanidade, mas sim um bem essencial à Humanidade.

Nesse ponto se destaca um princípio do Direito segundo o qual mesmo a utilização, a exploração da propriedade privada, deve atender a uma função social, e não apenas ao interesse econômico privado. Sendo assim, apesar de a propriedade privada ainda ser um importante bem jurídico tutelado pelo Direito no Estado capitalista, é constitucionalmente previsto e garantido no Brasil (e em acordos internacionais) que a sua exploração não pode atentar contra o ambiente, contra o interesse público (VARELLA, 2003).

Segundo Silva (2011), a tutela do meio ambiente cabe não só ao Poder Público como a toda a sociedade, e assim, as organizações que têm maior atividade econômica produtora de impacto ambiental devem limitar suas ações de forma a seguir o Princípio do Desenvolvimento Sustentável. Princípio este que, conforme a

definição da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD, 1991) “é o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer as futuras”, ou seja, deve garantir a renovabilidade dos recursos, coexistindo desenvolvimento econômico e conservação ambiental, sem serem encarados como mutuamente excludentes.

E, é responsável por isso toda a sociedade, e não apenas o poder público, conforme visto no artigo 225 da Constituição brasileira (BRASIL, 1988). Portanto, seja como consumidores, funcionários, cidadãos ou através de forma organizada, a sociedade precisa de meios confiáveis de controlar os impactos das organizações. Isso porque, conforme salienta Velten (2005), existem dificuldades que fazem com que a legislação brasileira não seja totalmente eficaz no que diz respeito à proteção ambiental, tais como lacunas de regulamentação e problemas na fiscalização ambiental e penalização advindos de conflitos de competência, problemas relacionados à falta de pessoal e condições de trabalho e até mesmo falta de organização do aparato jurídico-administrativo; situações essas que o autor aponta como facilitadoras a um não cumprimento da lei por parte de indivíduos e/ou organizações.

Portilho (2005), ao tratar da sustentabilidade ambiental, também mostra a forte ligação entre as relações de consumo, cidadania e controle social na busca por um desenvolvimento sustentável, que perpassa pela necessidade de contínuos esforços voltados a educação ambiental, conscientização e desenvolvimento de ferramentas e meios de gestão e transparência no que diz respeito às organizações, para que seja cobrado das empresas um compromisso perante a sociedade e o meio ambiente que não se atenha estritamente ao cumprimento legal.

Nesse contexto, percebe-se que quer seja como resposta a pressões socioeconômicas, políticas, legais, mercadológicas, é crescente a discussão sobre os impactos ambientais, no meio empresarial, mesmo que se encontre atualmente em fases diferentes nos diversos países do mundo. No geral, duas questões pesam e concorrem nas tomadas de decisões das empresas: a econômica (busca pela otimização dos processos, pelo lucro, etc) e a questão socioambiental (DIAS, 2011).

Diante da abertura econômica dos mercados, a variável ambiental tornou-se

estratégica para inserção ou manutenção na aldeia global dos negócios, passando a ligar-se ao fator econômico. Então, muitas empresas buscam meios de se revestirem da imagem de socioambientalmente corretas, como resposta a pressões diversas e/ou como vantagem competitiva, o que não garante automaticamente que estas adotam práticas ambientais sustentáveis, idéia com a qual corroboram Resende e Siqueira (2011, p. 3):

Os benefícios oriundos da percepção de uma empresa, por parte do público consumidor em específico e da sociedade em geral, como socialmente responsável, faz com que haja uma pressão considerável para que as organizações passem, para a comunidade onde está inserida, essa imagem, mesmo que ela não reflita seu real posicionamento frente às questões socioambientais.

Resende e Siqueira (2011) apontam que as organizações podem, portanto, aparentar serem socialmente responsáveis, sem contudo o ser efetivamente, razão pela qual se fazem necessárias ferramentas que auxiliem na evidenciação do real comprometimento das organizações com a RSE.

Segundo Donaire (1999), as empresas passam por três fases:

Primeira Fase: controle ambiental nas saídas – instalação de equipamentos de controle da poluição nas saídas, como chaminés e redes de esgoto, mantendo-se a estrutura produtiva existente.

Segunda Fase: integração do controle ambiental nas práticas e processos. Parte-se para a prevenção da poluição, envolvendo a seleção das matérias-primas, o desenvolvimento de novos processos e produtos, o reaproveitamento da energia, a reciclagem de resíduos e a integração com o meio ambiente.

Terceira Fase: integração do controle ambiental na gestão administrativa. A questão ambiental passa a ser contemplada na estrutura organizacional, interferindo no planejamento estratégico.

Esta terceira fase é denominada por Donaire (1999) como “Gestão Ambiental”, onde “os parâmetros relacionados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no planejamento estratégico, no processo produtivo, na distribuição e disposição final do produto”.

Como visto, a sociedade avança no sentido de entender a questão ambiental como

uma esfera vinculada às ações, ambições e necessidades humanas (CMMAD, 1991); esta passa a valorizar cada vez mais o cuidado com o ambiente e se interessar por um controle mais efetivo das ações organizacionais. Por conta disso, algumas organizações passaram a publicar as ações realizadas em benefício de um desenvolvimento sustentável, a fim de transparecer seu engajamento.

Donaire (1999) exemplifica que a gestão ambiental passou a ser um ponto forte para a inserção no mercado internacional, visto que muitos importadores apresentam um grau avançado de exigências ambientais, seja como reflexo de exigências normativas de seus países, de seus padrões tecnológicos e de qualidade ou de seus consumidores. Essas exigências, que se constituem um tipo de “barreira alfandegária”, surgem junto à normatização de padrões ambientais, por instâncias nacionais ou internacionais.

Essa pressão da comunidade internacional faz com que sejam buscadas formas padronizadas de externalizar aspectos socioambientais nas comunicações organizacionais. Por exemplo, as certificações de qualidade e sistema integrado de gestão passaram a incorporar as perspectivas social e ambiental. Igualmente, passaram a ser estudados meios de divulgação de aspectos socioambientais além dos relatórios financeiros tradicionais.

Enquanto as certificações muitas vezes são encaradas como cartão de apresentação do produto de uma empresa, igualmente, a apresentação de relatórios de sustentabilidade em conformidade com padrões internacionais também é considerada estratégica para as empresas no mercado globalizado (DIAS, 2011).

Por isso, sendo interessante às empresas a imagem de socialmente responsáveis, podem elas buscar tal imagem, sejam elas empresas realmente engajadas em busca de desenvolvimento sustentável ou não comprometidas de verdade com esta finalidade. Estariam, então, buscando apenas usufruir de uma imagem positiva no mercado (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006; SILVA; LINS, 2009; VILLIERS; STADEN, 2006).

Ainda assim, considera-se o importante papel das informações constantes em relatórios de sustentabilidade na orientação à tomada de decisões nas organizações e em diversas esferas da sociedade, sendo seu melhoramento contínuo desejável.

Requer-se, para tanto, que se busque real comprometimento por parte das empresas relatoras. Para Siqueira (2003, p. 1-2) “os relatórios sociais não devem existir para promover a empresa, mas sim, para relatar a interação entre empresa e sociedade”.

O item a seguir, portanto, visa contextualizar a resposta da Contabilidade oferecendo às empresas um meio de evidenciação socioambiental.

2.2 CONTABILIDADE E EVOLUÇÃO SOCIAL

2.2.1 Contabilidade e evidenciação de aspectos socioambientais

Martins e Lopes (2007, p. 2) afirmam que “o entendimento do papel da contabilidade dentro da sociedade e sua evolução pressupõem um entendimento mais amplo da sociedade e de suas inter-relações”. Assim, “se pode estabelecer claramente uma disciplina das ciências sociais que nasceu das demandas e anseios dos agentes operando em sociedade”.

Nesse sentido, desde as práticas mais longínquas e o método das partidas dobradas de Luca Pacioli (Itália – séc. XV) até os dias atuais, a Contabilidade se desenvolveu no sentido de acompanhar as necessidades de seus usuários. Os usuários, por sua vez, também foram se modificando. Nessa evolução, criam-se e recriam-se diversos demonstrativos com a finalidade de prover as informações demandadas à Contabilidade.

Martins e Lopes (2007, p. 23-27), ao tratar de uma linha de pesquisa que se consolidou na década de 80 e que denominaram como escola britânica, explicam como os estudiosos relacionados encaram a Contabilidade como uma prática institucional e social. Os usuários podem ser os mais diversos, internos ou externos, e a demanda por informações também, a depender por exemplo do local e momento histórico.

Diversos autores (IUDÍCIBUS, 2009; MARTINS; LOPES, 2007; RIBEIRO FILHO; PEDERNEIRAS; LOPES, 2009; SÁ, 1997) citam que, ao longo do tempo, percebe-

se que a contabilidade se desenvolveu impulsionada por alguns fatores, como aumento da capacidade produtiva, da complexidade das relações comerciais, da necessidade de se obter investimentos, da legislação local, dentre outros. As estruturas organizacionais se desenvolveram de pequenos grupos de autônomos que se juntavam às manufaturas, às grandes indústrias e, chegando-se às sociedades abertas cujas ações são negociadas em bolsas de valores.

Assim, os usuários de relatórios contábeis e suas necessidades informacionais foram igualmente se modificando. Por exemplo, um gestor que amplia seus negócios pode necessitar aprimorar as formas de controle à medida que expande e diversifica suas atividades. Pode, assim, necessitar de relatórios mais complexos para uso gerencial, que o auxiliem a tomar decisões gerenciais, além de pagar tributos e prestar contas para obter empréstimos ou investimentos por parte de terceiros (RIBEIRO FILHO; PEDERNEIRAS; LOPES, 2009).

Segundo Iudícibus (2009), os usuários externos, sobretudo Fisco e investidores, figuram há mais tempo como usuários das informações contábeis e os relatórios contábeis destinados a usuários externos usualmente requerem conformidade com regulamentações, para garantia de informatividade mínima requerida, de forma compreensível e comparável.

Com o passar do tempo, as relações sociais se desenvolveram, bem como as organizações se tornaram mais complexas, de forma que diversos usuários internos passaram a necessitar de informações contábeis também mais complexas, completas e organizadas/estruturadas, como os gestores dos diversos setores da organização e os demais funcionários em geral (MARTINS; LOPES, 2007).

Outros usuários externos, como os próprios consumidores, foram passando a se interessar pelas políticas de gestão socioambiental das organizações, por conta de uma evolução social, do próprio entendimento do homem sobre sua relação com as organizações e o meio ambiente. Através da evidenciação socioambiental, é possível controlar a distribuição de riquezas, os impactos ambientais; enfim, evidenciar os benefícios e prejuízos advindos da atuação das organizações (FERREIRA, 2003; RIBEIRO, 2006; RIBEIRO FILHO; PEDERNEIRAS; LOPES, 2009).

Portanto, a Contabilidade se desenvolveu, ao longo da História da Humanidade. Assim como outros estudiosos (MARTINS; LOPES, 2007; RIBEIRO FILHO; PEDERNEIRAS; LOPES, 2009; SÁ, 1997), Iudícibus (2009, p. 29) ressalta a importância de se conhecer a evolução histórica da Contabilidade e entender sua integração com a evolução da sociedade, incluindo a evolução dos usuários da informação contábil e suas necessidades informativas, conforme segue:

é importante conhecer qual foi a evolução histórica da disciplina. A Contabilidade é uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, a estímulos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades, em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil, em suas necessidades informativas, é a melhor forma de entender e definir os objetivos da Contabilidade.

Associação semelhante é ressaltada por Sá (1997, p. 16), em sua obra, informando que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Entretanto, apesar de haver uma ligação entre a evolução da Contabilidade e a evolução da sociedade como um todo, para entendimento do desenvolvimento do usuário da informação contábil, que gera necessidades diferenciadas a serem atendidas, uma compreensão básica da evolução do próprio ser humano e o contexto em que se relaciona e toma suas decisões se faz necessária. Assim, diversos aspectos, de forma conjunta, resultam na maior demanda contemporânea por evidência socioambiental, em maior ou menor grau, em todo o mundo.

Diversos são os autores (IUDÍCIBUS, 2009; MARTINS; LOPES, 2007; SÁ, 1997) que consentem a respeito de que o surgimento da Contabilidade esteja atrelado ao aparecimento da própria civilização, e seus desenvolvimentos tenham sido concomitantes. Desta forma, vale ressaltar que, tanto em termos geográficos como temporais, a Contabilidade não evolui de forma uniforme, ao longo da História. Porém, Ribeiro Filho, Pederneiras e Lopes (2009) defendem que com a Globalização muitas barreiras vêm sendo vencidas.

Desta forma, Ribeiro Filho, Pederneiras e Lopes (2009) explicam que a evolução histórica da Contabilidade, acompanhada pela mudança de perfil de usuários, advém da evolução da própria sociedade, o que leva a uma perspectiva sociológica

da evolução da Contabilidade, como ciência social aplicada. Considerando as mudanças das relações sociais e do próprio ser humano com a natureza (conforme visto no subitem 2.1.2), a demanda informacional não apenas aumenta como se modifica, colocando à Contabilidade o desafio de se adaptar a essa dinâmica social.

Como ‘linguagem dos negócios’, a Contabilidade é meio de comunicação importante para diversas organizações, tendo por finalidade prover os usuários com as informações que julgam importantes para sua tomada de decisão. Assim, ao longo do tempo, a evolução social é acompanhada pela demanda de novas formas de as organizações evidenciarem suas ações aos interessados (RIBEIRO FILHO; PEDERNEIRAS; LOPES, 2009).

E como dito, a responsabilidade social, o anseio social por comprometimento das diversas organizações com o desenvolvimento sustentável, o gerenciamento dos recursos naturais, poderiam ser melhor controlados mediante ferramentas de evidenciação socioambiental, tanto para gestores como para controle externo.

Assim, como exposto no subitem 2.1.3, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, no Relatório de Brundtland, definiu desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

Decorreram de toda essa realidade social os ramos da Contabilidade conhecidos como Contabilidade Social e Ambiental. Estas surgiram para complementar a contabilidade tradicional, a fim de prestar informações mais amplas a uma maior quantidade de usuários que possa se interessar pela ‘prestação de contas’ das organizações à sociedade em geral.

Hendriksen e Breda (1999, *apud* FERNANDES; SIQUEIRA; GOMES, 2010, p. 105) explicam que, apesar de a visão microeconômica da contabilidade não absorver todos os efeitos exercidos pelas empresas na sociedade, outras externalidades não devem ser ignoradas.

Ribeiro (2006) cita que a preocupação especificamente com aspectos ambientais na literatura contábil se intensificou por volta dos anos 70, acompanhando o

desenvolvimento histórico da preocupação com questões ambientais, conforme identificado no item 2.1.

No Brasil, a Contabilidade Ambiental se encontra em fase de desenvolvimento, como em outros países. Como visto no subitem 2.1.1, os Estados Unidos e, sobretudo, a Europa, se destacam historicamente como estando em estágio mais avançado.

Vale ressaltar que a Contabilidade Ambiental não se distancia da Contabilidade tradicional, como é mais amplamente conhecida. Segundo Ribeiro (2006), não há pretensão de que a Contabilidade Ambiental seja uma nova ciência, sendo considerada uma segmentação da Contabilidade.

A Contabilidade Ambiental objetiva registrar as transações que impactam o meio ambiente e seus efeitos sobre a posição econômica e financeira da empresa, de modo a assegurar que custos, ativos e passivos ambientais sejam contabilizados, em conformidade com os princípios da contabilidade. Também, objetiva possibilitar maior transparência do desempenho ambiental aos interessados (FERREIRA, 2003; RIBEIRO, 2006).

Esta segmentação, segundo Ferreira (2003) advém da necessidade que os gestores passaram a ter de informações financeiras, à medida em que se confrontam cada vez mais com questões relativas ao meio ambiente, no exercer de suas atividades de gestão. E, como já discutido exaustivamente, da necessidade de exteriorizar informações desse tipo ao público interessado.

Segundo Ferreira (2003, p. 59), “o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental”. A autora explica:

Surge um interesse por parte de contadores, pesquisadores e órgãos de governo de buscar novos procedimentos e metodologias que possam trazer melhores informações financeiras sobre o meio ambiente, que satisfaçam os gestores, averiguando a relação do meio ambiente com a entidade (FERREIRA, 2003, p. 59).

Diversos autores (FERREIRA, 2003; PAIVA, 2003; RIBEIRO, 2006; TINOCO; KRAEMER, 2004) têm apontado para a grande importância da Contabilidade Ambiental no contexto global de debates econômicos, políticos e sociais acerca da

(in)disponibilidade e escassez de recursos naturais e poluição do meio ambiente.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 12) a contabilidade “é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente”. Para esses autores:

A Contabilidade provoca benefícios potenciais à indústria e à sociedade, entre outros: identifica, estima, aloca, administra e reduz os custos, particularmente os ambientais; permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água; fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 12).

Assim, a Contabilidade Ambiental pode facilitar a integração dos aspectos ambientais tanto na estratégia organizacional como nos diversos níveis e processos internos de tomada de decisão. Da mesma forma, pode contribuir para maior transparência, ao oferecer informações aos interessados no desempenho ambiental da empresa (CUNHA; RIBEIRO, 2008).

Diversos autores (FERREIRA, 2003; RIBEIRO, 2006) corroboram com tais afirmações. Por exemplo, Paiva (2003, p. 17) esclarece que a Contabilidade Ambiental visa a geração de relatórios com a finalidade de “auxiliar na elaboração do planejamento estratégico; servir de parâmetro no gerenciamento das atividades-alvo e fornecer informações externas no sentido de prestações de contas dessas atividades”.

Portanto, ressalta-se que não se destina unicamente a empresas privadas, podendo a Contabilidade Ambiental ser nacional, gerencial e financeira. Paiva (2003) explica que a nacional viabiliza o acompanhamento e a avaliação de políticas macroeconômicas ambientais, auxiliando na geração de indicadores, a fim de contribuir para um efetivo controle da sustentabilidade do desenvolvimento.

No auxílio aos usuários internos das organizações, a contabilidade gerencial ambiental visa segmentar as informações de forma a auxiliar toda a gestão ambiental, que permeia diversas tomadas de decisão, seja na área estratégica, de desenvolvimento de produtos, logística, produção, materiais, gestão de recursos e resíduos, enfim, de toda a sustentabilidade buscada através da gestão ambiental (PAIVA, 2003).

Ribeiro (2006) destaca que a dificuldade de identificar e quantificar impactos

ambientais foram os desafios iniciais dessas iniciativas de inclusão de aspectos socioambientais em demonstrações contábeis. Apesar disso, ressalta que através de diversas técnicas existentes, é possível obter valores (mesmo que sejam aproximados), para custos e passivos ambientais incorridos para obtenção de receitas.

Por exemplo, a contabilidade tem o potencial de auxiliar os gestores com análises de custos que envolvam os mais diversos aspectos, podendo-se citar alguns, a título de exemplificação: fontes e consumo de energia, consumo de recursos e gerenciamento de resíduos, proteção ambiental, ações preventivas, gastos com reversão de danos causados ao meio ambiente, enfim, passivos ambientais correntes e potenciais, dentre outros.

Paiva (2003, p. 17) entende a Contabilidade Ambiental como “a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações”, tudo a fim de auxiliar o usuário em suas tomadas de decisão. Portanto, existe também a contabilidade financeira ambiental, com o foco em gerar informações para usuários externos.

Como complemento à evidenciação de ativos e passivos, gastos, receitas e provisões ambientais providos pela Contabilidade Ambiental, as empresas começaram a desenvolver um conjunto mais amplo de informações qualitativas e quantitativas não financeiras relacionadas às questões social e ambiental, chamado de Relatório de Sustentabilidade, dentre outras denominações possíveis.

2.2.2 Relatórios de Sustentabilidade

Dado o contexto apresentado “[...] empresas, ou por iniciativa própria ou decorrente de alguma exigência, passaram a ter interesse em demonstrar um desempenho ambiental correto” (ASSUMPÇÃO, 2006, p. 19).

Para tanto, Moreira (2006) apresenta que algumas ferramentas passaram a ser desenvolvidas e utilizadas pelas empresas no intuito de permitir o controle dos impactos significativos que geram no meio ambiente e a melhoria contínua de suas operações e negócios, visando tanto à lucratividade quanto à diminuição dos

impactos, de forma integrada. Donaire (1999) cita três dessas ferramentas: sistemas de gestão ambiental (SGA), certificação ambiental e evidenciação de aspectos socioambientais via relatórios de sustentabilidade.

Segundo MOREIRA (2006), o objetivo de um sistema de gestão ambiental (SGA) é permitir à empresa o controle dos impactos significativos que gera no meio ambiente e que possa melhorar continuamente suas operações e negócios, visando tanto a lucratividade quanto a diminuição dos impactos, de forma integrada. E, seguindo-se determinados critérios, pode-se obter certificação oficial, o que seria estrategicamente estimulante às empresas.

Entretanto, como ferramenta de transparência, Moreira (2006) e Donaire (1999) afirmam que a empresa interessada em tornar públicas tais informações, através da evidenciação desses aspectos para quaisquer interessados, pode optar por divulgar ao público os relatórios de sustentabilidade (conhecido também por outras denominações como balanço social, relatório social, ou socioambiental).

Segundo Cunha e Ribeiro (2008), o intuito é que os discursos de Responsabilidade Socioambiental divulgados pelas empresas, através de suas propagandas em geral, possam ser comparados com a prática, mediante esse instrumento de evidenciação.

Com o desenvolvimento da cobrança da sociedade por responsabilidade social, chegou-se ao ponto de se tornar necessária a divulgação periódica desses relatórios por parte das empresas, o que foi iniciado, historicamente, em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos (IGALENS, 2004).

Siqueira (2003, p. 86) comenta que a Europa se destaca com as primeiras iniciativas de publicação dessas demonstrações. Reconhece-se como tendo sido na França que ocorreu a publicação do primeiro Balanço Social, em 1972 (SIQUEIRA, 2003, p. 86).

Tal fato, segundo diversos autores, teria se dado por conta do pioneirismo dos países anglo-saxões e do ocidente europeu seja no desenvolvimento histórico de movimentos socioambientalistas como na pesquisa e na normatização referente ao tema, o que contextualizaria o fato de a prática de evidenciação socioambiental ter se iniciado nesses países (IGALENS, 2004).

Já no Brasil, também constam iniciativas, sobretudo governamentais, de requerer a divulgação de informações sociais, a exemplo da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Entretanto, os instrumentos ainda não respondiam adequadamente a expectativas de informações mais amplas, para fins de real prestação de contas da atuação das empresas à sociedade ou como instrumento gerencial para tomada de decisões, mas certamente que foram medidas que iam ao encontro dos crescentes anseios sociais (SIQUEIRA, 2009).

O Balanço Social começou reunindo as informações de caráter social, sendo destinado, por exemplo, a funcionários, parceiros, ou qualquer outro interessado (REIS; MEDEIROS, 2007). Inicialmente, portanto, a demanda interna por informações e, ocasionalmente, seu uso externo para apresentação a algum órgão fiscalizador ou em demandas judiciais, prevaleceu. Paulatinamente, o leque de informações se ampliou, incorporando mais informações sociais e um conjunto amplo de dados relacionados a questões ambientais.

Abordando essa amplitude, Carvalho e Siqueira (2007) descrevem o balanço social como sendo um demonstrativo contábil que visa à apresentação de informações sobre a interação da empresa com o meio em que está inserida.

Então, segundo esclarece Tinoco (2006): o escopo do Balanço Social foi ampliado com a inclusão de questões econômicas, ambientais e de cidadania, integrando-se assim demonstração do valor adicionado, balanço ecológico e responsabilidade social; todos esses aspectos em uma mesma demonstração conhecida como Relatório de Sustentabilidade.

Destacaram-se, no Brasil, os modelos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e o do Instituto Ethos.

Em 1997, o IBASE desenvolveu o primeiro modelo de Balanço Social no Brasil. Em 1998, passou a conceder um 'selo' às organizações que seguissem sua metodologia na elaboração de seus relatórios, a fim de incentivar um acréscimo nessa prática de evidenciação (REIS; MEDEIROS, 2007).

O modelo IBASE é constituído por indicadores para informar sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais das empresas. O objetivo era que uma única

página de relatório gerasse comparabilidade entre as diversas organizações que adotassem seu modelo, além de simplicidade e facilidade para o entendimento por parte de leitores.

Reis e Medeiros (2007) explicam que o modelo IBASE apresenta sete categorias de indicadores abrangendo dados quantitativos e qualitativos. As sete categorias são: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, indicadores relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações. Portanto, estes indicadores apresentam os investimentos em atividades específicas, tais como meio ambiente, benefícios a empregados, educação e voluntariado.

Já a estrutura sugerida pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social contém indicadores que visam identificar o potencial de melhoria do desempenho social da entidade, considerando valores, transparência e governança, relacionados ao público interno, ao meio ambiente, aos fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade (ETHOS, 2011a).

Os indicadores propostos pelo Instituto Ethos (2011a) estão disponíveis desde 1999, passando por atualização com o passar do tempo. Atualmente, eles passam por uma ampla revisão, a fim de ser apresentada, em outubro de 2012 (previsão), a terceira geração dos Indicadores Ethos, como fruto de um processo estruturado participativo entre diversas partes interessadas, como explicado pela Ethos (2011d):

Por meio de um espaço *multistakeholder* de troca e aprendizagem, a terceira geração dos Indicadores Ethos potencializará sua utilização como ferramenta de gestão para o diagnóstico e para o planejamento das práticas de responsabilidade social empresarial (RSE).

Em caráter intermediário, enquanto não é lançada a terceira geração, o Ethos publicou em uma Conferência em agosto de 2011, a Versão Intermediária para Aplicação-Piloto, que inclusive tem em sua proposta a convergência entre os Indicadores Ethos e as Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), em caráter de complementaridade. As atualizações dessa versão piloto estão em revisão para a apresentação final da terceira geração dos Indicadores Ethos (ETHOS, 2011c).

Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de gestão para autodiagnóstico das empresas, que podem optar por responderem ao questionário Ethos ou o Ethos-

Sebrae, tendo ambos o mesmo conteúdo, divergindo apenas na abordagem, voltada para grandes e médias empresas ou para micro e pequenas empresas, respectivamente, sendo também disponibilizados indicadores setoriais específicos, para maior precisão e aprofundamento, conforme o setor (ETHOS, 2011a).

Todavia, o modelo Ethos de indicadores de Responsabilidade Social Empresarial é uma ferramenta de gestão essencialmente de uso interno, conforme o próprio Instituto:

Trata-se de uma ferramenta de uso essencialmente interno, que permite a autoavaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do desempenho geral da empresa, abrangendo os seguintes temas: valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade e governo e sociedade (ETHOS, 2011a).

Portanto, não se trata de um relatório primariamente destinado à divulgação à sociedade, embora possa o ser, se assim desejado pela empresa:

Os dados fornecidos pelas empresas, assim como as informações do relatório de diagnóstico, são tratados com máxima confidencialidade e não são divulgados sem o consentimento prévio formalizado (ETHOS, 2011b, p. 3).

Os Indicadores Ethos possuem questões de profundidade, binárias e quantitativas. As questões de profundidade visam uma avaliação do nível atual de gestão da empresa, apresentando o estágio de cada prática de gestão, em quadros. São quatro estágios, em escala: básico, intermediário, avançado e proativo. Os estágios são determinados conforme orientações do modelo, escolhendo-se aquela definição que melhor corresponde à realidade da empresa, para cada indicador.

As binárias (do tipo “sim” ou “não”) são qualitativas, mostrando aprofundamento do estágio de responsabilidade social da empresa, uma vez que identifica as práticas de gestão indicadas que são adotadas e as que ainda devem ser incorporadas pela empresa. Já as quantitativas (usadas em alguns indicadores, mas não todos), refletem um levantamento sistemático de dados especificados pelo modelo, seja através da apresentação de séries anuais ou cruzamento com outros dados do mesmo relatório.

Além dos modelos IBASE e do Instituto Ethos, Carvalho e Siqueira (2007, p. 2) citam

que algumas regulamentações, a nível nacional, estadual e municipal, ou mesmo referentes a setores econômicos específicos, também podem apresentar orientações às organizações para a elaboração e divulgação desses relatórios.

Também pode-se verificar na literatura nacional o esforço de pesquisadores em contribuírem com tal cenário. Por exemplo, na tentativa de oferecer um conjunto de informações mais rico e amplo à sociedade, Siqueira *et al.* (2008) analisaram documentos preparados por grupos organizados da sociedade, considerando estes como representativos dos anseios da sociedade. Após identificar demandas sociais genéricas e específicas, os autores propuseram um relatório que denominaram de Demonstração de Impacto Social.

Percebeu-se, contudo, que os relatórios de cunho socioambiental publicados pelas organizações apresentavam um número significativo de problemas.

2.2.3 Problemas nos Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade, apesar de constarem como uma das ferramentas cotadas como mais indicadas para um adequado controle da responsabilidade socioambiental das organizações segundo diversos autores (MOREIRA, 2006; DONAIRE, 1999), têm tanto sido positivamente destacados na literatura especializada como também alvo de críticas, ao serem analisadas pesquisas sobre a temática.

Ortas e Moneva (2011) analisaram a evolução da adoção do modelo GRI de relatórios de sustentabilidade por empresas na América Latina, destacando Brasil e Chile como os países mais relevantes nesta região em termos de divulgação de relatórios em conformidade com a GRI. Foram apontados significativos aumentos, ao longo dos anos, tanto na quantidade de relatórios divulgados que adotaram o modelo GRI como incrementos relativos ao nível de aplicação da GRI declarados pelas empresas reladoras, nesses países; o que faz ser, portanto, necessário verificar se esses aumentos quantitativos são igualmente acompanhados de melhoria real na qualidade das divulgações.

Por exemplo, segundo Castro, Siqueira e Macedo (2010, p. 84):

Apesar de, em muitos países, a elaboração e publicação dos relatórios de sustentabilidade não serem obrigatórias, observa-se que a utilização desse instrumento vem crescendo a cada ano. Contudo, num contexto geral, os relatórios publicados atualmente, vêm apresentando uma série de problemas, como por exemplo, a abrangência limitada, a falta de evidenciação de externalidades negativas e, a dificuldade de comparabilidade entre os relatórios, o que têm prejudicado a sua capacidade de gerar informações úteis.

A falta de comparabilidade dificulta os usuários no processo de comparação do perfil social de empresas/períodos distintos e sendo destacada por vários autores, a exemplo de Calixto (2007; 2010), Costa e Marion (2007), Saida (2009) e Grosbois (2011). Calixto (2007), por exemplo, observou dificuldades de comparabilidade entre relatórios de diferentes empresas, inclusive de um mesmo setor.

Costa e Marion (2007), ao estudarem as informações ambientais divulgadas por empresas do ramo de celulose e papel, igualmente identificaram dificuldades em analisá-las e em identificar as empresas mais comprometidas em preservar e recuperar o meio ambiente, apontando como causas, principalmente: a falta de uniformidade da apresentação das informações dentro dos relatórios analisados e a proximidade dos textos que abordam questões ambientais.

Saida (2009) analisou informações ambientais contidas em relatórios de 72 multinacionais americanas e europeias. Em suas comparações, evidenciou superioridade de evidenciação ambiental por parte das multinacionais europeias em relação às americanas e também diferenças no nível de evidenciação entre diferentes países europeus.

Grosbois (2011) estudou as divulgações disponíveis nos *sites* institucionais e relatórios publicados por 150 companhias hoteleiras em 2010, no que tange à RSE, através da análise de conteúdo. O estudo demonstrou que apesar de grande parte dessas empresas comunicar compromissos com objetivos relacionados à RSE, uma parte bastante menor forneceu detalhes acerca de iniciativas específicas adotadas para atingí-los, sendo ainda menor a divulgação de informações acerca de seu desempenho. O estudo também identificou problemas que dificultam a comparabilidade do desempenho entre os hotéis estudados, como a adoção de diferentes metodologias, bem como a falta de clareza em relação à abrangência.

Percebe-se que, assim como é necessária a padronização dos demonstrativos

financeiros, o mesmo deve ocorrer com os demonstrativos socioambientais. A padronização não tem o intuito de limitar e sim de ampliar a abrangência e garantir uma qualidade mínima das divulgações, evitando o uso excessivamente livre dessas ferramentas com o intuito de apelar para o potencial mercadológico, com divulgações viesadas, sem real utilidade a um número maior de interessados (RIBEIRO, 2006).

Em relação à falta de evidenciação de externalidades negativas, estudos revelam que, como forma de gerenciamento da imagem organizacional, são apontadas ocorrências da chamada ‘divulgação oportunística’, em que as empresas tenderiam a fazer uso dos relatórios de sustentabilidade como ferramenta de *marketing*, prezando por maior divulgação de fatos positivos à reputação da empresa (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006; SILVA; LINS, 2009).

Tal fenômeno deveria ocorrer sobretudo nos estágios iniciais, nas primeiras publicações das empresas, em que estariam se adaptando às ferramentas de divulgação. Todavia, tendências ao uso desses relatórios como instrumento de legitimação, usufruindo estrategicamente do status de confiabilidade que adquiriu na sociedade têm sido demonstradas em diversas pesquisas (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006; SILVA; LINS, 2009; VILLIERS; STADEN, 2006).

Villiers e Staden (2006), por exemplo, analisaram relatórios de companhias sul africanas e verificaram uma diminuição seja da quantidade de informações ou de sua especificidade, em relação àquelas informações que poderiam ser prejudiciais à imagem da empresa. Tal fato é compreensível, entretanto é questionável se não seria possível que as empresas prestassem as informações de forma isenta, ainda que potencialmente negativas, fornecendo mais explicações sobre o tratamento a ser dado a essas questões.

Mussoi e Bellen (2010), ao estudarem as evidenciações de informações ambientais por 28 empresas brasileiras com ações negociadas em bolsas de valores em 2006, além de encontrarem significativas diferenças, em quantidade e conteúdo, na evidenciação dessas informações, apontaram que esta se mostrou generalista, superficial e tendenciosa, dificultando a comparabilidade e tomada de decisão por parte de usuários.

Além disso, verificou-se a utilização dos relatórios, por parte das empresas estudadas, para “evidenciar informações que sinalizam ao mercado que elas cumprem as suas obrigações ambientais e investem no meio ambiente de alguma forma”, todavia deixando “em segundo plano informações sobre a *performance* ambiental, litígios ou possíveis passivos que a empresa venha a ter no futuro por causa de problemas envolvendo o meio ambiente” (MUSSOI; BELLEN, 2010, p. 74).

No que diz respeito a esse viés de gerenciamento de imagem empresarial, vale ressaltar que diversas teorias buscam fundamentar as relações existentes entre evidenciação socioambiental voluntária e desempenho socioambiental empresarial, embora ainda não haja consenso e seja este um campo fértil para pesquisas (MUSSOI; BELLEN, 2010).

Por exemplo, em pesquisa conduzida por Clarkson *et al.* (2008), os autores encontraram resultados consistentes com as teorias econômicas que defendem que um maior nível de evidenciação ambiental voluntária estaria positivamente associado a um melhor desempenho ambiental empresarial. Em contrapartida, segundo teorias como a da Legitimidade e dos *Stakeholders*, por exemplo, as empresas com os piores desempenhos ambientais é que estariam efetuando maiores esforços em divulgar informações socioambientais positivas, como ferramenta de legitimação (CHO; PATTEN, 2007), o que fundamenta a necessidade de controle da quantidade e qualidade dessas divulgações.

Um exemplo de que as empresas escolhem as informações que consideram mais importantes a serem divulgadas, independente das motivações, é o estudo de Guthrie, Cuganesan e Ward (2008) que, em um estudo na Austrália, desenvolveram um modelo para análise do desempenho social de empresas do setor de bebidas e alimentos, por ter ela grande impacto na economia e no meio ambiente australiano e vir sofrendo grande demanda para que gerencie seu impacto em uma série de problemas sociais contemporâneos como obesidade, abuso de álcool, e problemas relacionados a condicionamento.

Guthrie, Cuganesan e Ward (2008) constataram que as empresas estudadas divulgam mais informações justamente acerca de questões específicas relacionadas à indústria de alimentos e bebidas (sobre as quais mais sofrem pressão) e fazem

amplo uso dos *sites* institucionais para divulgações mais detalhadas, razão pela qual os autores sugerem que estudos sobre o desempenho socioambiental empresarial levem em consideração também mídias alternativas, além dos relatórios anuais. Secundariamente, o estudo sugere um uso parcial do potencial dos relatórios de sustentabilidade, ou uma percepção de insuficiência das informações constantes nos relatórios, tanto por parte das empresas como dos usuários (GUTHRIE; CUGANESAN; WARD, 2008).

Villiers e Staden (2006), dentre outros elementos importantes, afirmam ser crucial evidenciar com correção e honestidade as “notícias ruins” relativas à atuação da empresa, para assegurar a qualidade da evidenciação. Outros pontos ressaltados por esses autores que julga-se interessante citar são os problemas dos relatórios de sustentabilidade (como meio de comunicação entre organizações e sociedade) apresentados: a não compulsoriedade (para a maioria das empresas, e na maioria dos países), a inexigência de revisão por parte de auditoria independente, e a possibilidade de alteração ao longo do tempo, por parte das empresas, do modelo de apresentação.

Todos esses vieses, adicionados à falta de regularidade e/ou à falta de uniformidade na periodicidade de divulgação entre as empresas, prejudicam a comparabilidade e a transparência esperada pelos interessados em usufruir desse tipo de relatório.

Por essas razões, a falta de regulamentação em nível global, com definições de obrigatoriedade, padrões mínimos de evidenciação, periodicidade, e outros fatores, como a falta de obrigatoriedade de auditoria externa, de forma generalizada, estão dentre os problemas apontados por estudiosos do tema, a exemplo de Calixto (2010), Danastas e Gadenne (2006), Siqueira (2009), Mussoi e Bellen (2010).

Danastas e Gadenne (2006) aplicaram um questionário a 59 ONGs australianas voltadas a questões sociais e ambientais, e identificaram percepções de que as informações socioambientais divulgadas pelas empresas são consideradas de baixa credibilidade, e mesmo quando relevantes, as informações são consideradas insuficientes por este segmento da sociedade. A maioria das respostas (91,5%) apontou ser necessária a imposição de legislação que regule políticas de divulgação de informações socioambientais em relatórios organizacionais.

Calixto (2010) investigou a percepção de ONGs brasileiras quanto a aspectos das evidenciações socioambientais de empresas de setores potencialmente poluidores. Os resultados de seu estudo demonstram a relevância do tema para essas ONGs, cada vez mais interessadas nas decisões empresariais de investimentos ambientais. Para as ONGs participantes na pesquisa, os relatórios de sustentabilidade estão entre as principais fontes de informação utilizadas, mas é importante que sejam auditados por profissional independente para terem maior credibilidade.

Siqueira (2009) realizou uma análise de estudos que tratavam de relatórios de sustentabilidade, tendo constatado que todos os estudos de sua amostra apresentaram críticas às práticas na composição dos relatórios. Dentre essas críticas, além das já citadas tendência à potencialização de resultados e baixa padronização, destacaram-se a ocorrência de limitações da abrangência dos relatórios, e fragilidade na transparência.

Por exemplo, Siqueira e Fernandes (2009) analisaram a qualidade dos relatórios socioambientais de 22 entidades de grande porte, tendo como parâmetros: abrangência, viés para potencialização dos resultados, comparabilidade e transparência. Os resultados da pesquisa se assemelham, conforme os autores, aos observados em outras bibliografias por eles revisadas.

Fernandes, Siqueira e Gomes (2010, p. 101) igualmente defendem ser “necessário incentivar melhorias em aspectos como padronização e transparência para que sejam usados com mais constância e confiabilidade no processo de tomada de decisões”.

Encontraram as mesmas críticas na literatura, em sua revisão bibliográfica, os autores Carvalho e Siqueira (2007) e Fernandes, Siqueira e Gomes (2010), ao retomarem pesquisas anteriores.

Em relação às limitações de abrangência, estas dizem respeito ao não atendimento às necessidades de informações dos usuários. Um pré-requisito lógico para que se possa atender aos usuários, em suas necessidades informacionais, é o seu conhecimento. É necessário conhecer o usuário e suas necessidades de informação (MARTINS; LOPES, 2007, p. 2).

Potencialmente ou mesmo de fato, os usuários de relatórios de sustentabilidade são os mais diversos: os gestores de todos os níveis, bem como todos os trabalhadores da empresa (e inclusive terceirizados), diretamente ou via sindicatos, investidores, fornecedores, parceiros, clientes, Governo (em seus diversos níveis e através de vários órgãos), seguradoras e financiadoras, sociedade em geral (também diretamente ou mediante instituições representativas), e mesmo concorrentes (COSTA; SOUZA, 2006).

Fica evidenciado que para atender a tamanha diversidade de usuários, com seus inúmeros interesses, certamente se faz necessário que os relatórios de sustentabilidade sejam o mais abrangentes possível, fornecendo uma ampla gama de informações.

Os resultados de uma pesquisa desenvolvida por Castro, Siqueira e Kubrusly (2011) revelam ineficácia dos relatórios de sustentabilidade, em geral, no alcance de consumidores. Nesta pesquisa, uma falta de conhecimento dos impactos e ações socioambientais das empresas foi apontada como um dos motivos para a lacuna entre atitude e comportamento estudada. Os autores registraram reclamações de participantes que balanços sociais não são publicados por todas as empresas e, muitas vezes, os publicados se apresentam de forma estritamente técnica, analisável apenas por especialistas, o que contraria o objetivo de que esse demonstrativo seja útil a todos que interagem com a organização relatora.

Tal realidade transparece uma diferenciação dispensada pelas empresas em relação aos seus diversos usuários. As empresas estariam sendo tendenciosas a fornecer mais e melhores informações a determinados usuários por elas considerados mais importantes, em detrimento de outros.

Já em relação às críticas quanto à fragilidade na transparência, estas estão ligadas à necessidade de confiabilidade nas informações que constam nos relatórios. Siqueira (2009) cita ser de suma importância, nesse ponto, a transparência por parte da organização, no que diz respeito, por exemplo, à identificação do responsável pela elaboração do relatório, aos processos de obtenção e manipulação dos dados, à real adequabilidade do divulgado à realidade. Nesse quesito, passar por revisão por entidade independente pode agregar maior confiabilidade aos relatórios, e a

emissão de notas explicativas pode auxiliar no fornecimento de mais detalhes acerca dos pontos tanto positivos como negativos apresentados.

Essa exposição de maiores detalhes acerca das informações divulgadas, como explicações sobre os danos porventura causados no meio ambiente e como se pretende lidar com eles, por parte das empresas, injustificaria o gerenciamento da imagem com a omissão das ‘notícias ruins’ (ou seja, injustificaria as divulgações oportunísticas). E, ainda, tal expediente forçaria a uma maior eficiência por parte das empresas em sua gestão ambiental, uma vez que deveriam divulgar suas ações em prática ou planejadas para lidarem com as situações consideradas graves, evidenciando sua capacidade de lidar com elas.

Sumariza-se as críticas levantadas na revisão bibliográfica, elencando os pontos que estariam prejudicando a utilidade ou a capacidade dos relatórios de sustentabilidade em gerar informações úteis:

- Falta de consenso sobre periodicidade;
- Falta de consenso sobre estrutura e elementos dos relatórios;
- Abrangência limitada;
- Falta de evidenciação de externalidades negativas (‘gerenciamento de imagem’, ‘divulgação oportunística’, tendências a apelar para o potencial propagandístico – *marketing*, ou instrumento estratégico mercadológico e de legitimação);
- Dificuldades de comparabilidade entre relatórios (devido à falta de um padrão único e de exigências mínimas de informatividade);
- Não obrigatoriedade de apresentação de relatórios de sustentabilidade e de processo de auditoria externa (para maior garantia de transparência/confiabilidade por parte dos usuários).

Todos os modelos têm seus pontos fortes e fracos. Por exemplo, o modelo IBASE é considerado por alguns autores (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; TINOCO, 2006) como excessivamente quantitativo, tendo uma estrutura que limitaria a

acessibilidade, ou entendimento das informações. Tinoco (2006) explicita a necessidade de expor as informações relativas à interação das empresas com o ambiente de forma mais qualitativa.

Um estudo francês comparativo entre diversos indicadores (ORSE, 2003), ressaltou que indicadores construídos seguindo especificidades políticas ou técnicas refletem sempre um modelo imperfeito e redutor da realidade e não a realidade propriamente. Assim, conclui-se que um indicador não tem sentido se não for acompanhado, dentre outros, de comentários sobre a escolha e forma que a empresa os organizou (o que também é válido em relação à necessidade de maiores informações 'explicativas' nos relatórios). Corroborar com tal posicionamento Igalens (2004).

Siqueira (2003) contextualiza o surgimento da iniciativa GRI justamente nessa incompletude dos relatórios socioambientais até então disponíveis, e na necessidade de padronização e transparência.

Este autor alerta para a necessidade que se fez (e que ainda se faz) de essa prática de evidenciação de aspectos socioambientais atender à sua finalidade de prestar informações qualitativas e quantitativas de qualidade, permitindo um real controle da responsabilidade socioambiental das empresas e não servir como puro instrumento de promoção de sua imagem.

O modelo de relatório de sustentabilidade proposto pela GRI, que será apresentado no subitem seguinte, se destaca como iniciativa em busca do atingimento efetivo dessa finalidade, de acordo com diversos autores de trabalhos disponíveis na literatura nacional e estrangeira. Por exemplo, Capron e Quairel (2009) apontam as diretrizes da GRI como sendo, na atualidade, as que oferecem um modelo mais completo para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

2.2.4 O modelo GRI e suas contribuições

Com a motivação de tentar minimizar os problemas apresentados no subitem anterior, dentre as iniciativas de proposição de orientações para a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade, surgiu a ONG internacional *Global Reporting Initiative* (GRI), sediada em Amsterdã (Holanda).

A GRI foi originada por uma parceria da ONG Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis (CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economies*) com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP – *United Nations Environmental Programme*), em 1997 (GRI, 2006a).

Desde então, a GRI elabora diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, no intuito de desenvolver um modelo global padronizado, mais completo. A idéia é elevar os métodos de evidenciação do desenvolvimento sustentável a um nível equivalente ao das demonstrações financeiras (ORSE, 2003, p. 109), observando a necessidade de comparabilidade, credibilidade, rigor, periodicidade e verificabilidade.

A GRI lidou com tal desafio com a participação ativa de empresas, ONGs socioambientalistas, classe contábil, sindicatos, investidores, enfim, das partes interessadas, em todo o mundo. A primeira versão dos trabalhos foi publicada em 2000, a segunda em 2002 e a terceira em 2006 (GRI, 2006a).

Segundo diversos autores (GASPARINO, 2007, p. 107; BROWN; JONG; LESSIDRENSKA, 2009, p. 182), o modelo GRI alcançou reconhecimento internacional, destacando-se dentre os modelos de sustentabilidade disponíveis, tendo por base o chamado *triple bottom line*, que visa a sustentabilidade no ponto de vista do equilíbrio econômico, social e ambiental no desempenho das organizações.

De acordo com a GRI (2006a), o chamado “Relatório de Sustentabilidade” tem por objetivo descrever os impactos de uma entidade em um determinado período de tempo. Tal relatório deve fornecer descrições acerca da sustentabilidade da entidade, abrangendo não apenas as informações positivas como também as negativas, de forma transparente.

A GRI divulga como sendo sua missão atender organizações de todos os tamanhos, setores e localidades, oferecendo uma estrutura confiável para que possam elaborar seus relatórios de sustentabilidade, de forma padronizada (GRI, 2006a, p. 2). E suas diretrizes visam, também, auxiliar tanto os elaboradores como a análise por parte dos interessados externos, ou seja, auxiliar a tomada de decisão tanto internamente nas organizações como para as demais partes interessadas (DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006).

Para tanto, o desenvolvimento das diretrizes e sua atualização periódica se dão mediante um processo participativo que envolve diversos interessados, de diversos países. O aprimoramento do primeiro modelo contou com a participação de representantes de diversos segmentos da sociedade, através do envio de sugestões e comentários. Os debates para lançamento da terceira versão também tiveram repercussão mundial (GRI, 2006a).

Acquier (2007) defende a importância global da iniciativa da GRI, com seu processo participativo que abrange diversas partes interessadas na construção de uma ferramenta internacionalmente aplicável que permita a avaliação da responsabilidade socioambiental das organizações.

Brown, Jong e Lessidrenska (2009) também apontam a importância da iniciativa da GRI, e ressaltam que todos esses esforços de melhoria visam uma ampliação contínua de sua aplicabilidade globalmente, em busca de maior padronização, e por consequência, de maior comparabilidade entre as divulgações de diversas organizações. Atualmente, as diretrizes da GRI estão em sua terceira versão, também conhecida como terceira geração (G3), que está em vigência desde 2006, tendo sido atualizada em março de 2011. A quarta versão está com publicação definitiva prevista para 2013.

Na elaboração da terceira geração, buscou-se atender à demanda por um modelo mais amigável e harmonizado com outros padrões de responsabilidade socioambiental, e maior foco no desempenho dos indicadores, além de apresentar orientações mais claras a respeito da operacionalização, uso e salvamento de dados (ETHOS, 2011).

As diretrizes da GRI orientam a elaboração dos relatórios apresentando os princípios para definição de conteúdo, os princípios para assegurar a qualidade e orientações para definições de limitações.

As orientações da GRI para a definição do conteúdo do relatório visam garantir a materialidade das informações a serem divulgadas, no contexto da sustentabilidade, primando pela inclusão dos *stakeholders* nas definições de abrangência e limitações do relatório.

Os princípios para assegurar a qualidade do relatório, apresentados pela GRI (2006a) são:

- Equilíbrio - o relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral.
- Comparabilidade - as questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permitam aos *stakeholders* analisarem mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações.
- Exatidão - as informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora.
- Periodicidade – o relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas.
- Clareza - as informações deverão estar disponíveis de uma forma compreensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório.
- Confiabilidade - as informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e a materialidade das informações.

Já o modelo (o formato em si) abrange basicamente como itens em sua estrutura (conteúdo): perfil, informações relativas à forma de gestão e indicadores de desempenho. Os indicadores de desempenho do modelo GRI visam abranger os reflexos econômicos, sociais e ambientais significativos para a organização ou que possam substantivamente influenciar avaliações e decisões dos interessados (GRI, 2006a).

Em um estudo francês comparativo entre indicadores elaborados pelas principais referências (dentre elas, as diretrizes da GRI) e as práticas empresariais, um

indicador foi definido da seguinte maneira (ORSE, 2003, p. 3):

Um indicador se apresenta como um dado quantitativo ou qualitativo que permite a caracterização de uma situação evolutiva, uma ação ou consequências de uma ação, de maneira a avaliá-las e compará-las a seu estado em diferentes datas.

A GRI (2006a, p. 40) define os indicadores de desempenho como “informações qualitativas ou quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo”, e podem ser essenciais ou adicionais, para cada uma das dimensões (econômica, social e ambiental).

Segundo as diretrizes da GRI (2006a), os indicadores essenciais, por serem considerados aplicáveis e relevantes à maioria das organizações, devem constar em todos os relatórios de sustentabilidade (salvo comprovada justificativa de inadequabilidade por parte da empresa), enquanto que os adicionais são considerados opcionais (por serem aplicáveis e relevantes somente a algumas organizações).

Os indicadores opcionais a serem divulgados e outros específicos desenvolvidos pelas organizações devem ser incluídos seguindo-se os princípios para definição de conteúdo, podendo ser considerados relevantes para determinadas organizações e não para outras (GRI, 2006a).

Além dos indicadores essenciais e opcionais, considerados gerais, a GRI elabora suplementos setoriais, que contém orientações e indicadores específicos para que sejam cobertas questões-chaves específicas de cada setor. Até então, já foram divulgados suplementos para os setores de construção e incorporação, operadores de aeroportos, consultoria de eventos, setor elétrico, serviços financeiros, processamento de alimentos, mídia, mineração e metais, organizações não governamentais, óleo e gás.

Ainda em versões-piloto, estão disponíveis também suplementos setoriais para os setores automotivo, logística e transportes, agências de publicidade, setor público, telecomunicações, vestuário e calçados. A GRI informa, em seu *site* institucional, a existência de grupos de trabalho voltados para a articulação com interessados em desenvolver outros suplementos setoriais, além de ressaltar que os trabalhos,

mesmo após publicados, assim como todas as diretrizes, indicadores, enfim, todas as orientações divulgadas estão sujeitas a um processo contínuo de revisão.

Os indicadores ambientais essenciais (cujas percepções de relevância são objeto desta pesquisa) abrangem o desempenho relacionado a insumos, produção, biodiversidade, conformidade ambiental e outras informações, como gastos com meio ambiente (GRI, 2006a). A GRI preconiza, inclusive, a divulgação de aspectos qualitativos dos resultados efetivos de investimentos relacionados a meio ambiente. Dos trinta indicadores, os dezessete relacionados no quadro a seguir são considerados essenciais.

Quadro 1 – Indicadores Ambientais Essenciais da GRI

ASPECTO MATERIAIS	
EN1	Materiais usados por peso ou volume.
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
ASPECTO ENERGIA	
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
ASPECTO ÁGUA	
EN8	Total de retirada de água por fonte.
ASPECTO BIODIVERSIDADE	
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
ASPECTO EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.
ASPECTO PRODUTOS E SERVIÇOS	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
ASPECTO CONFORMIDADE	
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Fonte: Adaptado de GRI (2006a).

Além dos indicadores ambientais, outras informações de caráter ambiental são divulgadas no segmento relativo à forma de gestão, em que deve ser informada a abordagem da gestão em relação aos seguintes aspectos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e outros aspectos ambientais em geral (GRI, 2006a).

Em relação ao problema da não obrigatoriedade de os relatórios de sustentabilidade passarem por auditoria externa, Castro, Siqueira e Macedo (2010, p. 91) explicam as inovações da terceira geração da GRI:

Existem três níveis de aplicação (A, B e C), que são indicados pela organização em um processo de auto-avaliação. Adicionalmente à auto-avaliação, a organização pode solicitar uma verificação externa e/ou até mesmo que a própria GRI examine sua classificação (*GRI Application Level Check*), o que possibilita a obtenção de um ponto a mais em cada um dos três níveis, ou seja, a elaboração do seu relatório pode ser classificada como A+, B+ ou C+.

Assim, com essa inovação, o tratamento dado ao problema da não obrigatoriedade de auditoria externa foi auferir um ‘plus’ à voluntariedade da organização que opte por fazê-lo. Tal ‘plus’ pode ser encarado pelos usuários como maior garantia de confiabilidade, o que por sua vez, pode incentivar a adoção crescente dessa prática por parte das empresas (GRI, 2006b).

Ainda assim, Andrade, Gosling e Xavier (2010) analisaram as demonstrações de duas empresas do setor siderúrgico mineiro, ambas tendo se baseado nas diretrizes GRI e submetido seus relatórios a empresas de auditoria especializadas e internacionalmente renomadas. Os autores fazem um alerta para o fato de que as auditorias avaliaram somente a veracidade das informações, e não sua ausência ou a abordagem feita e apontam indícios fortes da prática de gerenciamento de imagem no conteúdo dos relatórios estudados.

Todavia, esses, assim como diversos outros autores (ACQUIER, 2007; CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; GASPARINO, 2007; IGALENS, 2004), têm apontado a iniciativa de padronização da GRI como a mais próxima do desejável dentre os modelos disponíveis atualmente. Por exemplo, Castro, Siqueira e Macedo (2010, p. 89) concluem através de suas revisões bibliográficas que o modelo GRI “está sendo considerado o modelo menos suscetível a tendências, e com isso, está fornecendo uma credibilidade adicional ao usuário”. Porém, ainda há muito a ser melhorado

nessa empreitada em prol de melhor evidenciação socioambiental, na prática, como será apresentado a seguir.

2.2.5 Problemas encontrados na utilização do modelo GRI

Nos últimos anos, diversos autores (COWE, 2004; DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006; CARVALHO; SIQUEIRA, 2007; SILVA, SIQUEIRA; FERNANDES, 2009) têm alertado para o fato de que, apesar de o modelo desenvolvido pela GRI ser apontado como um padrão internacionalmente significativo para a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade, têm sido encontradas divergências entre o que o modelo preconiza e o que tem sido efetivamente publicado pelas empresas que adotaram tal modelo. Em suma, é crescente a evidenciação de que a dissintonia entre o modelo e a prática corporativa tem sido muito grande.

Esses mesmos pesquisadores criticam o fato de as empresas poderem optar pelos indicadores que reportarão, de forma que se faz possível uma ‘fuga’ de assuntos polêmicos, por exemplo. Outra questão muito criticada é a não obrigatoriedade de submissão dos relatórios à auditoria independente.

Ocorre que, dado esse reconhecimento internacional do modelo GRI, é possível que empresas então desfrutem dessa confiabilidade, ainda que não tenham aderido plena e efetivamente a todos os indicadores essenciais do modelo, ou sem evoluir (ou ao menos manter) o nível de aderência ao longo do tempo. Ainda, evidencia-se não haver semelhança no nível de aderência aos indicadores entre as diversas empresas relatoras (nem mesmo dentre as de setores econômicos e/ou atividades afins), o que prejudica a comparabilidade.

Corroboram com tal possibilidade, por exemplo, os resultados das seguintes pesquisas: Dias, Siqueira e Rossi (2006); Carvalho e Siqueira (2007); Pereira e Silva (2008); Silva, Siqueira e Fernandes (2009); Castro, Siqueira e Macedo (2010); Fernandes, Siqueira e Gomes (2010); Nascimento *et al.* (2011); Penteado e Aquino (2011); Rosa *et al.* (2011) e Tesche e Ribeiro (2011). Isso para citar as mais recentes (cerca de 5 anos).

Silva, Siqueira e Fernandes (2009) analisaram a evolução do GAPIE (grau de

aderência plena aos indicadores essenciais) e o GEE (grau de aderência efetiva) em relação aos indicadores essenciais em relatórios de sustentabilidade publicados por empresas brasileiras no período de 2003 a 2005, tendo apenas duas das seis empresas estudadas apresentado melhorias. O cálculo do GAPIE foi desenvolvido por Dias, Siqueira e Rossi (2006), e o GEE por Carvalho e Siqueira (2007).

Conforme o modelo desenvolvido por Dias, Siqueira e Rossi (2006), para o cálculo do grau de aderência plena (GAPIE), deve-se analisar as apresentações no Relatório de Sustentabilidade de uma empresa, em relação a cada indicador essencial proposto pela GRI, verificando-se, primeiramente se o indicador foi divulgado ou não. Posteriormente, estes devem ser subclassificados conforme as observações sumarizadas no quadro a seguir.

Quadro 2 – Critérios para classificações e subclassificações de indicadores

Análise das apresentações no Relatório de Sustentabilidade de uma empresa, em relação às informações solicitadas por cada indicador essencial proposto pela GRI.			
Observação	Classificação	Subclassificações	Observação
O indicador foi divulgado.	APRESENTADO	Aderência Plena	Todas as informações foram fornecidas.
		Aderência Parcial	Apenas parte das informações foram fornecidas.
		Dúbio	Não são fornecidas informações suficientes que permitam perceber se houve aderência plena ou parcial.
		Inconsistente	As informações fornecidas diferem do que é solicitado pela GRI.
O indicador não foi divulgado.	NÃO APRESENTADO	Não disponível	A organização reconhece que a informação é pertinente às suas atividades, porém ainda não tem condições de fornecê-la.
		Não aplicável	A organização informa não dispor da informação por não se relacionar com o setor ou suas atividades.
		Omitido com justificativa	A organização omite a informação, porém emite alguma justificativa que embasa tal decisão.
		Omitido	Nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse.

Fonte: Adaptado de Dias, Siqueira e Rossi (2006).

Após proceder às classificações e subclassificações em relação a cada indicador essencial proposto pela GRI, realiza-se o cálculo do GAPIE somando-se o total de indicadores com aderência plena com os omitidos com justificativa, e dividindo-se este somatório total pelo total de indicadores essenciais (exceto os classificados

como não aplicáveis, que são subtraídos), conforme segue:

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos indicadores apresentados com APL} + \text{Total de indicadores OJ}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Onde,

APL: Aderência Plena

OJ: Omitidos com Justificativa

Fonte: Adaptado de Dias, Siqueira e Rossi (2006).

A soma dos indicadores omitidos com justificativa aos indicadores essenciais com aderência plena se deve ao fato de ser fornecida pela GRI a opção de não apresentação de um indicador essencial mediante justificativa. Da mesma forma, a GRI orienta as organizações relatoras para que informem os indicadores essenciais não aplicáveis à sua realidade específica, razão pela qual são subtraídos do total dos indicadores essenciais para o cálculo do GAPIE (DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006).

O cálculo do grau de evidenciação efetiva (GEE), desenvolvido no trabalho de Carvalho e Siqueira (2007), se distingue do cálculo do GAPIE pelo fato de o GEE desconsiderar os indicadores omitidos pela empresa com justificativa, de forma a apresentar o percentual de informação efetivamente externalizada pela relatora em relação ao potencial informacional total do modelo GRI. O cálculo do GEE é feito conforme segue:

$$\text{GEE} = \frac{\text{Total dos indicadores com aderência plena}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Fonte: Adaptado de Carvalho e Siqueira (2007).

Alerta-se para o fato de os resultados encontrados por Silva, Siqueira e Fernandes (2009) são preocupantes, sobretudo ao serem considerados os dos trabalhos anteriores (DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006; CARVALHO; SIQUEIRA, 2007), ambos também relacionados à segunda geração do modelo GRI, no mesmo sentido.

Dias, Siqueira e Rossi (2006) identificaram duas empresas em sua amostra que obtiveram GAPIE inferior a 50%. E na amostra de oito empresas de Carvalho e Siqueira (2007), seis tiveram GAPIE igual ou inferior a 50%, sendo também identificada uma queda no GEE para duas empresas.

Em relação à utilização dos indicadores essenciais da terceira versão, a pesquisa de

Castro, Siqueira e Macedo (2010) analisaram os relatórios publicados pelas empresas do setor elétrico sul americano, sendo identificado que nenhuma das empresas apresentou alto GAPIE, nem GEE e concluiu-se haver necessidade de evoluir substancialmente a demonstração do nível real de responsabilidade socioambiental das empresas desse setor. Além disso, afetando a comparabilidade entre os relatórios das empresas estudadas, estas apresentaram diferentes graus de aderência às Diretrizes da GRI entre si, mesmo sendo estas do mesmo setor econômico (setor elétrico), e até entre as de mesma atividade-fim (por exemplo, distribuição de energia).

Ainda em relação à utilização dos indicadores essenciais, Nascimento *et al.* (2011) analisaram relatórios publicados por empresas do setor bancário brasileiro, calculando seus respectivos GAPIE e GEE. Dos cinco bancos analisados na pesquisa, encontrou-se majoritariamente níveis medianos de aplicação, o que reflete omissão de dados, inconsistências ou parcialidade na aderência por parte dos bancos.

Os resultados de Nascimento *et al.* (2011, p. 13) levantam indícios de distorções significativas entre o que os bancos afirmam declarar nos relatórios e o que realmente é apresentado, e demonstram que empresas de um mesmo setor econômico não apresentam semelhante nível de aderência aos indicadores da GRI, assim como os resultados de Carvalho e Siqueira (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2010).

Nascimento *et al.* (2011, p. 13) concluíram ainda, que as quatro empresas analisadas em seu estudo que possuíam o símbolo + (tendo classificação de nível A+), não cumpriram todas as regras de divulgação de informações, o que é contrário à expectativa do usuário. Isso porque, conforme alertam Nascimento *et al.* (2011), esses relatórios (classificados como A+) passaram por processos de auditoria, então seus usuários poderiam esperar que isso significasse plena aderência.

Penteado e Aquino (2011), ao estudarem os relatórios de sustentabilidade divulgados em 2009 e 2010 por empresas brasileiras do setor de papel e celulose que adotaram as diretrizes GRI, além de efetuarem a análise da evolução da aderência pelo cálculo do GAPIE, consideraram também os indicadores adicionais

da GRI, em separado (grau de aderência plena aos indicadores adicionais – GAPIA), e somados os essenciais e adicionais (grau de aderência plena aos indicadores totais - GAPIT), conforme demonstrado a seguir:

$$GAPIA = \frac{\text{Total de indicadores adicionais com aderência plena} + \text{Total de indicadores adicionais omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores adicionais} - \text{Total dos indicadores adicionais não aplicáveis}}$$

$$GAPIT = \frac{\text{Total de indicadores com aderência plena} + \text{Total de indicadores omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Fonte: Penteado e Aquino (2011, p. 7).

Como parâmetro para classificação dos níveis de divulgação, foi usada a escala proposta por Castro, Siqueira e Macedo (2010, *apud* PENTEADO; AQUINO, 2011, p. 7): baixo (0% a 25%), médio (25% a 62%) e alto (62% a 100%). Os resultados encontrados por Penteado e Aquino (2011, p. 10), em relação ao grau de aderência plena das empresas estudadas aos indicadores essenciais do modelo GRI, foram:

[...] notou-se que em geral o nível de divulgação dos indicadores de desempenho considerados essenciais no modelo é médio, sendo mais altos nas empresas que negociam ações na bolsa. Apesar das empresas serem do mesmo setor, o grau de divulgação varia muito entre elas, o que é consistente com resultados encontrados em trabalhos anteriores (DIAS, 2006; CARVALHO; SIQUEIRA, 2007; CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; NASCIMENTO *et al.*, 2011).

E, em relação à evolução da aderência aos indicadores essenciais e adicionais (GAPIEs, GAPIAs e GAPITs), Penteado e Aquino (2011, p. 10) constataram que “[...] em sua maioria os graus de aderência diminuíram de 2009 para 2010. Observou-se também uma substituição dos indicadores considerados essenciais pela GRI pelos indicadores considerados adicionais”, e em especial a redução da divulgação de indicadores sociais.

Ainda nesse sentido de que a prática não estaria respondendo à mesma altura das expectativas sociais, Pereira e Silva (2008) analisaram a utilização dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios de sustentabilidade de 2006 e 2007 de três empresas (Natura, Petrobrás, e Bradesco, todas com nível de aplicação A+). A empresa que foi considerada como tendo melhor reportado os indicadores essenciais foi a Petrobrás, e o Bradesco apresentou uma evolução de um ano para

o outro (era nível B de aplicabilidade em 2006), o que foi considerado positivo para a sociedade, entretanto ambas também apresentaram outros pontos negativos.

Para a Natura, um ponto positivo na análise de Pereira e Silva (2008, p. 85) foi que a empresa passou a apresentar todos os dados no relatório impresso (sem haver informações que fiquem unicamente na versão *online*), o que é considerado um avanço em praticidade. Entretanto, constatou-se que a Natura, apesar de ser a primeira empresa brasileira a adotar o modelo GRI, obteve o maior número de apresentações parciais de indicadores essenciais e regressão em seus relatórios (tendo apresentado em 2007 menos indicadores de forma plena que em 2006), além de ter o relatório considerado mais desorganizado (informações mais espalhadas).

Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) analisaram o nível de evidenciação de informações socioambientais em relatórios de sustentabilidade de 2007 de empresas que seguiram as diretrizes GRI, com aplicação nível A+ (Natura, Petrobrás, Bunge, Banco Real, Bradesco e Itaú). Ficou evidenciada a divergência entre as empresas da amostra, tanto em aspectos qualitativos como quantitativos, bem como os resultados apontam para um não atendimento real do nível de evidenciação proposto pelas Diretrizes GRI.

Os resultados de todas as pesquisas revisadas demonstram que a prática de evidenciação ainda não atende plenamente as expectativas dos usuários dos relatórios de sustentabilidade, uma vez que estes esperam informações socioambientais confiáveis, baseados na reputação da GRI, enquanto na prática tem-se demonstrado haver baixa aderência aos seus postulados ao longo dos anos.

Além disso, como já citado, outras pesquisas como as de KPMG (2006), Skouloudis, Evangelinos e Kourmoussis (2010), Rosa *et al.* (2011) e Tesche e Ribeiro (2011) têm evidenciado não haver semelhanças entre as divulgações nem mesmo entre empresas de setores econômicos e/ou atividades semelhantes. Isso demonstra necessidade de esforços mais enérgicos nessa área.

Rosa *et al.* (2011) efetuaram um *survey* para identificar o perfil das empresas do setor elétrico de três países (Brasil, Estados Unidos e Espanha) listadas na GRI, no período de 1999 a 2010. Ao observar os resultados dessa pesquisa, percebe-se não haver uniformidade na resposta das empresas nos três países estudados, tanto em

aspectos quantitativos como qualitativos, ainda que sejam de um mesmo setor econômico, o que corrobora com as evidências de que na prática a comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade ainda requer muita atenção.

Tesche e Ribeiro (2011) compararam a média de divulgação dos relatórios de sustentabilidade dos bancos brasileiros aos canadenses, com foco nas divulgações baseadas na GRI, no ano de 2009. Os resultados da análise estatística apontaram diferenças nas médias de divulgação dos relatórios de sustentabilidade do mesmo setor, nesses dois países distintos.

Skouloudis, Evangelinos e Kourmousis (2010) analisaram as informações não-financeiras divulgadas em relatórios de sustentabilidade publicados por companhias gregas (em conformidade com o modelo GRI) e concluíram haver fortes diferenças entre as práticas de evidenciação socioambiental por parte das organizações gregas e muita necessidade de melhoria a ser feita por parte das empresas relatoras.

A KPMG (2006) estudou as principais informações financeiras publicadas pelos principais atores do setor elétrico mundial e suas evoluções desde 2004, até 2006. O estudo foi dividido em três partes: (i) estudo das demonstrações anuais obrigatórias, (ii) estudo de outros meios de comunicação como o *site* da empresa e meios impressos e (iii) análise das comunicações sobre desenvolvimento sustentável.

Em relação ao terceiro item, constatou-se que a maioria das empresas da amostra que publicaram aspectos socioambientais, seguiram as diretrizes da GRI. Houve tanto um aumento de informações sociais e ambientais divulgadas como uma evolução em sua qualidade. Percebeu-se uma forte tendência ao agrupamento dessas informações de forma mais organizada e padronizada, a fim de contribuir para a comparabilidade e constatou-se ser extremamente importante que esses relatórios passem por verificações externas independentes (tendo 57% das empresas recorrido a tal recurso em relação aos relatórios de sustentabilidade). Ainda assim, observou-se ainda o viés para potencialização dos resultados.

Steurer e Konrad (2009) estudaram relatórios de sustentabilidade de companhias da Europa central e do leste europeu, comparando sua evidenciação com a de companhias da Europa ocidental e concluiu que o entendimento da relevância da responsabilidade socioambiental bem como comprometimento maior com questões

socioambientais específicas diferem de acordo com contextos sociopolíticos. Os autores ressaltam que as companhias consideradas líderes em evidencição de sua responsabilidade socioambiental dos países da Europa ocidental não se encontram tão à frente das da Europa central e do leste europeu, como se poderia supor, mas ainda assim a comparabilidade não se verifica como desejado.

Plot (2009) aponta como critérios mínimos de qualidade de uma informação: materialidade, confiabilidade, comparabilidade e transparência. A autora defende que uma informação, ao atender a estes critérios, pode ser considerada como utilizável (passível de ser utilizada) pelo usuário e a diferencia da informação relevante (ou pertinente), que é aquela que responde precisamente às expectativas do indivíduo, sendo por ele considerada de importância acentuada, além de ser considerada útil para sua tomada de decisão.

Assim como Quairel (2004), Plot (2009) concluiu haver ainda necessidade de grandes melhorias para a qualidade da informação divulgada, tendo obtido como resultados em seu estudo de relatórios de sustentabilidade de 20 companhias abertas francesas (em 2007, e seguindo a terceira geração da GRI), que nem todos os itens ambientais materiais foram divulgados pelas empresas analisadas, e os que foram apresentaram confiabilidade, transparência e comparabilidade medianas.

Dado o contexto em que muitas dúvidas são levantadas em relação à credibilidade das informações socioambientais evidenciadas por empresas em seus relatórios de sustentabilidade, Trébucq (2011) aponta ser comum, dentre os investidores franceses, levarem em consideração as apreciações feitas por agências avaliadoras de empresas que negociam ações no país, o que as tornam influenciadoras sobre as decisões organizacionais de evidencição voluntária.

Considerando as avaliações (*rankings*) da agência Vigeo em 6 dimensões (recursos humanos, meio ambiente, comportamento nos mercados, governança, engajamento social e direitos humanos) como base para seu estudo, Trébucq (2011) constatou que nas empresas francesas de capital aberto, a adoção das diretrizes GRI e a prática de submissão dos relatórios de sustentabilidade a auditoria externa podem ser explicadas pela motivação em se obter um efeito 'credibilidade'.

Isso porque Trébucq (2011) identificou que, à medida em que empresas francesas

relatorias passavam a adotar a GRI, estas subiam no *ranking* que representa a credibilidade das divulgações organizacionais atribuída pela agência Vigeo. Igualmente, as empresas subiam sensivelmente no *ranking* à medida em que aumentavam seu nível de aplicação da GRI.

Todavia, constatou-se que um aumento nas informações evidenciadas, e no nível de aplicação da GRI ocorreram, em especial, nos relatórios de empresas consideradas de maior visibilidade e tamanho. E, também, mesmo com as melhorias na adoção da GRI, e por consequência, da credibilidade da empresa no mercado, o estudo evidenciou que a melhoria real do desempenho socioambiental da empresa não foi equivalente, estando ainda muito aquém do que potencialmente pode ser atingido com a aplicação das diretrizes da GRI, inclusive para as empresas consideradas de nível A+ de aplicação (TRÉBUCQ, 2011).

Em estudo semelhante nos Estados Unidos, Bartkus e Glassman (2008) mostram haver um claro distanciamento entre o discurso e os atos das empresas relatorias estudadas, ocorrendo, por exemplo que o fato de algumas empresas mencionarem funcionários ou clientes em suas declarações de ‘missões e valores’ não estava relacionado a qualquer melhoria de desempenho relativa a essas dimensões da RSE.

Apesar da ampla difusão do modelo GRI, sendo aceito como principal padrão internacional para divulgação de relatórios de sustentabilidade, sua adoção não pode ser encarada como garantia de um comportamento organizacional plenamente responsável. Para Adams e Evans (2004), de forma generalizada, mesmo os relatórios de sustentabilidade adotantes do modelo GRI carecem ainda de credibilidade, tendo em vista que muitos não são auditados e não são elaborados em um processo aprofundado de consulta às partes interessadas, como sugere a GRI.

E, nem mesmo em relação àqueles que são auditados, uma vez que não se pode afirmar existir uma padronização nos procedimentos de controle adotados pelos diversos auditores e comprometimento dos profissionais a fim de se obter um nível de garantia que possa ser considerado suficiente para sustentar a confiabilidade das informações divulgadas (COOPER; OWEN, 2007; MONEVA; ARCHEL; CORREA,

2006; RIVIÈRE-GIORDANO, 2007).

Esforços em prol da inclusão dos *stakeholders* no processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade são abordados por estudiosos como Hackner (2010), que buscou as percepções de diversos usuários de informações relacionadas à sustentabilidade, tendo por base uma série de informações, inclusive os indicadores ambientais da GRI. Através de um estudo de caso, em relação à empresa sueca Siksbyggen (do ramo de construção), abordou as partes interessadas aplicando questionários, buscando suas percepções e expectativas e concluiu que os respondentes majoritariamente: consideram relevantes os indicadores, mas ainda demandam informações que consideram estar muito além do que ainda é abrangido pelos indicadores atuais.

Nesse sentido, Acquier (2007) defende a superioridade da proposta da GRI e alerta para implicações da sua crescente adoção no mundo, como a necessidade de aumento gradativo da participação dos mais diversos interessados no processo de revisão das versões da GRI. O autor também aponta para seu potencial de ser utilizada de forma integrada com outras ferramentas que constituam sistemas de gestão socioambiental nas organizações, de maneira mais efetiva.

Brown, Jong e Lessidrenska (2009) advertem que, apesar da adoção global do modelo GRI, e da publicação de orientações específicas para pequenas e médias empresas, para muitas das menores, as diretrizes GRI ainda são consideradas muito complicadas e sua adoção demanda esforços que, muitas vezes, ultrapassam suas possibilidades. E, também, segundo Brown, Jong e Lessidrenska (2009, p. 196):

Muitas empresas especializadas em pesquisas sobre investimentos, ativistas e ONGs continuam com seus próprios métodos de pesquisa, de comparação entre empresas e avaliação de seus desempenhos, sem usar os relatórios GRI. Assim, muitas empresas relatoras continuam inundadas de demandas por informações.

Em relação aos usuários, Brown, Jong e Lessidrenska (2009) apontam que potenciais usuários de relatórios no modelo GRI ainda o encaram como insuficientemente abrangente ou com informações insuficientemente detalhadas, o que reforça a necessidade da adoção de modelos participativos para desenvolvimento dos relatórios de cada empresa adotante do modelo.

Outro ponto apresentado como sendo um desafio para a GRI é exposto pelo comentário de um dos entrevistados em sua pesquisa: “para as companhias relutantes, a melhor situação possível é não reportar nada, simplesmente. Fora isso, a segunda opção seria ter o máximo de desempenho no modelo” (BROWN; JONG; LESSIDRENSKA, 2009, p. 196).

Farneti e Guthrie (2009) também ressaltam que a adoção do modelo GRI é crescente, devido a sua reputação internacional. Estes autores estudaram as motivações para a evidenciação de aspectos socioambientais, por parte de organizações públicas australianas relatoras, através de consultas (questionários e entrevistas) com preparadores tendo como resultados: pretende-se fornecer informações ao público, mas sobretudo a um público interno; os relatórios de sustentabilidade são um dos meios de comunicação para evidenciação de aspectos socioambientais do desempenho da organização; o engajamento das organizações estudadas, geralmente, foi iniciado e liderado por um indivíduo-chave; e a adoção do modelo GRI se deu, majoritariamente, devido a “sua reputação internacional, o que lhe confere uma certa legitimidade” (FARNETI; GUTHRIE, 2009, p. 97).

Enfim, percebe-se que os esforços em prol da evidenciação socioambiental precisam ser contínuos, e de fato a iniciativa de padronização GRI vem se comprometendo com esse desafio.

Nesse intuito, já está prevista para 2012 a primeira versão da quarta geração de diretrizes da GRI (a G4), após consultas internacionais junto a diversas partes interessadas. Seu lançamento definitivo está anunciado com previsão para meados de 2013, aproximadamente (GRI, 2012).

Então, fica claro que dentre os diversos interessados que colaboram com essa iniciativa, através de suas sugestões, e acompanhamento do desenvolvimento dessa ferramenta e de sua aplicação por parte das organizações, também está incluso o meio acadêmico (através de suas pesquisas).

Portanto, não se trata de apontar somente ‘espinhos’. Apesar de ainda serem constatadas as divergências citadas, que ainda minam o potencial de utilidade desse modelo padronizado, é crucial não encarar as críticas acadêmicas como desmerecendo as iniciativas. Mas pelo contrário, como auxiliares no processo

evolutivo dessa ferramenta de evidenciação, a fim de se alcançar contínua melhoria não somente nas propostas, como na prática por parte das empresas emissoras desses relatórios. E é exatamente nesse sentido que apresenta-se a seguir uma recente pesquisa que aponta para isso.

Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) aprimoram o processo de avaliação de indicadores essenciais da GRI estudado por Carvalho e Siqueira (2007) e Dias, Siqueira e Rossi (2006) com o cálculo do GEE, sugerindo a decomposição dos indicadores essenciais em unidades de informação. Os autores reafirmaram a importância da iniciativa de padronização da GRI, e fazem um alerta:

Nesse sentido, este trabalho conseguiu reforçar a importância de ferramentas como as diretrizes da *Global Reporting Initiative* para avaliação de indicadores de sustentabilidade, mas também alertou quanto à necessidade de mais objetividade na definição dos indicadores, após a verificação da elevada quantidade de Unidades de Informação requeridas em um único indicador (FERNANDES; SIQUEIRA; GOMES, 2010, p. 122).

A proposta desses autores visa permitir uma comparação entre os desempenhos de empresas de semelhante porte, setor da economia e nível de aplicação e grau de verificação da GRI, para futuras pesquisas (FERNANDES; SIQUEIRA; GOMES, 2010, p. 123). Assim, fica demonstrado o esforço de pesquisadores no intuito de colaborar para a melhoria contínua das práticas de evidenciação socioambiental.

3 METODOLOGIA

Iudícibus (2009, p. 9-10) trata dos objetivos e da metodologia da Contabilidade, apresentando algumas das várias abordagens da teoria contábil, dentre elas a abordagem sociológica:

A Contabilidade, nesta abordagem, é julgada por seus efeitos no campo sociológico. [...] no sentido de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias. [...] Uma variante desta abordagem é a chamada Contabilidade Social, que consiste em ampliar a evidenciação contábil para incluir informações sobre os níveis de emprego da entidade, tipos de treinamento, demonstração de valor adicionado, etc. Outra ramificação importante é a Contabilidade Ecológica (Ambiental).

Desta forma, contextualizada na revisão bibliográfica a evolução da contabilidade como ferramenta de evidenciação socioambiental em resposta à demanda de atuais e potenciais usuários de informações contidas em relatórios de sustentabilidade, eis a motivação da presente pesquisa, sobretudo da abordagem metodológica escolhida: a utilidade das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade depende diretamente da percepção de sua relevância por parte dos usuários (atuais e/ou potenciais).

A relevância é um dos aspectos relacionados à qualidade da informação contábil. Paiva (2003), por exemplo, discute os aspectos que devem ser incorporados pelas informações contábeis e destaca os seguintes: comparabilidade, confiabilidade e relevância. A relevância, para este autor, reside na capacidade da informação de dar suporte ao usuário em seu processo decisório, abrangendo características preditivas dos efeitos das decisões, servindo como referência de *feedback* para avaliação, e devendo ter propriedades que permitam comparações, além de estarem disponíveis em tempo hábil (tempestividade).

No contexto desta pesquisa, como na conduzida por Esteves (2009), a relevância dos indicadores ambientais essenciais da GRI percebida por ONGs ambientalistas será representada por graus de relevância atribuídas a cada um desses indicadores, por representantes das ONGs respondentes, como será exposto nos itens seguintes.

Esteves (2009) analisou as percepções de ONGs ambientalistas do Rio de Janeiro, em relação aos indicadores ambientais essenciais da segunda versão da GRI. A presente pesquisa analisa o posicionamento de ONGs ambientalistas capixabas acerca da relevância dos indicadores ambientais essenciais da GRI em sua terceira versão.

3.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Influenciar uma decisão significa ser capaz de influenciar nas decisões dos usuários, ajudando-os a avaliarem os efeitos potenciais de ocorrências passadas, presentes e futuras (IASB, 2008). Todavia, essa capacidade de influenciar só é válida em um determinado período de tempo; então, não se pode deixar de considerar que a informação deve estar disponível oportunamente (IASB, 2008; GRI, 2006a). Ainda assim, estando disponível, a informação pode ser ou não ser usada pelo usuário.

A não utilização de uma informação por um indivíduo significa que ela não é pertinente, que não tem capacidade de influenciar a decisão? Uma informação pode ser capaz de influenciar uma tomada de decisão, sendo portanto pertinente sua divulgação, mesmo que alguns indivíduos escolham não considerá-la, ou já a conheçam previamente, ou desconheçam sua existência ou utilidade, ou não possuam competência para considerar toda utilidade da informação para sua decisão (IASB, 2008).

Essas considerações levam à idéia de que a utilidade potencial de uma informação justifica sua divulgação, ainda que muitos usuários a desconheçam, ou não consigam usufruir dela da forma como é apresentada. Isso coloca o usuário como sujeito central desta pesquisa.

Poderia-se considerar indispensável: (i) identificar as partes interessadas e/ou usuários potenciais das informações divulgadas através dos indicadores ambientais da GRI, e (ii) identificar suas decisões, a fim de analisar a relevância potencial dos indicadores. Isso condiciona a utilidade dos relatórios (GRI, 2006a) e, portanto, sua relevância. Ideal seria que uma informação divulgada correspondesse perfeitamente às necessidades de informação dos usuários, porém não é algo tão simples. Não há

um consenso entre as informações sobre o desempenho ambiental das organizações ideais para atender às diferentes demandas do maior número de usuários, muito menos paridade total entre as proposições das diretrizes GRI e sua evidenciação na prática pelas empresas, conforme visto na revisão bibliográfica.

Todo ensejo de padronização requer cuidado, uma vez que as necessidades de informação dos diversos usuários não são idênticas. Por exemplo, Quairel (2004) alerta que um dos obstáculos à melhor operacionalização das diretrizes da GRI é a suposição de homogeneidade dos destinatários por parte das empresas, que majoritariamente apenas usufruem dos trabalhos da GRI e não dão continuidade ao processo participativo proposto, buscando as necessidades específicas dos interessados nas evidenciações de cada empresa.

Cormier, Gordon e Magman (2004) abordaram responsáveis por evidenciação ambiental aplicando questionários a fim de auferir suas percepções acerca das necessidades dos usuários e como essas percepções refletem nas informações ambientais divulgadas pela empresa. Um distanciamento entre as práticas das empresas e as percepções desses gestores sobre as necessidades de informação dos usuários é percebido, o que indica a dificuldade em conhecê-las e atendê-las, ou uma ineficácia nos processos de comunicação entre organizações e partes interessadas.

Beaver e Demski (1974) já afirmavam que os usuários das informações organizacionais são comumente tratados como tendo necessidades homogêneas, ainda que sejam heterogêneas. Para estudar a fundo a relevância das informações evidenciadas pelas organizações, o ideal seria estudar a totalidade de partes interessadas, o que se apresenta inviável. E, considerando que uma informação pode ser considerada totalmente irrelevante por uma pessoa, e extremamente relevante por outra, o ideal também seria que as organizações divulgassem o máximo de informações imagináveis. Tal situação também se mostra inviável.

Portanto, é compreensível que as empresas considerem as necessidades de determinados usuários por elas consideradas, até então, de maior importância ou que demandam mais efetivamente tais informações. Haveria então uma falha no sentido de uma parcela de usuários potenciais desconhecerem as ferramentas de

evidenciação socioambiental? Caberia às empresas apresentá-las às pessoas? Ou caberia tal incumbência às ONGs, ao Governo, a quem? Ou, caberia às próprias pessoas interessadas nas informações socioambientais buscarem o conhecimento sobre tais ferramentas? Ou então, será que os usuários as conhecem, mas não consideram relevante o que se tem divulgado?

Independente dessas questões, Bouten *et al.* (2011, p. 189) defende que todas as partes interessadas e potenciais partes interessadas que desejam informações organizacionais quanto à sustentabilidade, têm direito a elas, independente de seu poder econômico e, inclusive, independente de sua escolha sobre usá-la ou não.

É nesse sentido que esta pesquisa visa buscar a percepção de um grupo de usuários, considerados como partes (usual ou potencialmente) interessadas no acompanhamento de divulgações organizacionais que evidenciem sua responsabilidade em relação a seu desempenho ambiental, acerca da relevância das informações contidas nos indicadores ambientais considerados essenciais pela GRI, para a redução da agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem finalidade descritiva, uma vez que objetiva descrever as percepções dos respondentes, e quanto aos meios (ou procedimentos), é considerada bibliográfica e de levantamento, de acordo com diversos autores da área de metodologia (GIL, 2008; LAKATOS e MARCONI, 2007; MARTINS, 2007). Segundo Gil (2008, p. 28), uma pesquisa descritiva visa a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, podendo ser usadas diversas técnicas padronizadas de coleta de dados, a exemplo de questionário estruturado, técnica esta adotada nesta pesquisa. Para a revisão bibliográfica, a fim de contextualizar o tema tratado, buscou-se literatura sobre responsabilidade socioambiental e relatórios de sustentabilidade, bem como pesquisas precedentes afins.

A busca e análise da atribuição de relevância dada por ONGs ambientalistas

capixabas aos indicadores ambientais essenciais da GRI (em sua terceira versão), com o encaminhamento de questionário estruturado, faz com que este trabalho se caracterize pela exploração do problema de pesquisa através do ponto de vista de atores sociais, cuja escolha se apresenta a seguir, com semelhante metodologia à adotada por Esteves (2009).

3.3 DEFINIÇÃO DOS RESPONDENTES-ALVO

Como exposto na revisão bibliográfica, as ONGs são vistas como usuárias (usuais ou potenciais) de relatórios de sustentabilidade. A representatividade das ONGs, em relação à sociedade, é avalizada por Varella (2003), que aponta o potencial de eficácia da participação de organizações civis nas discussões sobre problemáticas ambientais, e mostra a forte e crescente movimentação de ONGs, órgãos e cidadãos ambientalistas como um todo. Essas ONGs ora atuam pressionando o Estado para que tome medidas em relação aos problemas ambientais, bem como muitas delas atuam diretamente em diversos projetos e colaboram com iniciativas de normatização e de padronização de meios de evidenciação socioambiental para maior transparência por parte das organizações (VARELLA, 2003).

Dessa forma, a colaboração das ONGs na formulação e na melhoria de ferramentas de evidenciação socioambiental é encarada como de suma importância para o pleno atingimento da sua finalidade, apresentando, por exemplo, os indicadores que consideram relevantes, como partes interessadas.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, definiu-se como respondentes-alvo: ONGs ambientalistas atuantes no Espírito Santo, como representantes da sociedade capixaba, de forma organizada, e de seu anseio por evidenciação socioambiental. Por sua vez, para cada ONG, foi considerada apenas uma resposta, ou seja um representante opinou acerca da relevância dos indicadores ambientais essenciais da GRI em nome da instituição a que está vinculado.

Foram levantados contatos de ONGs sem fins lucrativos atuantes no Espírito Santo que têm como principal finalidade a defesa, proteção e recuperação do meio ambiente. Os levantamentos foram feitos através de consultas aos cadastros

mantidos pelo Ministério da Justiça (CNE), ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) – instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Ministério do Meio Ambiente, e do Cadastro Estadual das Entidades Ambientistas do Estado do Espírito Santo (CEE/ES).

Das consultas ao cadastro do Ministério da Justiça resultaram 31 contatos de ONGs ambientalistas atuantes no Espírito Santo; do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas, 12; e do Cadastro Estadual de Entidades Ambientistas, mais 16. No total, foram 59 contatos levantados, incluídas tanto as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) como as declaradas de utilidade pública ou demais sem fins lucrativos, enfim, todas as ONGs cadastradas. Algumas ONGs constam cadastradas em mais de um desses cadastros, efeito já expurgado no somatório apresentado, conforme demonstra-se no quadro a seguir.

Quadro 3 – Quantidade de contatos de ONGs obtidos

ONGS / Cadastros	MJ (CNE)	CNEA		CEE/ES	TOTAL
MJ (CNE)	16	1	5	9	31
CNEA		7		5	12
CEE/ES				16	16
Total de Registros Levantados					59
Total de Contatos Efetivos					52

Fonte: Elaboração própria.

Primeiramente, foi consultado o cadastro do Ministério da Justiça (CNE). No CNE foram obtidos 31 registros de ONGs, dos quais observou-se, posteriormente que: 16 constavam unicamente neste cadastro (CNE), 1 foi também encontrado no CNEA, 9 no CEE/ES e 5 no CNEA e CEE/ES (ou seja, 5 ONGs constam registradas nos três cadastros consultados). Ao consultar o CNEA, além dos 6 registros já levantados no CNE (em comum), foram obtidos 7 cadastros exclusivamente registrados no CNEA e 5 que também foram encontrados posteriormente no CEE/ES. Por último, foi consultado o CEE/ES, o que resultou no levantamento de 16 registros de ONGs que não constavam nos cadastros CNE e CNEA. Ao total, foram obtidos registros de 59 diferentes ONGs.

Dessas 59 ONGs cujos dados dos registros foram levantados nos cadastros públicos consultados, efetivamente, foram feitos contatos diretos com 52. Isso se

deve ao fato de que, com algumas ONGs, houve uma real dificuldade de contato, podendo ter ocorrido mudanças de todos os contatos da organização ou mesmo inatividade da mesma. Nesses casos, outras fontes de contato foram buscadas (principalmente na Internet), porém algumas foram frustradas.

Informa-se que uma organização respondente, além de participar da pesquisa, no sentido de colaborar, informou que teria repassado o questionário à Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (SEAMA), pedindo que o enviasse às ONGs de contato (que seriam aquelas constantes no CEEA/ES, já consultado no levantamento de dados das ONGs). Uma outra também colaborou, informando que faria contatos pessoais com outras ONGs, encorajando seus representantes a participarem da pesquisa.

Doutra sorte, registra-se que alguns contatos foram mal-sucedidos, no sentido de haver clara negativa por parte da respondente-alvo em participar da pesquisa, ainda tendo tal ocorrência sido pouco significativa. Nos demais casos de não participação, em geral, houve comprometimento verbal de participação, ou de encaminhamento a outra pessoa que seria responsável pelo preenchimento do questionário, que posteriormente, não se concretizou.

Mais tentativas foram efetuadas e, tendo algumas logrado êxito, outras não, evitou-se insistências excessivas com aquelas que se percebeu não estarem realmente dispostas a participar (o que poderia influenciar negativamente no preenchimento do questionário, uma vez que a participação é totalmente voluntária, e requer atenção na leitura e comprometimento do respondente para preenchê-lo).

Verificou-se que a maioria das ONGs têm sua sede localizada na região metropolitana. As ONGs levantadas nos cadastros estão geograficamente distribuídas da seguinte forma: a capital Vitória sedia 13, Vila Velha sedia 7, os municípios de Guarapari, Serra e Cachoeiro de Itapemirim sediam 4 cada, Domingos Martins e Santa Teresa sediam 2 cada, e outras sediam apenas 1 cada (Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Cariacica, Castelo, Ecoporanga, Iconha, João Neiva, Linhares, Marilândia, Muqui, Nova Venécia, Rio Bananal, Santa Maria de Jetibá, São Mateus, São Roque do Canaã, Sooretama, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante).

Constata-se que 3 ONGs atuantes no Espírito Santo, que constam na listagem referente a este estado, nos cadastros consultados, têm sua sede administrativa principal nas cidades de Santos(SP), Curitiba (PR) e Aymorés (MG). Tendo sido verificado que são plenamente atuantes neste estado, foram consideradas como ONGs ambientalistas capixabas. No Apêndice A, pode-se vislumbrar um mapa representativo desta distribuição, exceto por estas cidades fora do ES.

Participaram voluntariamente da pesquisa, preenchendo o questionário encaminhado, 24 ONGs.

3.4 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Foi utilizado um questionário estruturado como instrumento para coleta de dados, no qual constam descrições sumarizadas de cada indicador essencial ambiental da GRI, solicitando aos respondentes que informassem suas percepções de relevância para cada um dos indicadores. O questionário se encontra no Apêndice B.

Os respondentes foram orientados a indicarem, a respeito de cada um dos indicadores, uma opção dentre cinco: (MR) Muito Relevante, (R) Relevante, (PR) Pouco Relevante, (SR) Sem Relevância e (NSR) Não Sei Responder (caso não conseguissem formar opinião sobre aquele indicador específico). Nesta pesquisa, o termo “significativa relevância” - utilizado nos capítulos 4 e 5 - faz referência às respostas ‘Muito Relevante’ e ‘Relevante’. Também, questionou-se acerca do cargo e o tempo de atuação do respondente na ONG(questão 18) e, na questão 19 (opcional), lhes foi aberta a possibilidade de manifestações quaisquer. Orientações para os respondentes foram fornecidas, e constam no questionário (vide Apêndice B).

Como já exposto, a pesquisa se assemelha à de Esteves (2009), portanto a elaboração do questionário teve por base o utilizado nessa pesquisa, porém com adaptações para que os indicadores estivessem atualizados à versão mais recente da GRI. Foram também feitas pequenas alterações na formatação do instrumento de coleta de dados, sendo elaborada, além da versão impressa, uma virtual.

Os contatos com as ONGs foram feitos com o encaminhamento do questionário para

preenchimento, primeiramente através de correio eletrônico; posteriormente, não havendo resposta após três tentativas, por correio comum. Secundariamente procedeu-se a tentativas de contato telefônico e, eventualmente, visitas formais às ONGs. A coleta de dados ocorreu nos meses de janeiro a abril de 2012.

De posse dos questionários respondidos, tais dados foram organizados em planilha eletrônica, para verificação do perfil de relevância atribuída pelos respondentes a cada um dos indicadores ambientais essenciais elaborados pela GRI e cálculos de percentagens relativas, conforme quantitativos de respostas obtidas nas cinco opções de respostas, para cada um dos indicadores.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Considera-se como limitação ao contato efetivo com uma maior quantidade de ONGs: o fato de os cadastros consultados não serem de obrigatório registro por parte das ONGs, razão pela qual podem tanto existir ONGs não cadastradas que, portanto, não foram consultadas, como também constatou-se haver ONGs cadastradas que aparentam não estar mais em plena atividade; outras, com as quais houveram dificuldades de contato, por desatualização dos dados nos cadastros, e falta de informações em outras fontes alternativas, como a própria Internet.

Quanto à representatividade da opinião do respondente: apesar de ser possível que diferentes indivíduos ligados a uma mesma ONG possam ter diferentes percepções acerca da relevância de cada indicador essencial ambiental da GRI, o membro da ONG responsável por responder ao questionário em nome da ONG é considerado representante da mesma, tendo em vista seu conhecimento dos valores da organização que representa.

Quanto à representatividade da sociedade capixaba, não tendo sido obtidas respostas da totalidade das ONGs ambientalistas atuantes no Espírito Santo, os resultados apresentados não podem: ser tomados como representativos da sociedade capixaba de forma taxativa, nem ser extensivos àquelas que não responderam ao questionário. Ainda assim, tendo em vista que as ONGs relacionadas ao meio ambiente podem ser consideradas instituições que

representam interesses da sociedade, de forma organizada, buscando interesses sociais comuns, as respostas obtidas mediante a colaboração das instituições respondentes são consideradas de extrema relevância.

Outra limitação da pesquisa se refere ao fato de os representantes das ONGs respondentes não apresentarem um grau de instrução/escolaridade uniforme, o que leva a uma diferente capacidade de compreensão dos indicadores apresentados. Todavia, visto que este fato reflete a realidade, e que os relatórios GRI têm como objetivo serem acessíveis, ao máximo, a uma ampla variedade de interessados nas informações relatadas pelas organizações, não foi feita aceção em relação a isso.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Segue, em ordem alfabética, a relação das 24 ONGs respondentes que, conforme exposto no item 3.3, participaram da pesquisa: Associação Ambiental Voz da Natureza; Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente - ACAPEMA; Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande - AAPFG; Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória - ASCAMARE; Associação Pestalozzi; Associação Ecológica Canaã; Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental - AVIDEPA; Centro de Desenvolvimento Sustentável Guaçu-Virá; Fundação Pro-Tamar; Grupo de Desenvolvimento Humano e Ambiental Instituto Goiamum; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Defesa Civil e do Meio Ambiente - IBDM; Instituto de Ensino, Pesquisa e Preservação Ambiental Marcos Daniel; Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental Ecos; Instituto Ecomaris; Instituto Marca Ambiental; Instituto Portas Abertas - IPA; Instituto Roberto Carlos Kautsky; Instituto Terra de Pesquisa Ambiental; Movimento Vida Nova Vila Velha - MOVIVE; Programa de Apoio e Interação Ambiental - PROGAIA; Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria de Jetibá; Sociedade Gaya Religare; Sociedade Sinhá Laurinha - SLAU; The Nature Conservancy – TNC.

Na questão 18, os responsáveis pelo preenchimento do questionário foram solicitados a informarem o cargo ocupado e o tempo de atuação na ONG respectiva. Esses dados foram organizados, a fim de apresentar o perfil dos respondentes, de forma a evidenciar a relação do membro que preencheu o questionário com a respectiva ONG que representa neste estudo.

O Quadro 4, a seguir, tem por objetivo apresentar a relação dos cargos ocupados pelos responsáveis pelo preenchimento dos questionários, nas respectivas ONGs, e também identificar os tempos de atuação de cada respondente. A escolha das disposições das informações no quadro, no que diz respeito à ordenação dos cargos apresentada não está relacionada a qualquer estrutura organizacional ou julgamento de posição hierárquica específica, tendo sido dispostos em função decrescente de ocorrências dos cargos e, posteriormente, tempo.

Quadro 4 - Perfil dos Respondentes (Cargo/Tempo/ONG)

Cargo	Tempo	ONG
Presidente	20 anos	Associação Pestalozzi
	12 anos	Programa de Apoio e Interação Ambiental
	8 anos	Instituto de Ensino, Pesquisa e Preservação Ambiental Marcos Daniel
	3 anos	Associação Ecológica Canaã
Diretora Presidente	3 meses	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental ECOS
Vice-Presidente	15 anos	Movimento Vida Nova Vila Velha
	10 anos	Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande
	10 anos	Sociedade Gaya Religare
Diretor Executivo	28 anos	Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental
	8 anos	Instituto Portas Abertas
Diretor	9 anos	Associação Ambiental Voz da Natureza
Diretor de Projetos	10 anos	Grupo de Desenvolvimento Humano e Ambiental Goiamum
Diretor Financeiro	6 anos	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Defesa Civil e do Meio Ambiente
Tesoureiro	1 ano	Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
Gerente de Projetos	4 anos	Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy
	3 anos	Instituto Ecomaris
Assessora Executiva	6 anos	Instituto Roberto Carlos Kautsky
Coordenador do Departamento Ambiental	8 anos	Sociedade Sinhá Laurinha
Coordenador de Base	3 anos	Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas - Fundação Pró-Tamar
Analista Ambiental Sênior	10 anos e 4 meses	Instituto Terra de Pesquisa Ambiental
Analista de Projetos Sociais	6 anos	Instituto Marca de Desenvolvimento Socioambiental
Bióloga	4 anos	Centro de Desenvolvimento Sustentável Guaçu-Virá
Assistente Social	3 anos	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória
Voluntário	6 anos	Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria de Jetibá

Fonte: Dados da pesquisa.

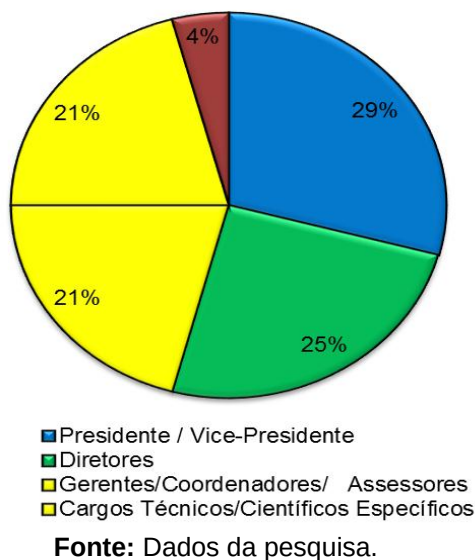
Percebe-se que 22 dos 24 respondentes têm, ao menos, três anos de experiência na organização não governamental participante, sinalizando um grau de experiência considerável com as operações das ONGs, notadamente quando se percebe que mais da metade dos respondentes ocupam, pelo menos, um cargo de direção. Ademais, verifica-se, por exemplo, que a respondente com menor tempo de atuação indicada (3 meses) ocupa o cargo de Diretora Presidente, sinalizando um alto grau

de comprometimento em relação aos objetivos organizacionais. O perfil destes respondentes respalda sua representatividade em nome das ONGs que representam.

Observando-se o Quadro 4, pode-se verificar que os cargos de Presidente e Vice-Presidente foram os mais característicos dos respondentes representantes das ONGs participantes da pesquisa, seguidos de Diretor Executivo e Gerente de Projetos. Os cargos aparentemente menos diretamente relacionados à área ambiental em si ou aos níveis organizacionais mais estratégicos foram os de Assistente Social, Diretor Financeiro e Tesoureiro, bem como o de Voluntário. Aparentemente, pois em muitas ONGs foi observado que, apesar dos cargos, na prática, nem sempre se distinguem tão claramente as funções dos membros, ora se revezando nos cargos, ora estando a maioria atuante em múltiplas atividades.

Segue o Gráfico 1, elaborado com o objetivo de ilustrar o perfil geral dos respondentes, especificamente em relação aos cargos ocupados nas ONGs.

Gráfico 1 – Perfil dos Respondentes (Foco no Cargo)



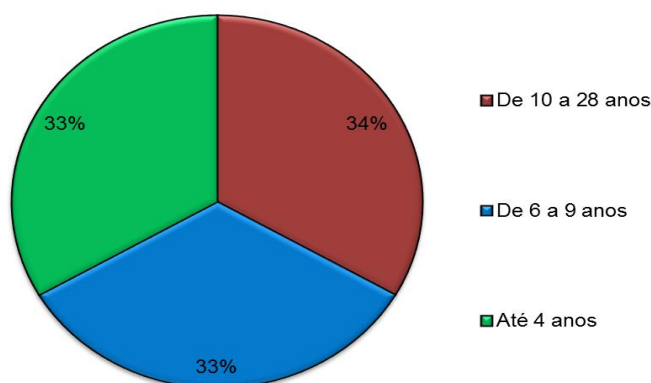
A ONG13, cujo respondente se identificou como Voluntário, explicou não haver uma estrutura organizacional formalmente definida em termos de cargos. O caso desta ONG deve ser ressaltado, uma vez que esta retornou o questionário com todas as marcações 'Não Sei Responder', demonstrando não ter conseguido formar opinião acerca da relevância dos 17 indicadores. Numa primeira análise, superficial, pode-se questionar tal comportamento. Todavia, é bastante relevante o ocorrido, para essa

pesquisa, como será oportunamente exposto nas considerações finais.

Além disso, o respondente forneceu, adicionalmente, a justificativa de que não conseguiu compreendê-los com clareza, para opinar sobre sua relevância. Foi também informado pelo respondente que acredita que a atuação da entidade não esteja diretamente ligada a nenhum dos aspectos abordados, estando ela voltada ao auxílio voluntário por parte de seus membros, em ocorrências de incêndios e acidentes em geral incluindo acidentes ambientais, em uma determinada região do Espírito Santo. É interessante que fique registrado tal posicionamento.

O Gráfico 2 é apresentado, a seguir, com o objetivo de ilustrar o perfil geral dos respondentes, em relação ao tempo de atuação nas ONGs.

Gráfico 2 – Perfil dos Respondentes (Foco no Tempo)



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos respondentes se encontra atuante na respectiva ONG há pelo menos 6 anos, e informa-se que a média é de 8 anos. Portanto, verificado o perfil geral dos responsáveis pelo preenchimento do questionário, em termos de cargo e de tempo de atuação nas ONGs, nesta pesquisa, assume-se que os respondentes podem ser considerados como conhecedores dos valores das entidades que representam, conforme delineado na metodologia.

4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS POR INDICADOR

A seguir, serão apresentadas as distribuições das respostas, individualmente, para

cada indicador, através de uma tabela identificando a composição das respostas e um gráfico ilustrando as frequências relativas correspondentes. Também serão identificadas as informações relativas a cada um dos indicadores.

4.2.1 Indicador EN1

O indicador EN1 identifica os tipos de materiais usados pela organização relatora (exceto água), informando o peso ou o volume.

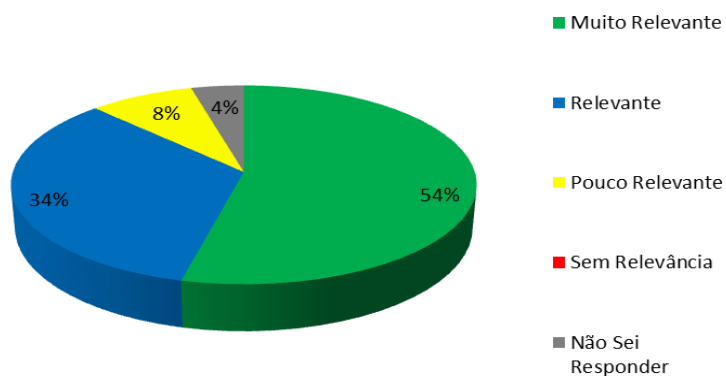
Tabela 1 - Composição das Respostas (Indicador EN1)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	13
Relevante	8
Pouco Relevante	2
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi classificado por nenhuma das ONGs respondentes como sendo 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17 indicadores). Entretanto, observa-se que foi considerado como 'Pouco Relevante' por duas ONGs, assim como os indicadores EN19 e EN28.

Gráfico 3 – Composição das Respostas (Indicador EN1)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes apontou este indicador como sendo 'Muito Relevante' e, consideradas as marcações 'Muito Relevante' e 'Relevante',

verifica-se que 88% dos respondentes o consideraram de significativa relevância, assim como os indicadores EN3, EN11 e EN19.

4.2.2 Indicador EN2

O indicador EN2 informa a percentagem de materiais usados que são provenientes de reciclagem.

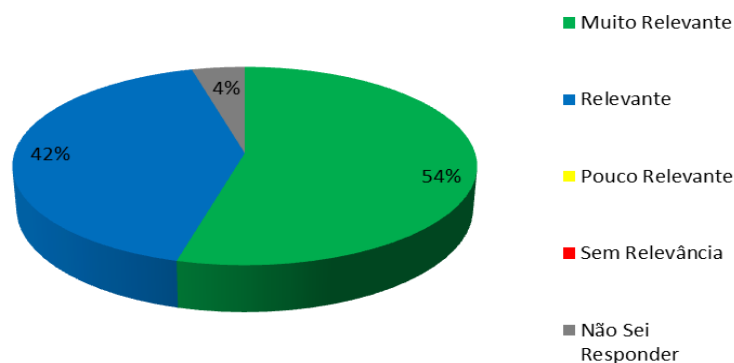
Tabela 2 - Composição das Respostas (Indicador EN2)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	13
Relevante	10
Pouco Relevante	0
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a este indicador, ressalta-se o fato de não ter sido classificado como 'Pouco Relevante' nem 'Sem Relevância' por algum respondente. O mesmo ocorreu com os indicadores EN21, EN22, EN23 e EN26,

Gráfico 4 – Composição das Respostas (Indicador EN2)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, assim como os indicadores EN21, EN22 e EN23, este indicador se encontra dentre os que apresentaram maior somatório 'MR+R', tendo sido considerado por 96% dos respondentes como de significativa relevância, além de não ter obtido marcações 'PR' nem 'SR'.

4.2.3 Indicador EN3

O indicador EN3 informa o consumo direto de energia, segmentado pelas fontes de energia primária (discriminando a quantidade para cada uma das fontes renováveis e não renováveis) utilizadas pela organização relatora para suas próprias operações.

Tabela 3 - Composição das Respostas (Indicador EN3)

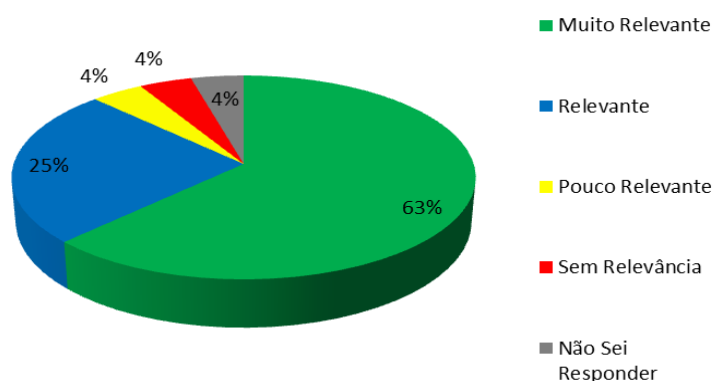
Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	15
Relevante	6
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	1
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Chama a atenção neste indicador o fato de ter sido um dos dois únicos a serem tipificados como 'Sem Relevância'. Sendo o EN4 o outro indicador que também foi assim categorizado, ressalta-se que ambos estão relacionados à evidenciação acerca do consumo de energia por parte das organizações relatoras.

Este indicador foi apontado como 'Pouco Relevante' por apenas uma ONG respondente, assim como os indicadores EN8, EN11, EN12, EN16, EN20 e EN27.

Gráfico 5 – Composição das Respostas (Indicador EN3)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes considerou este indicador como sendo 'Muito Relevante' e, foi apontado por 88% das ONGs como sendo de significativa relevância, assim como os indicadores EN1, EN11 e EN19.

4.2.4 Indicador EN4

O indicador EN4 reporta o consumo de energia indireta necessário para a transformação e distribuição da energia comprada de fontes externas pela organização relatora, discriminado por fonte primária.

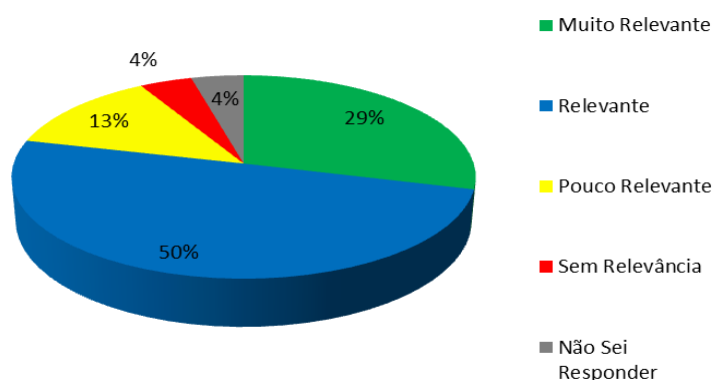
Tabela 4 - Composição das Respostas (Indicador EN4)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	7
Relevante	12
Pouco Relevante	3
Sem Relevância	1
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador foi o que obteve a menor quantidade de marcações 'Muito Relevante' e, como visto, junto com o EN3 (anteriormente apresentado, estando ambos relacionados à evidenciação acerca do consumo de energia), chamam a atenção por serem os únicos categorizados como 'Sem Relevância'. Além disso, o EN4 também foi um dos dois indicadores a ter mais classificações 'Pouco Relevante' (como o EN17). Por isso, este indicador foi o considerado de menor relevância dentre os 17.

Gráfico 6 – Percentual de Respostas (Indicador EN4)



Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de ser o considerado de 'menor importância', 50% dos respondentes o classificaram como 'Relevante' e, considerada a soma das marcações 'Muito Relevante' e 'Relevante', 79% dos respondentes o consideraram de significativa relevância.

4.2.5 Indicador EN8

O indicador EN8 informa o consumo total de água, por fonte, pela relatora.

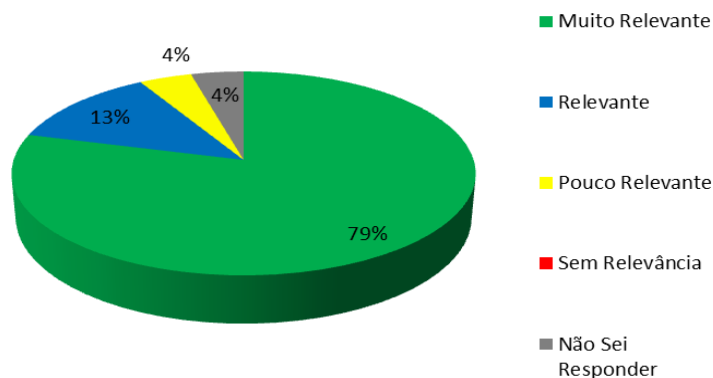
Tabela 5 - Composição das Respostas (Indicador EN8)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	19
Relevante	3
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi apontado por nenhuma das ONGs respondentes como sendo 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17) e foi considerado como 'Pouco Relevante' por apenas uma ONG respondente, assim como os indicadores EN3, EN11, EN12, EN16, EN20 e EN27.

Gráfico 7 – Composição das Respostas (Indicador EN8)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes classificou este indicador como sendo 'Muito Relevante' e 92% o julgaram de significativa relevância, assim como os indicadores EN12, EN16, EN20, EN26 e EN27.

4.2.6 Indicador EN11

O indicador EN11 torna pública a localização e o tamanho de terras possuídas, arrendadas ou administradas pela organização relatora, que se encontram dentro de

áreas protegidas, ou adjacente a elas, e zonas de alto índice de biodiversidade fora de áreas protegidas. Este indicador reflete o esforço da sociedade com a preservação da biodiversidade notadamente através da criação de unidades de conservação. Este indicador deve ser analisado criticamente no que se refere à ação das atividades corporativas sobre estes ambientes, para que não se reproduzam situações como as relatadas por Galeano (1999).

Tabela 6 - Composição das Respostas (Indicador EN11)

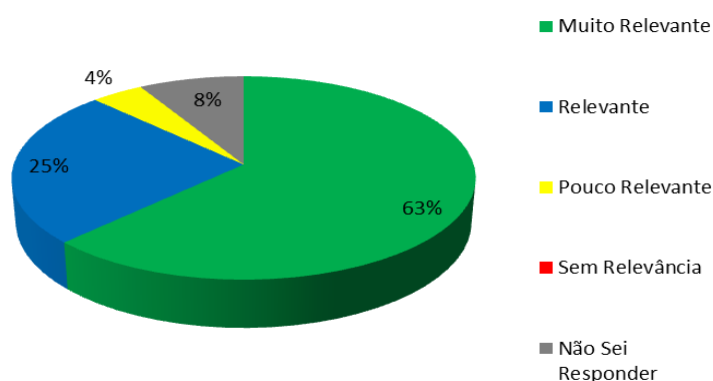
Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	15
Relevante	6
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	2
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi categorizado por nenhuma das ONGs respondentes como 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17) e foi julgado 'Pouco Relevante' por apenas uma ONG respondente, assim como os indicadores EN3, EN8, EN12, EN16, EN20 e EN27.

O que chama a atenção neste indicador é o fato de ser um dos três únicos em relação aos quais ocorreu de algum outro respondente ter marcado 'Não Sei Responder', além daquele respondente que marcou 'NSR' em todos os indicadores, os outros dois tendo sido o EN26 e o EN28.

Gráfico 8 – Composição das Respostas (Indicador EN11)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes julgou este indicador como sendo 'Muito Relevante' e, verifica-se que 88% dos respondentes o consideraram de significativa relevância, assim como os indicadores EN1, EN3 e EN19.

4.2.7 Indicador EN12

O indicador EN12 descreve os impactos mais significativos das atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em terras com alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

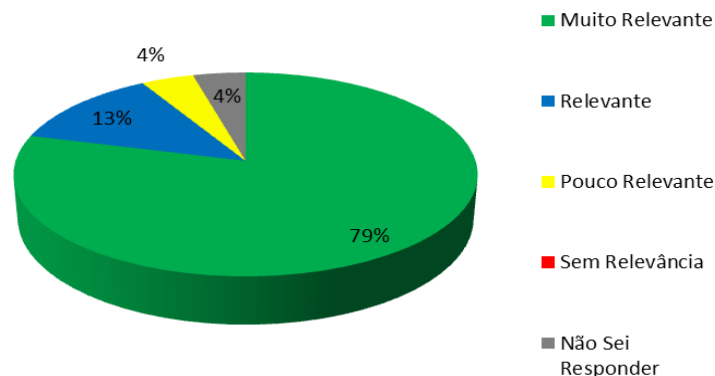
Tabela 7 - Composição das Respostas (Indicador EN12)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	19
Relevante	3
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi considerado por nenhuma das ONGs respondentes como 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17) e foi classificado como 'Pouco Relevante' por apenas uma ONG respondente, assim como os indicadores EN3, EN8, EN11, EN16, EN20 e EN27.

Gráfico 9 – Composição das Respostas (Indicador EN12)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes julgou este indicador 'Muito Relevante'

e, verifica-se que 92% dos respondentes o consideraram de significativa relevância, assim como os indicadores EN8, EN16, EN20, EN26 e EN27.

4.2.8 Indicador EN16

O indicador EN16 relata o total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, expressos por peso.

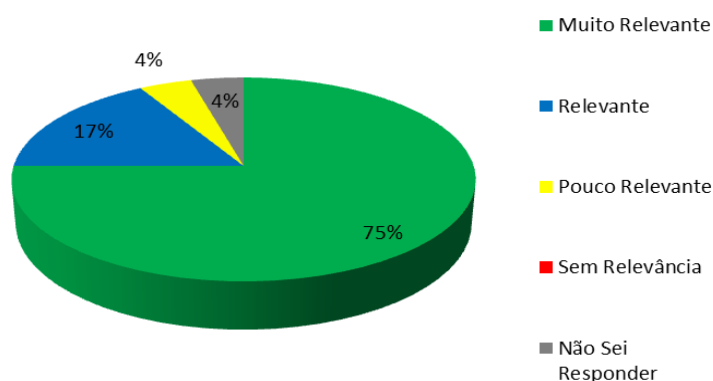
Tabela 8 - Composição das Respostas (Indicador EN16)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	18
Relevante	4
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi apontado por nenhuma das ONGs respondentes como 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17) e foi classificado como 'Pouco Relevante' por apenas uma ONG respondente, assim como os indicadores EN3, EN8, EN11, EN12, EN20 e EN27.

Gráfico 10 – Composição das Respostas (Indicador EN16)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes julgou este indicador como 'Muito Relevante' e, verifica-se que 92% dos respondentes o consideraram de significativa relevância, assim como os indicadores EN8, EN12, EN20, EN26 e EN27.

4.2.9 Indicador EN17

O indicador EN17 relata outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.

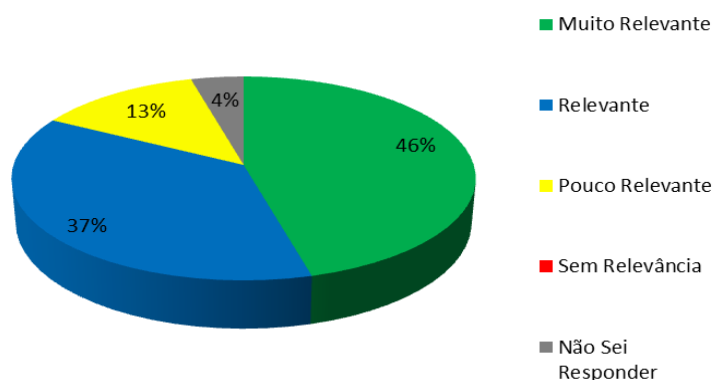
Tabela 9 - Composição das Respostas (Indicador EN17)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	11
Relevante	9
Pouco Relevante	3
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi categorizado por nenhuma das ONGs respondentes como 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17). Entretanto, este indicador foi um dos dois indicadores a ter maior ocorrência de marcações 'Pouco Relevante', tendo o outro sido o indicador EN4.

Gráfico 11 – Composição das Respostas (Indicador EN17)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, este indicador se encontra dentre os menos julgados de significativa relevância. Ainda assim, consideradas as marcações 'Muito Relevante' e 'Pouco Relevante', 83% dos respondentes o apontou como sendo de significativa relevância, assim como o indicador EN28. O indicador que foi menos considerado relevante do que esses dois foi o EN4 (que foi o considerado de menor relevância dentre todos os 17 indicadores).

4.2.10 Indicador EN19

O indicador EN19 relata as emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso, refletindo a preocupação da sociedade em relação à integridade da camada demonstrada no Protocolo de Montreal, conforme relata Silva (2011).

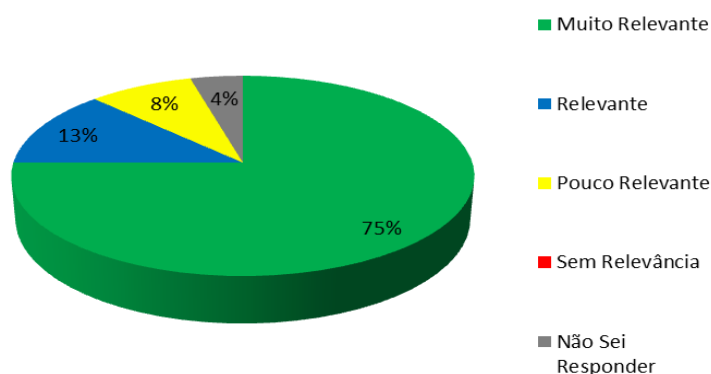
Tabela 10 - Composição das Respostas (Indicador EN19)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	18
Relevante	3
Pouco Relevante	2
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Nenhuma ONG respondente classificou o EN19 como 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17). Entretanto, observa-se duas ONGs o classificaram como 'Pouco Relevante', assim como os indicadores EN1 e EN28.

Gráfico 12 – Composição das Respostas (Indicador EN19)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes julgou este indicador como sendo 'Muito Relevante' e, verifica-se que 88% dos respondentes o consideraram de significativa relevância, assim como os indicadores EN1, EN3 e EN11.

4.2.11 Indicador EN20

O indicador EN20 relata as emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, segregadas por tipo e peso.

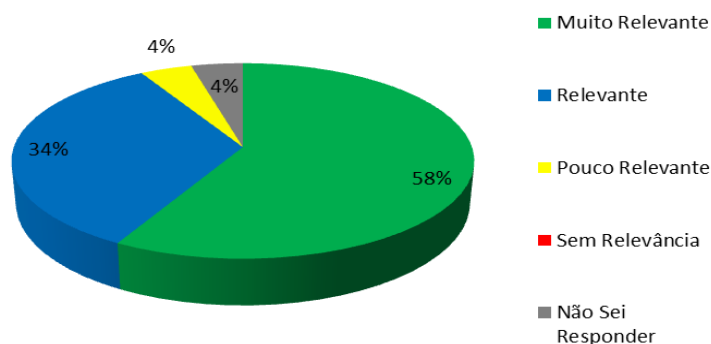
Tabela 11 - Composição das Respostas (Indicador EN20)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	14
Relevante	8
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Nenhuma ONG julgou o EN20 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17), e foi categorizado 'Pouco Relevante' por apenas uma respondente, assim como os indicadores EN3, EN8, EN11, EN12, EN16, e EN27.

Gráfico 13 – Composição das Respostas (Indicador EN20)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes classificou este indicador como 'Muito Relevante' e, verifica-se que 92% dos respondentes o julgam de significativa relevância, assim como os indicadores EN8, EN12, EN16, EN26 e EN27.

4.2.12 Indicador EN21

O indicador EN21 relata a descarga total de água, por qualidade e destinação.

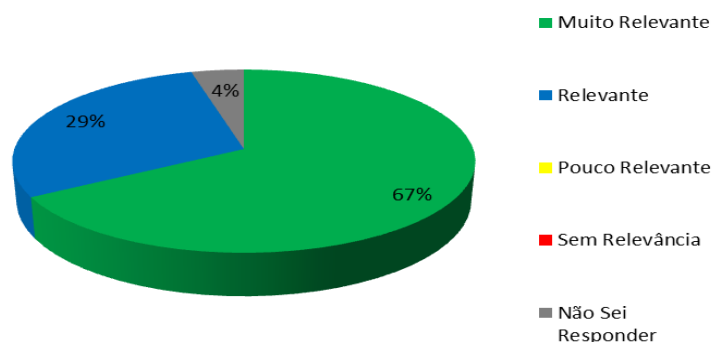
Tabela 12 - Composição das Respostas (Indicador EN21)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	16
Relevante	7
Pouco Relevante	0
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se, em relação a este indicador, o fato de não ter sido tipificado como 'Pouco Relevante' nem 'Sem Relevância', assim como os indicadores EN2, EN22, EN23 e EN26.

Gráfico 14 – Composição das Respostas (Indicador EN21)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, assim como os indicadores EN2, EN22 e EN23 este indicador se encontra dentre os considerados de maior relevância, tendo 96% dos respondentes o julgado de significativa relevância e sem marcações 'PR' nem 'SR'.

4.2.13 Indicador EN22

O indicador EN22 relata os pesos totais de resíduos gerados, por tipo e método de disposição e destinação (exemplo: recuperação, reciclagem, incineração, etc.). Este indicador vem ao encontro das ações de gestão ambiental caracterizada por Donaire (1999) como pertencente à segunda fase.

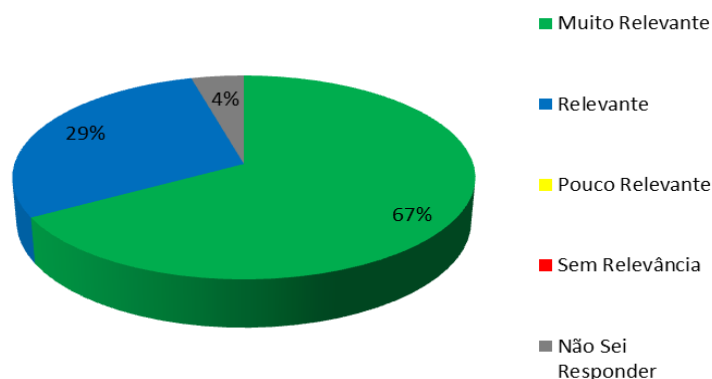
Tabela 13 - Composição das Respostas (Indicador EN22)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	16
Relevante	7
Pouco Relevante	0
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se, em relação a este indicador, o fato de não ter sido categorizado em 'Pouco Relevante' nem 'Sem Relevância'. O mesmo ocorreu com os indicadores EN2, EN21, EN23 e EN26.

Gráfico 15 – Composição das Respostas (Indicador EN22)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, assim como os indicadores EN2, EN21 e EN23 este indicador se encontra dentre os que apresentaram maior somatório 'MR+R', tendo 96% dos respondentes o julgado de significativa relevância, além de não ter obtido marcações 'PR' nem 'SR'.

4.2.14 Indicador EN23

O indicador EN23 relata o derramamento significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis pelo número total de ocorrências e volume.

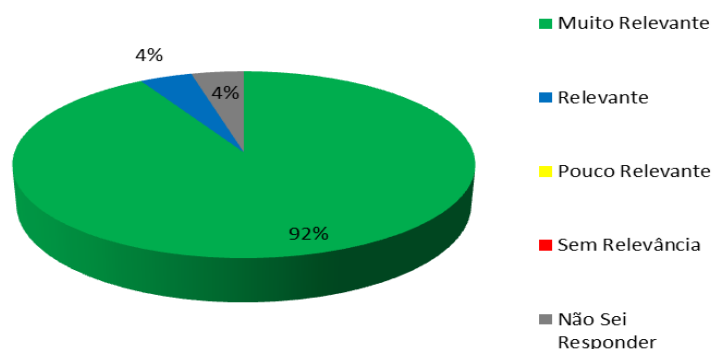
Tabela 14 - Composição das Respostas (Indicador EN23)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	22
Relevante	1
Pouco Relevante	0
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se, em relação a este indicador, o fato de não ter sido apontado como 'Pouco Relevante' nem 'Sem Relevância'. O mesmo ocorreu com os indicadores EN2, EN21, EN22 e EN26.

Gráfico 16 – Composição das Respostas (Indicador EN23)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, assim como os indicadores EN2, EN21 e EN22 este indicador se encontra dentre que apresentaram maior somatório 'MR+R', tendo 96% dos respondentes o considerado de significativa relevância, além de não ter obtido marcações 'PR' nem 'SR'. Além disso, este indicador obteve a maior percentagem de marcações 'Muito Relevante' (92%).

4.2.15 Indicador EN26

O indicador EN26 relata as iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

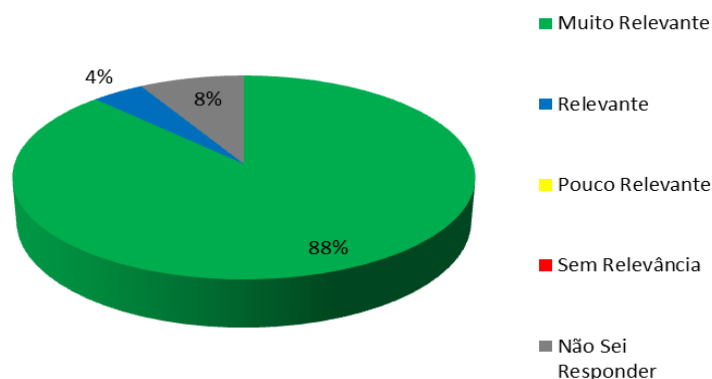
Tabela 15 - Composição das Respostas (Indicador EN26)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	21
Relevante	1
Pouco Relevante	0
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	2
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se o fato de este indicador não ter sido considerado 'Pouco Relevante' nem 'Sem Relevância', assim como os indicadores EN2, EN21, EN22 e EN23. Apesar disso, este indicador foi um dos três únicos em relação aos quais ocorreu de algum outro respondente ter marcado 'Não Sei Responder', além daquele respondente que marcou 'NSR' em todos os indicadores, os outros dois tendo sido o EN11 e o EN28.

Gráfico 17 – Composição das Respostas (Indicador EN26)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes considerou este indicador 'Muito Relevante' e, verifica-se que 92% dos respondentes o julgaram de significativa relevância, assim como os indicadores EN8, EN12, EN16, EN20 e EN27.

4.2.16 Indicador EN27

O indicador EN27 relata a percentagem de produtos e suas embalagens recuperados (por reciclagem ou reutilização de materiais ou componentes, ao fim do seu ciclo de vida) em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.

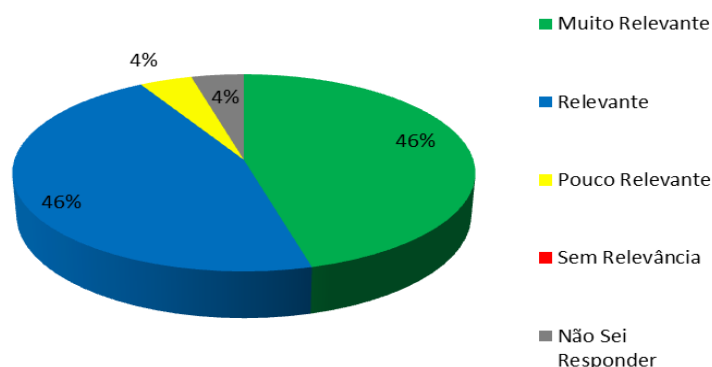
Tabela 16 - Composição das Respostas (Indicador EN27)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	11
Relevante	11
Pouco Relevante	1
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi categorizado por nenhuma das ONGs respondentes como 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17) e foi considerado como 'Pouco Relevante' por apenas uma ONG respondente, assim como os indicadores EN3, EN8, EN11, EN12, EN16 e EN20.

Gráfico 18 – Composição das Respostas (Indicador EN27)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes apontou este indicador como 'Muito Relevante' e, verifica-se que 92% dos respondentes o julgaram de significativa relevância, assim como os indicadores EN8, EN12, EN16, EN20 e EN26.

4.2.17 Indicador EN28

O indicador EN28 relata os valores monetários de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Tabela 17 - Composição das Respostas (Indicador EN28)

Respostas	Quantidade de Respondentes
Muito Relevante	11
Relevante	9
Pouco Relevante	2
Sem Relevância	0
Não Sei Responder	2
Total	24

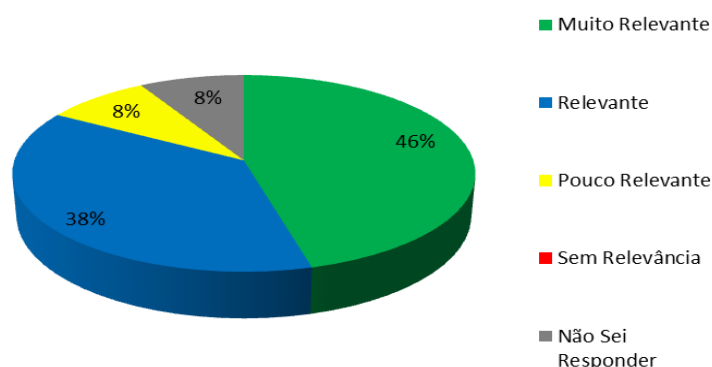
Fonte: Dados da pesquisa.

Este indicador não foi considerado por nenhuma das ONGs respondentes como sendo 'Sem Relevância', assim como a maioria dos indicadores (15 dos 17). Entretanto, observa-se que foi classificado como 'Pouco Relevante' por duas ONGs, assim como os indicadores EN1 e EN19.

Chama a atenção o fato de este indicador ser um dos três únicos em relação aos quais ocorreu de algum outro respondente ter marcado 'Não Sei Responder', além

daquele respondente que marcou 'NSR' em todos os indicadores, os outros dois tendo sido o EN11 e o EN26.

Gráfico 19 – Composição das Respostas (Indicador EN28)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, este indicador se encontra dentre os menos julgados de significativa relevância. Ainda assim, consideradas as marcações 'Muito Relevante' e 'Pouco Relevante', 83% dos respondentes o apontaram como sendo de significativa relevância, assim como o indicador EN17. O indicador que foi menos julgado relevante do que esses dois foi o EN4 (que foi o considerado de menor relevância dentre todos os 17 indicadores).

4.3 ANÁLISE GERAL DAS DISTRIBUIÇÕES DAS RESPOSTAS

A seguir, apresenta-se os principais resultados advindos da análise geral das distribuições das respostas por indicadores e por respondentes, de forma agregada, ressaltando-se padrões de respostas verificados.

4.3.1 Análise da distribuição das respostas por indicadores

Na Tabela 18 constam as distribuições dos resultados da pesquisa, organizados de forma a evidenciar as relações estabelecidas entre as respostas marcadas pelos respondentes, em relação a cada indicador. Logo em seguida, são tecidas considerações acerca da análise geral dessa distribuição dos resultados.

Tabela 18 - Distribuições dos Resultados (INDICADORES x RESPOSTAS)

Distribuições dos Resultados (INDICADORES x RESPOSTAS)													
Quantidade de Respostas Recebidas							Frequências Relativas (%)						
Ind.	MR	R	PR	SR	NSR	Total	Ind.	MR+R	MR	R	PR	SR	NSR
EN1	13	8	2	0	1	24	EN1	88	54	34	8	0	4
EN2	13	10	0	0	1	24	EN2	96	54	42	0	0	4
EN3	15	6	1	1	1	24	EN3	88	63	25	4	4	4
EN4	7	12	3	1	1	24	EN4	79	29	50	13	4	4
EN8	19	3	1	0	1	24	EN8	92	79	13	4	0	4
EN11	15	6	1	0	2	24	EN11	88	63	25	4	0	8
EN12	19	3	1	0	1	24	EN12	92	79	13	4	0	4
EN16	18	4	1	0	1	24	EN16	92	75	17	4	0	4
EN17	11	9	3	0	1	24	EN17	83	46	37	13	0	4
EN19	18	3	2	0	1	24	EN19	88	75	13	8	0	4
EN20	14	8	1	0	1	24	EN20	92	58	34	4	0	4
EN21	16	7	0	0	1	24	EN21	96	67	29	0	0	4
EN22	16	7	0	0	1	24	EN22	96	67	29	0	0	4
EN23	22	1	0	0	1	24	EN23	96	92	4	0	0	4
EN26	21	1	0	0	2	24	EN26	92	88	4	0	0	8
EN27	11	11	1	0	1	24	EN27	92	46	46	4	0	4
EN28	11	9	2	0	2	24	EN28	83	46	38	8	0	8
Total	259	108	19	2	20	408	Média	90,0	63,5	26,5	4,6	0,5	4,9

Fonte: Dados da pesquisa.

a) Ocorrências de Respostas 'Não Sei Responder' (NSR)

A marcação da opção 'Não Sei Responder' levanta um questionamento acerca da razão pela qual houve dificuldade de compreensão dos indicadores por parte de respondentes. Somente um respondente teve o comportamento de retornar o questionário com todas as marcações 'Não Sei Responder', conforme esclarecido no item 4.1. Além das respostas 'NSR' advindas desta ONG, os indicadores EN11, EN26 e EN28 receberam, cada um, mais uma resposta 'NSR'. Estas marcações representam 4,9% do total.

b) Ocorrências de respostas 'Sem Relevância' (SR)

Somente os indicadores EN3 e EN4 foram avaliados como 'Sem Relevância', por um mesmo respondente que, como será visto adiante, foi a respondente considerada menos crédula em relação aos indicadores. Estes indicadores estão relacionados à

evidenciação, por parte das organizações, do seu consumo de energia. Essas duas marcações 'SR' representam 0,5% do total.

c) Ocorrências de respostas 'Pouco Relevante' (PR)

A avaliação 'Pouco Relevante' foi dada a 12 dos 17 indicadores, em termos pouco significativos. Os indicadores EN4 e EN17 receberam três respostas 'PR' cada, o que representou 13% das respostas a cada um destes indicadores; os indicadores EN1, EN19 e EN28 receberam duas respostas 'PR' cada, o que representou 8% das respostas a cada um destes indicadores; os indicadores EN3, EN8, EN11, EN12, EN16, EN20 e EN27 receberam somente uma resposta 'PR', o que representou 4% das respostas referentes a cada um destes indicadores. Essas marcações 'PR' representam 4,6% do total.

d) Ocorrências de respostas 'Muito Relevante' (MR) e 'Relevante' (R)

Todos os 17 indicadores ambientais considerados essenciais pela GRI foram apontados como de significativa relevância (assim considerados os que foram avaliados como 'Muito Relevante' ou 'Relevante'), por pelo menos 79% dos respondentes, tendo os indicadores EN2, EN21, EN22 e EN23 se destacado, ao serem considerados de significativa relevância por 96% dos respondentes, e sem terem recebido nenhuma resposta 'Pouco Relevante' nem 'Sem Relevância'.

Individualmente, as marcações 'Muito Relevante' representam 63,5% do total (ou seja, a maioria) e as 'Relevante', 26,5%. Somadas, elas se destacam ao representar 90% do total de marcações.

Ressalta-se ainda que o indicador EN23, além de apresentar um perfil de relevância significativa (MR+R) apontado por 96% dos respondentes, foi considerado 'Muito Relevante' (individualmente) por 92% dos respondentes, sendo o indicador considerado mais importante.

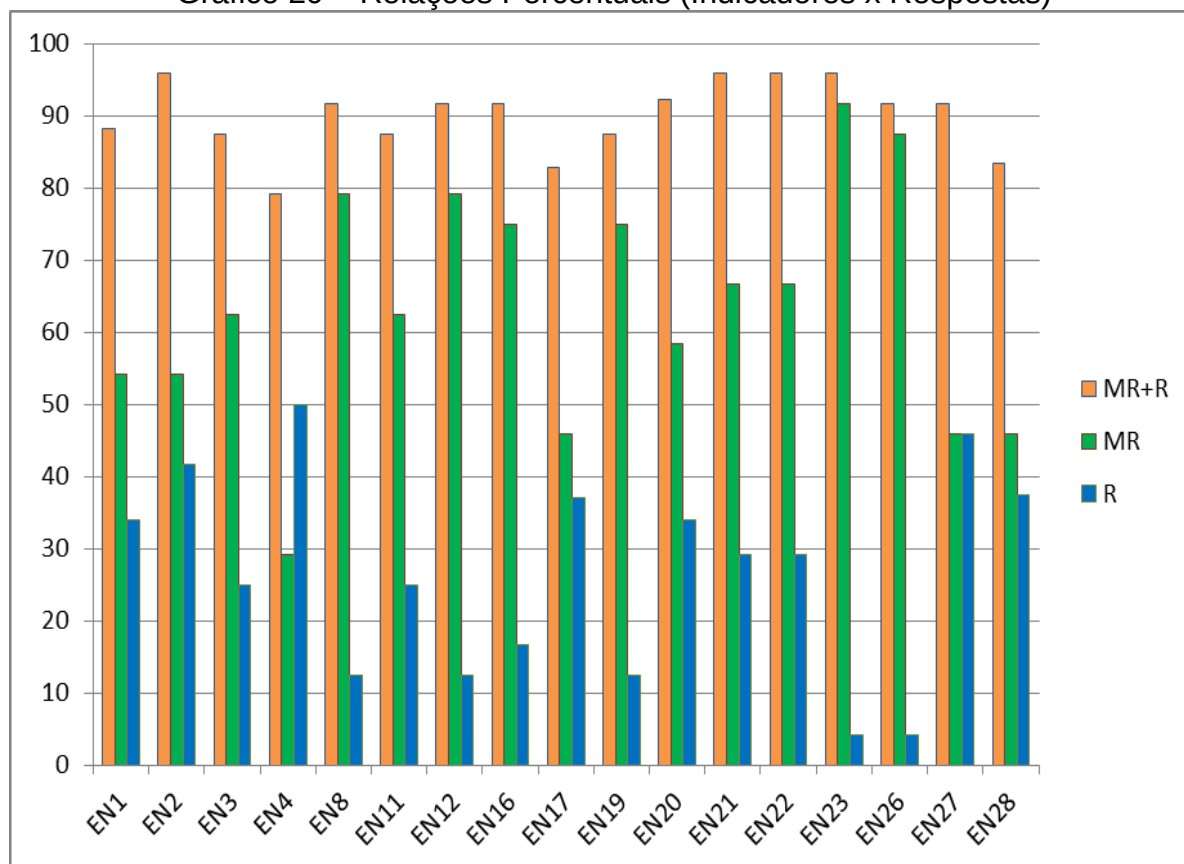
Em 13 dos 17 indicadores essenciais, a maioria dos respondentes classificou-os como 'Muito Relevante'. Isto só não ocorreu em relação aos indicadores EN4, EN17, EN27 e EN28. E, em seis indicadores – EN8, EN16, EN19, EN23 e EN26 – a classificação como 'Muito Relevante' foi dada por pelo menos 75% das organizações.

Nota-se que três dos quatro indicadores que receberam o maior percentual de indicações como de relevância significativa – vide Tabela 18 – estão associados a externalidades da atividade econômica – incluindo o indicador EN23, aquele que apresentou o maior percentual de classificação como ‘Muito Relevante’ pelas ONGs respondentes (atingindo um percentual de 92% em ‘MR’). Este resultado vai ao encontro da preocupação demonstrada em algumas pesquisas com a utilização dos relatórios de sustentabilidade como instrumentos de gerenciamento de imagem (MONEVAL; ARCHEL; CORREA, 2006; SILVA; LINS, 2009; VILLIERS; STADEN, 2006).

e) Resultado geral da análise da distribuição das respostas por indicador

O gráfico a seguir objetiva possibilitar uma visualização das relações percentuais de respostas por indicadores, de todos os indicadores, conjuntamente.

Gráfico 20 – Relações Percentuais (Indicadores x Respostas)



Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, a totalidade dos indicadores ambientais considerados essenciais pela GRI foram apontados como de significativa relevância, pela maioria das ONGs

respondentes, conforme pode ser visualizado no Gráfico 20, o que demonstra que a terceira versão do modelo GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade, no que diz respeito aos indicadores ambientais apontados por essa ONG internacional como essenciais, vai ao encontro da percepção de relevância demonstrada pelas ONGs capixabas que fazem parte da amostra desta pesquisa, em relação às informações abordadas, para fins de redução da agressividade ao meio ambiente. Adicionalmente, essa constatação converge para a visão de Boff (2011) de universalidade de valores inerente ao seu conceito de ética.

No quadro a seguir, os indicadores essenciais foram ordenados conforme frequência decrescente de classificações pelos respondentes como ‘Muito Relevante’ e, sucessivamente, ‘Relevante’, ‘Pouco Relevante’, ‘Sem Relevância’ e ‘Não Sei Responder’.

Quadro 5 – Indicadores x Frequência de Respostas Atribuídas

Indicador	MR (%)	R (%)	PR (%)	SR (%)	NSR (%)
EN23	92	4	0	0	4
EN26	88	4	0	0	8
EN8	79	13	4	0	4
EN12	79	13	4	0	4
EN16	75	17	4	0	4
EN19	75	13	8	0	4
EN21	67	29	0	0	4
EN22	67	29	0	0	4
EN11	63	25	4	0	8
EN3	63	25	4	4	4
EN20	58	34	4	0	4
EN2	54	42	0	0	4
EN1	54	34	8	0	4
EN27	46	46	4	0	4
EN28	46	38	8	0	8
EN17	46	37	13	0	4
EN4	29	50	13	4	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar o Quadro 5, chamam a atenção os indicadores EN23 e EN26, por terem sido os indicadores que obtiveram maiores percentagens de classificação como ‘Muito Relevante’ dentre os 17 indicadores. Além disso, percebe-se também que uma maior concentração de respostas em ‘Muito Relevante’, se comparada às

outras categorias de respostas. Também vale observar que estes indicadores não foram indicados como ‘Sem Relevância’ nem ‘Pouco Relevante’. O indicador EN23 reporta o número e volume total de derramamentos significativos e o EN26, as iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

Os indicadores EN27, EN28, EN17 e EN4, como já exposto, foram os únicos que não obtiveram maioria de classificações ‘Muito Relevantes’. Apesar disso, o EN27 foi, todavia, considerado como de significativa relevância por 92% dos respondentes, visto que as respostas ‘Muito Relevante’ e ‘Relevante’ apresentaram frequências uniformes. Já os indicadores EN4, EN17 e EN28 obtiveram os menores somatórios de classificações de significativa relevância, sendo de 79% para o EN4 e 83% para os indicadores EN17 e EN28.

Os somatórios referentes às respostas ‘Muito Relevante’ e ‘Relevante’ podem ser verificados no Quadro 6, a seguir, onde os aspectos e informações específicas relacionados a cada um dos indicadores estudados podem ser verificados, sendo apresentadas as frequências relativas somadas ‘MR+R’ (significativa relevância) de cada um.

Quadro 6 – Percentagens de relevância significativa por informações ambientais

Ind.	Aspecto Materiais	MR+R (%)
EN1	Materiais usados por peso ou volume.	88%
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	96%
Ind.	Aspecto Energia	MR+R (%)
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	88%
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	79%
Ind.	Aspecto Água	MR+R (%)
EN8	Total de retirada de água por fonte.	92%
Ind.	Aspecto Biodiversidade	MR+R (%)
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	88%
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	92%

Ind.	Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos	MR+R (%)
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	92%
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	83%
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	88%
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	92%
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	96%
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	96%
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	96%
Ind.	Aspecto Produtos e Serviços	MR+R (%)
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	92%
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	92%
Ind.	Aspecto Conformidade	MR+R (%)
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	83%

Fonte: Elaboração própria, com base em GRI (2006a), adicionados dados da pesquisa.

Decorrente da análise do perfil de relevância atribuído pelo segmento da sociedade interessado na redução da agressividade das atividades humanas ao meio ambiente, atuante no Espírito Santo, sintetizado no Quadro 6, algumas considerações podem ser registradas:

- i) Em relação à gestão de materiais, percebe-se uma maior importância atribuída pelos respondentes à reciclagem;
- ii) Na gestão energética, o consumo de energia indireta se mostra percebida como menos relevante que o consumo de energia direta;
- iii) Todas as informações relacionadas à gestão de recursos hídricos estão dentre as apontadas como mais significativamente relevantes, sobretudo no que diz respeito à poluição desses recursos;
- iv) Informações sobre as externalidades das atividades organizacionais foram consideradas mais importantes que as informações meramente relativas a dados

sobre localização e extensão de áreas protegidas e de alto índice de biodiversidade, e de valores de multas e total de sanções decorrentes da não-conformidade com a legislação ambiental;

v) A totalidade dos respondentes julgou significativamente importantes as iniciativas para mitigar os impactos de produtos e serviços, sendo necessário apresentar a extensão de sua redução. Igualmente, constata-se também a preocupação em relação à gestão de resíduos, referente à demonstração de esforços relacionados à logística reversa;

vi) Preocupações não uniformes foram constatadas em relação às emissões de gases de efeito estufa e de gases destruidores da camada de ozônio. Os indicadores EN16 e EN20 estão relacionados, respectivamente, a emissões de gases de efeito estufa e emissões de óxido de enxofre (SOx) e óxido de nitrogênio (NOx), e o indicador EN19, às emissões de gases destruidores da camada de ozônio. Uma vez que tanto o efeito estufa como os óxidos SOx e NOx têm significativa influência no aquecimento global, verifica-se que os respondentes demonstraram maior preocupação com tal temática, em geral, auferindo maior importância aos indicadores EN16 e EN20. Supõe-se que isso seja devido à maior atenção que vem sendo dada, na atualidade, ao problema do aquecimento global.

vii) A alta percentagem de classificação como de relevância significativa dos indicadores EN21, EN22 e EN23, que estão associados a externalidades da atividade econômica, indica, por parte dos respondentes, uma preocupação com a geração de um relatório que reflita aspectos positivos e negativos da organização, em consonância com o preconizado pela GRI (2006a).

Em relação à menor importância dada ao indicador EN16 que ao EN17, estando ambos relacionados a emissões de gases de efeito estufa, faz-se necessário observar sua descrição, para supor uma possível razão para este fato. O EN16 relata o 'total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso', enquanto o EN17 relata 'outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso'. Analisando-se, pois, ambas informações, é possível que os respondentes considerem que as informações relatadas pelo indicador EN16 sejam mais abrangentes ou que sejam, frequentemente, mais significativas (a exemplo do

juízo dado em relação aos indicadores EN3 e EN4, relacionados ao consumo de energia direta e indireta).

É possível também um entendimento de que isso sugere uma necessidade de melhor descrição desses indicadores, para que se distingam com maior clareza, e sejam mais compreensíveis ao usuário, uma vez que seria plausível o usuário supor, por exemplo, que as informações relativas ao indicador EN17 poderiam ser incluídas no EN16, ou ainda, que as informações dos indicadores EN4 e EN17, com maior frequência, seriam menos significativas que as dos indicadores EN3 e EN16.

Em suma, os resultados apontam que os indicadores que se destacaram em importância atribuída pelas ONGs da amostra se relacionam à gestão de recursos hídricos e de emissões, efluentes, resíduos e à reciclagem.

A preocupação com a gestão de recursos hídricos e de emissões, efluentes e resíduos pode ser motivada por dois fatores: além de o estado do Espírito Santo ser litorâneo, conta com significativas bacias hidrográficas, sendo marcante a atuação das ONGs capixabas na mobilização por sua preservação; e é também marcante no estado a atividade de mineradoras e indústria petrolífera. Em relação à reciclagem, ressalta-se que a abordagem de tal temática tem tido um perceptível aumento contínuo, na mídia local.

Variações nas atribuições de relevância aos indicadores podem ocorrer, dentre outras possibilidades, devido à potencial influência da atuação específica de cada ONG, que motivaria a consideração dos indicadores que se relacionem às suas atividades como de superior relevância em relação aos demais. Por outro lado, não foi significativa essa variação, e tendo a maioria dos indicadores sido considerada de significativa relevância, ficou evidenciado também que, independente da atuação específica da ONG, as informações abrangidas pelos indicadores essenciais da GRI são consideradas relevantes.

4.3.2 Análise da distribuição das respostas por respondentes

É importante observar o comportamento dos respondentes, ao julgarem os indicadores quando do preenchimento do questionário de pesquisa, a fim de

identificar situações específicas que sejam de interesse para compreensão dos resultados obtidos nesta pesquisa, uma vez que o conhecimento de tais comportamentos complementam a visão geral dos resultados, refletindo como cada respondente os influenciou.

Para tanto, na Tabela 19 (a seguir), apresenta-se as respostas atribuídas por cada ONG, a cada indicador ambiental essencial da terceira versão do modelo de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*.

Tabela 19 – Resultados (INDICADORES X RESPONDENTES)

Resultados (INDICADORES x RESPONDENTES)																								
Ind. / ONG	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
EN1	MR	PR	R	R	MR	R	MR	R	PR	MR	MR	MR	NSR	MR	R	R	R	MR	MR	MR	MR	R	MR	MR
EN2	R	MR	MR	MR	R	MR	R	MR	R	R	R	R	NSR	MR	MR	R	R	MR	MR	MR	MR	MR	MR	R
EN3	MR	R	MR	R	MR	MR	MR	R	SR	R	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	R	MR	R	MR	MR	MR	MR	PR
EN4	R	R	R	R	PR	R	R	R	SR	MR	MR	R	NSR	MR	R	PR	R	R	MR	MR	R	MR	MR	PR
EN8	MR	R	MR	R	MR	MR	MR	MR	MR	R	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	PR
EN11	R	R	PR	MR	MR	MR	MR	R	R	R	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	R	MR	NSR
EN12	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	R	R	R	MR	MR	MR	MR	MR	PR
EN16	MR	MR	MR	R	MR	MR	MR	MR	R	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	R	MR	PR	MR	R	MR	MR	MR
EN17	MR	R	MR	R	R	R	MR	R	PR	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	R	R	R	PR	MR	PR	MR	MR	R
EN19	MR	MR	R	PR	MR	R	MR	MR	PR	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	R	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR
EN20	MR	R	R	R	MR	R	MR	MR	PR	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	R	R	MR	MR	R	MR	MR	R
EN21	MR	R	MR	MR	R	R	MR	MR	R	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	R	R	MR	MR	MR	MR	MR	MR	R
EN22	MR	R	MR	R	R	R	MR	R	MR	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	R	MR	MR	MR	MR	MR	MR	R
EN23	R	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	NSR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR
EN26	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	NSR	R	MR	NSR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR	MR
EN27	MR	PR	MR	MR	R	R	R	MR	R	MR	MR	R	NSR	MR	MR	R	R	R	R	R	MR	MR	R	MR
EN28	MR	R	MR	R	MR	R	MR	NSR	PR	R	R	R	NSR	MR	R	MR	MR	MR	MR	R	MR	MR	R	PR

Fonte: Dados da pesquisa.

Em função dessa distribuição das respostas das ONGs respondentes, a Tabela 20 (a seguir) apresenta os somatórios de cada tipo de resposta, bem como os somatórios das respostas ‘MR’ e ‘R’, e também, as respectivas percentagens de frequência relativa. As ONGs respondentes estão numericamente representadas, em sequência que segue critério cronológico de resposta, portanto, não vinculada com a listagem das ONGs respondentes que consta no item 4.1, que está em ordem alfabética.

Tabela 20 - Distribuições dos Resultados (RESPOSTAS x RESPONDENTES)

Resultados (Perfil RESPOSTAS x RESPONDENTES)																								
R./ONG	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
MR	13	6	12	7	11	8	14	10	5	11	14	13	0	17	14	10	5	12	13	15	13	15	15	6
R	4	9	4	9	5	9	3	6	5	5	3	4	0	0	3	6	12	5	2	2	3	2	2	5
PR	0	2	1	1	1	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0	5
SR	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NSR	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
MR+R(%)	100	88	94	94	94	100	100	94	59	94	100	100	0	100	100	94	100	100	88	100	94	100	100	65
MR (%)	76	35	71	41	65	47	82	59	29,4	65	82	76	0	100	82	59	29	71	76	88	76	88	88	35,2
R (%)	24	53	23	53	29	53	18	35	29,4	29	18	24	0	0	18	35	71	29	12	12	18	12	12	29,4
PR (%)	0	12	6	6	6	0	0	0	29,4	0	0	0	0	0	0	6	0	0	12	0	6	0	0	29,4
SR (%)	0	0	0	0	0	0	0	0	11,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NSR (%)	0	0	0	0	0	0	6	0	6	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que a ONG14 pode ser considerada a ‘mais crédula’, por ter julgado todos os indicadores como fundamentais (100% MR), ou seja, marcou a opção mais elevada de relevância, ‘Muito Relevante’, em todos os 17 indicadores.

Julgaram a totalidade dos indicadores como de relevância significativa (MR+R=100%) a ONG01, ONG06, ONG07, ONG11, ONG12, ONG14 (100%MR), ONG15, ONG17, ONG18, ONG20, ONG22 e ON23, ou seja, 12 das 24 ONGs respondentes, o que corresponde a 50% da amostra.

Exceto por duas ONGs (ONG09 e ONG24), todas as demais ONGs apresentaram frequência relativa somada ‘MR+R’ igual ou superior a 88%. E, 17 das 24 respondentes consideraram a maioria dos indicadores como ‘Muito Relevante’.

A ONG09 e a ONG24 são caracterizadas como sendo as que avaliaram mais indicadores como ‘Pouco Relevante’. A ONG09, além disso, foi a única que apresentou marcações ‘Sem Relevância’, tendo estas sido em relação aos indicadores EN3 e EN4 (vide Tabela 19), relacionados a evidenciações sobre o consumo de energia por parte das organizações relatoras. Por tais fatos, a ONG09 foi considerada a mais cética (ou menos crédula) da amostra,

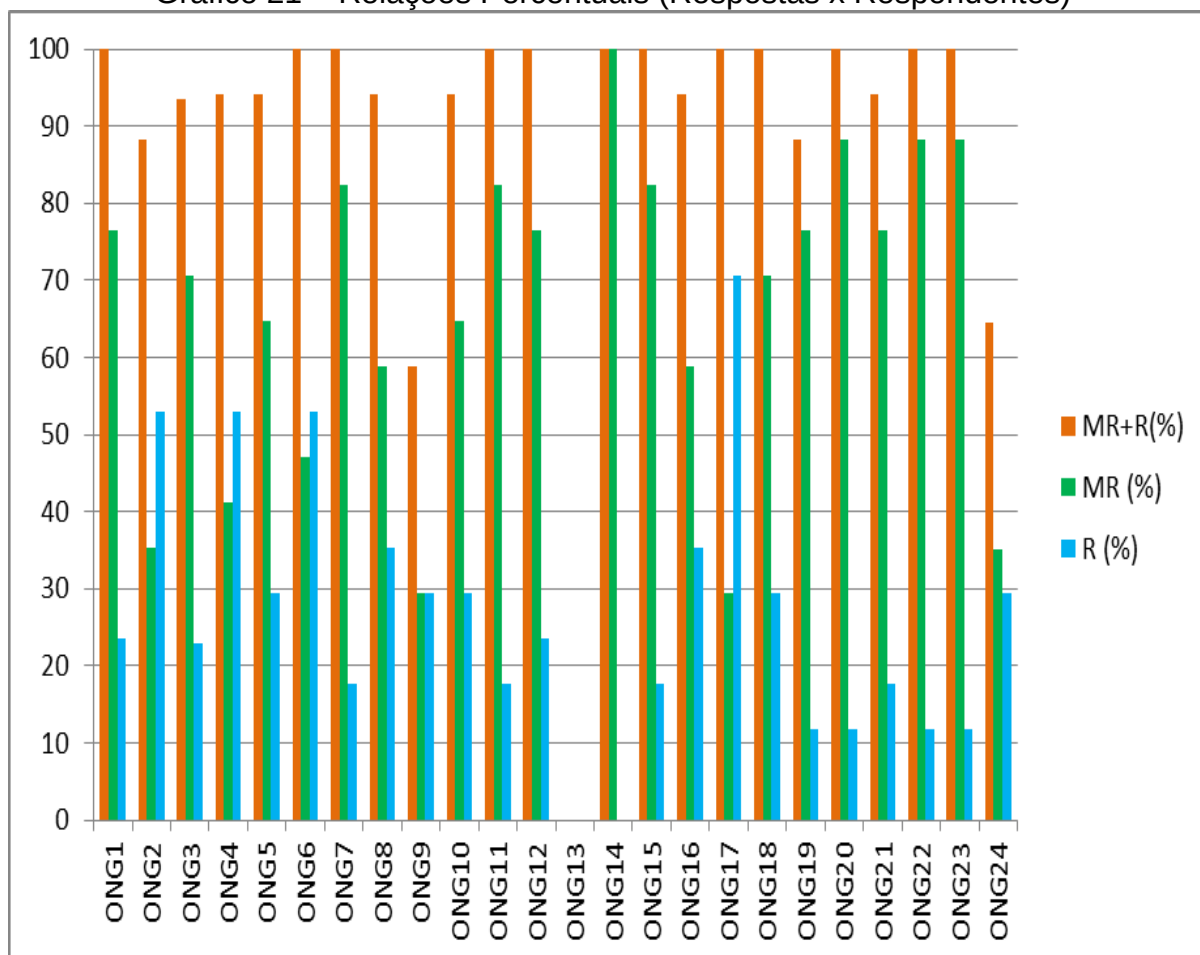
Considera-se o termo ‘menos crédula’ como melhor aplicável à ONG09, pois,

mesmo apresentando a menor percentagem de marcações significativas ‘MR+R’, a maior ocorrência de ‘PR’, e únicas ocorrências de ‘SR’, ainda assim, tem 59% de ‘MR+R’. Então, até mesmo a ONG menos crédula da amostra considerou a maioria dos indicadores como de significativa relevância.

Uma resposta ‘Não Sei Responder’ foi marcada pelas ONGs identificadas como ONG8, ONG10 e ONG24, bem como em todos os indicadores pela ONG13.

Portanto, em suma, exceto pela ONG13 (todas as marcações ‘NSR’), a totalidade das demais ONGs considerou a maioria dos indicadores como de relevância significativa, como se pode verificar, a seguir, no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Relações Percentuais (Respostas x Respondentes)



Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, ordenou-se as ONGs de acordo com os perfis de respostas apresentados pelos respondentes, como feito com os indicadores, conforme frequência decrescente de classificações ‘Muito Relevante’ e, sucessivamente, ‘Relevante’, ‘Pouco Relevante’, ‘Sem Relevância’ e ‘Não Sei Responder’.

Quadro 7 – ONGs x Frequência de Respostas Atribuídas

ONG	MR (%)	R (%)	PR (%)	SR (%)	NSR (%)
ONG14	100	0	0	0	0
ONG20	88	12	0	0	0
ONG22	88	12	0	0	0
ONG23	88	12	0	0	0
ONG07	82	18	0	0	0
ONG11	82	18	0	0	0
ONG15	82	18	0	0	0
ONG01	76	24	0	0	0
ONG12	76	24	0	0	0
ONG21	76	18	6	0	0
ONG19	76	12	12	0	0
ONG18	71	29	0	0	0
ONG03	71	23	6	0	0
ONG10	65	29	0	0	6
ONG05	65	29	6	0	0
ONG08	59	35	0	0	6
ONG16	59	35	6	0	0
ONG06	47	53	0	0	0
ONG04	41	53	6	0	0
ONG02	35	53	12	0	0
ONG17	29	71	0	0	0
ONG24	35,2	29,4	29,4	0	6
ONG09	29,4	29,4	29,4	11,8	0
ONG13	0	0	0	0	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, verifica-se que as duas únicas respostas ‘Sem Relevância’ foram marcadas por uma mesma ONG, que justamente foi a considerada ‘menos crédula’ (ONG09). Além disso, a ONG09 e a ONG24, em conjunto, foram responsáveis por quase 60% das marcações ‘Pouco Relevante’ em relação aos indicadores estudados. Assim, as ONGs ONG24 e ONG09 são consideradas as ‘menos crédulas’ e, junto com a ONG13 (que marcou ‘NSR’ em todos os indicadores), representam 12,5% da amostra.

4.4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

No questionário de pesquisa, na questão 19 (opcional), foi aberta a possibilidade de manifestações quaisquer de interesse dos respondentes. A grande maioria a deixou em branco, não desejando fornecer informações adicionais por escrito. Todavia, algumas fizeram comentários diretamente à pesquisadora, em relação às seguintes informações: dificuldades de compreensão dos indicadores, desconhecimento dos relatórios de sustentabilidade ou, em especial, do modelo GRI e interesse em conhecê-lo.

Oito das vinte e quatro ONGs respondentes manifestaram interesse em conhecer mais sobre a GRI e seus indicadores ambientais. Uma delas fez um comentário formal, na questão 19, que é apresentado a seguir:

“Há alguns anos atrás tomamos conhecimento do GRI e nos interessamos em conhecer melhor a metodologia, inclusive buscando uma capacitação. Esse nosso interesse é em virtude de não termos, aqui no Espírito Santo, um referencial claro e eficaz para comparar os relatórios de empresas como Vale, Samarco, Fibria entre outras.

Após participarmos do Fórum Mundial de Águas que aconteceu em março, na cidade de Marseille/França e já programarmos nossa participação na Rio+20, estamos formatando um novo projeto intitulado Águas Capixabas, onde pretendemos criar um grande pacto da sociedade para a questão ambiental no ES.

Entendemos haver necessidade de um espaço alternativo para discutir esse tema com a sociedade civil, pois o Governo do ES atua com sérios vícios administrativos, jurídicos e operacionais que travam uma discussão mais democrática, pois seus principais atores estão comprometidos com o setor empresarial de tal forma, que outros segmentos são subestimados no processo.

Assim sendo, gostaríamos de conhecer melhor o GRI e estamos à disposição para aprofundarmos neste trabalho.”

Outra ONG manifestou julgar interessante que, se possível fosse, a pesquisa fosse apresentada em um dos eventos no estado em que se discutam questões ambientais, contando com a participação de ONGs, podendo a pesquisa ser incluída na pauta para apresentação do modelo GRI e explicações mais aprofundadas sobre seus indicadores ambientais.

Uma ONG atuante na área de reciclagem informou que teve bastante dificuldade para preencher o questionário, não tendo conseguido compreender muito bem os indicadores, e chegou a questionar se deveria possuir algum tipo de conhecimento prévio para respondê-lo. Duas outras ONGs também comentaram que tiveram

dúvidas em relação a alguns indicadores, em especial o EN17 e o EN4, que foram justamente os que obtiveram as marcações de menor relevância, se comparados aos demais. Também informalmente (não registrando por escrito na questão 19 do questionário), duas ONGs comentaram ter buscado o site da GRI para melhor conhecer os indicadores, antes de responder ao questionário.

Por último, informa-se que participaram da pesquisa duas das três ONGs contatadas que, conforme exposto na metodologia, não mantêm, atualmente, sede formal no estado, mas constam nos cadastrados consultados. Ambas informaram ser plenamente atuantes no Espírito Santo, e uma delas esclareceu que: “temos muita atuação e parcerias no Estado, mas oficialmente estamos sediados em Aimorés/MG” - cidade limítrofe. Sua manifestação foi: gostaríamos “de ter uma sede no Estado do Espírito Santo, como já a tivemos num passado recente, mas as crises nos fizeram recuar momentaneamente”. Esta mesma ONG comentou ser “sempre um prazer contribuir com ações que se desenvolvem no sentido do Desenvolvimento Sustentável, com todas as suas dimensões possíveis”, razão pela qual optou por participar da pesquisa, e informou que até então desconhecia os indicadores ambientais do Modelo GRI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a percepção por parte de organizações não governamentais (sem fins lucrativos) ambientalistas atuantes no estado do Espírito Santo, acerca da relevância dos indicadores ambientais considerados essenciais na terceira versão do modelo de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, tendo-se identificado que estes requerem informações relacionadas a temáticas bastante discutidas na sociedade contemporânea, quais sejam: renovabilidade de recursos (por exemplo: uso de fontes renováveis de energia e adequado gerenciamento de recursos hídricos), adequada gestão de resíduos e efluentes, incentivo à reciclagem, diminuição do aquecimento global e gestão das externalidades sobre a biodiversidade e conformidade com a legislação ambiental.

Na revisão bibliográfica, apresentou-se uma contextualização da preocupação humana com meio ambiente e qualidade de vida, bem como o desenvolvimento histórico de movimentos sociais em busca de redução dos impactos negativos da atuação humana no ambiente. Foram também apresentadas diferentes vertentes que buscam explicar o desenvolvimento crescente da chamada Responsabilidade Social das organizações, abrangendo discussões teóricas de diversos campos disciplinares, como sociais, jurídicas, econômicas, políticas e organizacionais.

Até este ponto, apresentadas algumas das diversas visões que permeiam os assuntos levantados pela chamada Responsabilidade Social/Socioambiental, foi possível apontar duas situações importantes que contextualizam o problema desta pesquisa: a) por razões diversas, organizações passaram a adotar práticas de Gestão Ambiental, buscar Certificações e meios de evidenciação, como divulgações de *Marketing*, dentre outros; b) por razões diversas, indivíduos e organizações têm demandado informações a respeito do desempenho socioambiental organizacional.

Nesse contexto, foi apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução da contabilidade e da evidenciação de aspectos sociais e ambientais, e do desenvolvimento de relatórios que contivessem tais aspectos do desempenho organizacional, no sentido de fornecer informações aos mais diversos interessados externos e, também, uma transparência no sentido de se poder comparar as informações relatadas com as divulgadas por outros meios de comunicação da

organização, como propagandas comerciais.

Independente dos diversos pontos de vista em relação às possíveis razões de atitudes ou comportamentos de organizações reladoras e de interessados em informações contidas em relatórios de sustentabilidade, pôde-se verificar a existência de esforços diversos por parte, por exemplo, de estudiosos/acadêmicos e de organizações diversas, no sentido de garantir meios de averiguar a coerência entre o que é divulgado e o que é praticado, assim como a qualidade desses relatórios, sua adequabilidade à expectativa social.

E, neste sentido, constatou-se que tanto os instrumentos de evidenciação socioambiental carecem de contínua melhoria como, na prática, muitas vezes sua utilização por organizações também apresentam problemas se contrastada com o que preconizam as teorias e os modelos adotados. Ora os modelos não dão conta de atender plenamente às necessidades de organizações reladoras e de usuários das informações organizacionais divulgadas, ora organizações carecem de coerência entre seus discursos e práticas, ou de fazer um uso pleno e comprometido dos meios disponíveis para evidenciação de seu desempenho socioambiental.

Nesse contexto, foi possível apontar a importância dos relatórios de sustentabilidade como ferramenta de evidenciação socioambiental e, também, o desenvolvimento de iniciativas no intuito de melhorá-los continuamente. Por esta razão e, no intuito de contextualizar o surgimento da *Global Reporting Initiative* e justificar a escolha desse Modelo para este estudo, foram revisados os problemas apontados por estudiosos em relação a relatórios de sustentabilidade, as contribuições do modelo GRI e, adicionalmente, os desafios apontados por estudiosos em relação a este Modelo.

As principais críticas levantadas na revisão bibliográfica, elencando pontos que estariam prejudicando a utilidade de relatórios de sustentabilidade foram: falta de consenso sobre periodicidade, estrutura e elementos dos relatórios; abrangência limitada; falta de evidenciação de externalidades negativas; dificuldades de comparabilidade entre relatórios e; não obrigatoriedade de apresentação e de auditoria externa. A fim de amenizar estes problemas, o Modelo GRI contribui com: padronização internacional; processo participativo (*multistakeholder*) de desenvolvimento de indicadores; inovação propondo os 'Níveis de Aplicação' (C, B,

A) e 'plus' (C+, B+, A+) para verificação externa e; determinação de princípios para assegurar a qualidade do relatório (equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza, confiabilidade). Assim, verificou-se que o Modelo GRI é amplamente apontado como sendo o que atualmente provê melhor solução em termos de comparabilidade, abrangência, periodicidade e transparência, com menor viés para *marketing*.

Em relação aos problemas encontrados na utilização do modelo GRI, verificou-se que o principal problema está nas divergências entre o que o modelo preconiza e o que tem sido efetivamente divulgado por organizações que adotaram o modelo. As principais divergências apontadas na bibliografia revisada foram:

- Reputação do Modelo GRI *versus* Aderência parcial ao Modelo;
- Necessidade de evolução (ou no mínimo manutenção) do nível de aplicação, ao longo do tempo;
- Ocorrências de relatórios 'A+' sem atendimento real do nível de evidenciação proposto;
- Não semelhança no nível de aderência aos indicadores entre relatoras, por exemplo, de mesmos setores econômicos, e entre relatoras com classificações de nível de aplicação semelhantes;
- Falta de obrigatoriedade e padronização nos procedimentos de verificação/auditoria externa independente;
- Necessidade de aumento gradativo da participação dos mais diversos interessados no processo de revisão das versões da GRI;
- Importância da adoção de modelos participativos para o desenvolvimento dos relatórios de cada relatora, para determinar, por exemplo, a abrangência e o nível de detalhamento das informações, demandadas pelos usuários.

Tendo em vista que a crescente participação das partes interessadas (usuários atuais ou potenciais) se mostra um importante fator para o desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade organizacionais, no sentido de possibilitar apreensão

de informações acerca de suas demandas de informação, ficou demonstrada a relevância da presente pesquisa.

Em relação à fundamentação do problema proposto, verificou-se ainda que a utilidade dos relatórios de sustentabilidade, pelo segmento da sociedade interessado na redução da agressividade da atividade humana ao meio ambiente, depende do conhecimento da existência do instrumento, e da compreensão dos indicadores ambientais. Porém, nada disso se justifica se este usuário (atual ou potencial) não julgar relevantes as informações ambientais ali contidas. Por isso, considera-se que a escolha metodológica encontrou respaldo na fundamentação teórica acompanhada da revisão bibliográfica.

Outra consideração que julga-se relevante destacar, em relação a este trabalho e que encontra respaldo na revisão de bibliografia diz respeito à escolha dos participantes, dos respondentes ao questionário de pesquisa. Assim como uma empresa pode discursar assumir determinado posicionamento socialmente considerado como 'ambientalmente correto' e suas práticas contrariarem o alegado, assim também pode ocorrer com outras partes, como investidores e consumidores, por exemplo. No último caso, isso poderia ser verificado em relação a um indivíduo que, na posição de consumidor, alegue considerar importante uma série de questões relacionadas à responsabilidade social das organizações, porém, em contrapartida, seu comportamento de compra aparentemente destoe do discurso, ao comprar um determinado produto de elevado impacto ambiental (porém mais barato) em detrimento de outro de menor impacto e mais caro (supondo que conheça ambos impactos).

Dentre outras informações, as de caráter ambiental podem ser consideradas mais ou menos importantes, no processo decisório, cabendo a cada usuário a decisão de utilizá-la ou não e, tendo conhecimento dela, atribuir-lhe maior ou menor importância em sua decisão. Frisa-se, portanto, ser de extrema relevância que informações de caráter ambiental suficientes e com qualidade estejam disponíveis, além de serem conhecidas e compreensíveis aos usuários.

As diversas informações disponíveis às pessoas e às organizações (afinal, pessoas), serão ponderadas por seus usuários de forma nem sempre previsível,

nem mesmo para a própria pessoa. São considerados muitos fatores internos e externos, situacionais, relacionados às crenças pessoais, aos costumes locais e adotados pelo indivíduo, à sua aderência a posicionamentos, e inúmeras motivações, nem sempre racionais e facilmente explicáveis, nas diversas tomadas de decisão. Isso faz com que pressupostos de plena racionalidade assumida em muitas teorias econômicas, organizacionais, por exemplo, limitem seu poder explicativo face essas relações sociais.

Importa que, no caso em que organizações decidem por divulgar voluntariamente determinadas informações acerca de seu desempenho ambiental, por exemplo, estas assumem publicamente um risco de serem questionadas a prestá-las, minimamente, verdadeiras, além de se expor ao julgamento ético/moral/jurídico na sociedade. Como visto na revisão, são comuns divergências entre discurso e prática, bem como vieses no uso dessas divulgações para gerenciamento da imagem organizacional. Todavia, uma vez evidenciadas, estas podem interferir de forma negativa em sua imagem perante a sociedade.

Apesar de o discurso ‘ambientalmente correto’ poder ser verificado por parte de qualquer indivíduo, no caso da presente pesquisa, não se julgou coerente questionar se os respondentes tenderiam a apresentar respostas socialmente consideradas como ‘ambientalmente corretas’ (como tender a valorizar todos os indicadores, declarando-os relevantes pelo simples fato de abordarem informações ambientais). Isso porque, visto que os respondentes representam um segmento organizado da sociedade comprometido com a redução do impacto da atividade humana no meio ambiente, através de atividades sem fins lucrativos, pressupõe-se que, ao menos em sua maioria, e em relação a esta temática, estes mantêm coerência entre ideologias discursadas e prática; e, ao participarem da pesquisa, se comprometeram a se dedicar no que tange a seguir as orientações fornecidas no instrumento de coleta de dados (questionário).

O questionário de pesquisa foi efetivamente enviado a 52 ONGs ambientalistas atuantes no estado do Espírito Santo, tendo sido obtidas 24 respostas. O perfil dos representantes das ONGs respondentes, responsáveis pelo preenchimento do questionário, foi: a) em termos de cargo, mais caracteristicamente, os de Presidente, Vice-Presidente e Diretores; b) o tempo de atuação na ONG variou de 3 meses a 28

anos, sendo que a maioria dos respondentes está vinculada à respectiva ONG há pelo menos 6 anos e sendo o tempo médio de 8 anos.

Da análise das distribuições de respostas, verificou-se que: 91,66% dos respondentes consideraram pelo menos 88% dos indicadores como de significativa relevância, assim consideradas as marcações 'Muito Relevante' (MR) e/ou 'Relevante' (R), sendo que 50% desses julgaram a totalidade dos indicadores como de significativa relevância e um respondente considerou todos os indicadores como 'Muito Relevante'.

No total, a frequência relativa de considerações como de significativa relevância foi de 90% (63,5% em 'Muito Relevante' e 26,5% em 'Relevante'), contra 4,6% 'Pouco Relevante', 4,9% 'Não Sei Responder' e apenas 0,5% 'Sem Relevância'.

Os dois únicos julgamentos 'Sem Relevância' foram marcados pela ONG09, em relação aos indicadores EN3 e EN4 (relacionados ao consumo de energia). Esta ONG foi considerada a menos crédula e, juntamente com a ONG24, foram responsáveis por 60% das marcações 'Pouco Relevante'.

Em suma, os resultados apontam que os indicadores que se destacaram em importância atribuída pelas ONGs da amostra foram os que se relacionam à gestão de recursos hídricos e de emissões, efluentes e resíduos, e à reciclagem.

A preocupação com a gestão de recursos hídricos e de emissões, efluentes e resíduos pode ser motivada por dois fatores: além de o estado do Espírito Santo ser litorâneo, conta com significativas bacias hidrográficas, sendo marcante a atuação das ONGs capixabas na mobilização por sua preservação; e é também notória a atividade de siderúrgicas, mineradoras e petrolíferas no estado. Em relação à reciclagem, é perceptível um contínuo aumento da abordagem de tal temática, na mídia local.

Vale ressaltar que as variações na relevância atribuída, entre indicadores, foram pequenas. Desta forma, em relação à evidenciação de desempenho ambiental organizacional, apesar de perceptível uma relevância ligeiramente superior atribuída aos indicadores que tratam destas temáticas citadas, os respondentes corroboram com o posicionamento da GRI em relação à importância das informações requeridas

por todos os indicadores ambientais considerados essenciais, de forma bastante expressiva, independente da sua atuação específica.

Em relação a respostas ‘Não Sei Responder’ (NSR), o comportamento de uma ONG se destacou ao não conseguir formar opinião acerca de todos os indicadores, não os tendo claramente compreendido nem relacionado à atuação da sua ONG. Ocorreram outras três marcações ‘NSR’, em diferentes indicadores (EN11, EN26 e EN28), por diferentes ONGs (ONG08, ONG10 e ONG24). E, conforme exposto no item 4.4, outras dificuldades de compreensão dos indicadores foram manifestadas pelas respondentes, em especial em relação aos indicadores EN17 e o EN4, que foram justamente os que obtiveram as marcações de menor relevância, se comparados aos demais.

Em relação às dificuldades de compreensão manifestadas por respondentes (apresentadas no item 4.4) e, à luz do comportamento da ONG13 (que não soube responder sobre a relevância de nenhum dos 17 indicadores), é possível levantar alguns questionamentos acerca da razão pela qual houve tal dificuldade e o que isso poderia revelar, nesta pesquisa.

Por um lado, a baixa manifestação formal de dificuldades de compreensão não permite inferir uma necessidade de melhoria na clareza dos indicadores, para que se tornem mais compreensíveis aos usuários. Mas, por outro lado, dadas as manifestações de algumas ONGs, é possível que uma parcela dos respondentes tenha encontrado dificuldades em compreender os indicadores apresentados, e recorrido a outros meios de esclarecimento para poder responder ao questionário, a exemplo das duas ONGs que informaram ter buscado o site da GRI para melhor conhecer os indicadores e posteriormente o preencherem.

Vale ressaltar que, informalmente, averiguou-se que foi manifestada maior dificuldade por parte de respondentes com menor grau de escolaridade/instrução ou menor grau de conhecimento específico em relação aos aspectos ambientais abrangidos pelos indicadores, como foi o caso da ONG atuante no segmento de recolhimento de materiais recicláveis e dos voluntários bombeiros (ONG13 – que marcou ‘NSR’ em todos os indicadores). Contrastante, foi percebido que a maior parte dos respondentes apresentava alto grau de instrução e conhecimentos

específicos da área ambiental, a exemplo de dois respondentes doutores em Oceanografia e Ciências Biológicas. Todavia, isso já era esperado, constando inclusive dentre as limitações da pesquisa (item 3.5) e não sendo feitas acepções em relação a este ponto.

A proposta da pesquisa, ao elaborar o questionário de forma que os indicadores fossem apresentados com a maior fidelidade possível ao que é apresentado pela GRI, como visto no Quadro 1, visou colocar o respondente diante das informações expostas da maneira mais próxima à realidade de um relatório de sustentabilidade apresentado por uma empresa relatora. Dessa forma, caso fossem fornecidos maiores detalhamentos, ou quaisquer informações adicionais que não são dadas pelos indicadores em si, o questionário poderia apresentar um viés em relação à sua finalidade.

Portanto, se foi necessário para alguns usuários buscarem outras fontes para compreensão dos indicadores, a fim de conseguirem determinar a importância das informações ambientais neles contidas, pode-se considerar tal ocorrência como: a) um indício de necessidade de melhoria na apresentação dos indicadores ou; b) um indício de necessidade de conhecimento desse instrumento de evidenciação socioambiental, de forma mais aprofundada, por parte desses usuários potenciais, para que possam dele usufruir.

Esta segunda hipótese é corroborada pela ONG respondente que se apresentou como sendo, atualmente, representante das ONGs locais no Fórum Capixaba de ONGs (fórum de discussões diversas envolvendo ONGs, iniciativas privadas e órgãos governamentais). Esta ONG manifestou julgar oportuna uma apresentação formal do modelo GRI às ONGs ambientalistas no Espírito Santo, visto que muitas empresas estão adotando o modelo e opinou que, possivelmente, um avanço nesse sentido seria positivo para o desenvolvimento de relações de transparência entre esse segmento da sociedade e o setor empresarial local. Ainda segundo esta ONG, apesar de interessadas em acompanhar essas divulgações empresariais, e reconhecendo-as como importante ferramenta para controle da atuação empresarial local, as ONGs locais ainda não se apresentam totalmente familiarizadas com os relatórios; aponta ainda uma carência (ou desconhecimento da existência) de

pessoal especializado, localmente disponível, para prestar esclarecimentos sobre o Modelo.

Em suma, analisadas as manifestações das ONGs, mediante comentários fornecidos pelos respondentes, percebeu-se que os relatórios de sustentabilidade são efetivamente de interesse de alguns respondentes, em especial o modelo GRI, o que caracterizou uma demanda de evidenciação do desempenho ambiental empresarial de empresas atuantes no estado capixaba, por parte de ONGs respondentes.

Conforme análise de resultados, verificou-se que todos os indicadores ambientais considerados essenciais pela GRI foram apontados, majoritariamente, como de significativa relevância, pelas ONGs respondentes, para a finalidade de redução da agressividade da atividade humana ao meio ambiente. Tais resultados corroboram com a importância dos indicadores ambientais essenciais da GRI, nos relatórios de sustentabilidade.

Portanto, respeitadas as limitações de representatividade da amostra, conclui-se que, ainda que visando uma padronização mundial, os indicadores ambientais essenciais propostos pela GRI (em sua terceira versão) têm capacidade de atender a anseios do segmento da sociedade interessado na redução da agressividade das atividades humanas ao meio ambiente, atuante no Espírito Santo.

Esta conclusão, que vai ao encontro do pressuposto levantado, é igualmente respaldada na revisão bibliográfica, por estudiosos que defendem que cada vez mais cresce a demanda por informações confiáveis sobre a responsabilidade socioambiental das organizações, sendo apontados os relatórios de sustentabilidade como uma ferramenta potencialmente capaz de atender a tal demanda e, dentre os modelos apresentados, a GRI em especial.

5.1 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A seguir, apresenta-se duas sugestões de pesquisas que surgiram em decorrência da realização desta.

5.1.1 Estudo de processos de interação ‘Organização x Partes Interessadas’ no desenvolvimento de Relatórios de Sustentabilidade

Como cada setor, atividade e empresa têm suas especificidades, no que diz respeito a seus impactos socioambientais, e cada usuário também teria suas singularidades em sua necessidade de informação, seria de extrema importância que meios de comunicação cada vez mais eficazes fossem desenvolvidos a fim de articular a interação entre essas partes e, por consequência, melhorar a qualidade das evidenciações socioambientais.

Entendendo tal realidade, a GRI orienta as organizações que adotam suas diretrizes para que estabeleçam mecanismos de interação com seus *stakeholders*, a fim de identificarem os temas e respectivos indicadores considerados mais relevantes.

Portanto, o processo participativo utilizado na revisão das versões da GRI deve ser igualmente abraçado pelas empresas que se propõem a adotar as diretrizes da GRI, para manterem um canal de comunicação com os usuários dos seus relatórios de sustentabilidade, no intuito de promover uma contínua melhoria da sua evidenciação socioambiental.

Sugere-se, pois, que tais meios de comunicação sejam objeto de futuros estudos, no intuito de avaliar essas práticas de interação entre organizações e partes interessadas, verificando se são efetivamente utilizados, bem como a eficiência e eficácia desses meios participativos de desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade no âmbito organizacional.

5.1.2 Sugestão para outros estudos de percepções de ambientalistas acerca da relevância dos indicadores ambientais da GRI

Esta sugestão se dirige a possíveis pesquisadores interessados em realizar pesquisas semelhantes à presente, o que incentiva-se seja feito em outros estados. Sugere-se uma dupla-aplicação do questionário aos respondentes, sendo uma no primeiro contato com o respondente e outra após apresentação formal do Modelo GRI, e explicações adicionais sobre os indicadores ambientais. Caso viável, poderia ser interessante ampliar o questionário de forma a abranger todos os indicadores,

sem informar ao respondente quais são os essenciais e quais são os adicionais.

Em relação a esta proposta, no que tange a apresentação formal sobre relatórios de sustentabilidade, do Modelo GRI e seus indicadores, sugere-se que seja feita em evento local específico da área ambiental, onde haja *quorum* significativo de representantes de ONGs ambientalistas, e que preferencialmente a pesquisa ocorra como parte do evento e não sendo marcado um evento específico para tanto, a fim de garantir uma maior abrangência de participantes. Os questionários seriam preenchidos, num primeiro momento, na inscrição ou no credenciamento. Posteriormente, após a apresentação do Modelo, e explicações sobre os indicadores (podendo o pesquisador escolher se revelará ou não quais são os adicionais e os essenciais), outro questionário preenchido seria recolhido (portanto, deveria ser entregue antes da apresentação).

Para realização de tal pesquisa, seria necessário contato prévio e entendimento com órgãos de apoio, sobretudo os organizadores/realizadores do evento. Seria também de interesse incluir um item no questionário destinado a identificar se o respondente tinha conhecimentos prévios sobre relatórios de sustentabilidade e, em particular, o modelo GRI. Assim delineada, a pesquisa se caracterizaria como intervencionista, colaborando com a difusão dos relatórios de sustentabilidade e do Modelo GRI, para potenciais usuários que tenham nenhum ou pouco conhecimento sobre estas ferramentas de evidenciação socioambiental.

REFERÊNCIAS

- ACQUIER, Aurélien. RSE et outils de gestion: perspectives pour l'analyse des marchés de l'évaluation extra financière. **Revue de l'Organisation Responsable**, v. 2, p. 5-15, 2007.
- ADAMS, Carol A.; EVANS, Richard. Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. **Journal of Corporate Citizenship**, v.14, p. 97-115, 2004.
- ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALMINO, João. **Naturezas mortas**: a filosofia política do ecologismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.
- ANDRADE, M. A. M. de; GOSLING, M.; XAVIER, W. S.. Por trás do discurso socialmente responsável da siderurgia mineira. **Revista Produção**, v. 20, n. 3, p. 418-428, 2010.
- ASSUMPÇÃO, Luiz F. J.. **Sistemas de Gestão Ambiental**: manual prático para implementação de SGA e certificação ISO 14001. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
- BARTKUS, Barbara; GLASSMAN, Myron. Do firms practice what they preach? The relationship between mission statements and stakeholder management. **Journal of Business Ethics**, v. 83, p. 207-216, 2008.
- BEAVER, William H.; DEMSKI, Joel S.. The nature of financial accounting objectives: a summary and synthesis. **Journal of Accounting Research**, v. 12, p. 170-187, 1974.
- BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Brasília: UnB, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: UnB, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOUTEN, Lies; EVERAERT, Patricia; LIEDEKERKE, Luc Van; MOOR, Lieven de; CHRISTIAENS, Johan. Corporate social responsibility reporting: a comprehensive picture? **Accounting Forum**, v. 35, p. 187-204, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BROWN, Halina S.; JONG, Martin de; LESSIDRENSKA, Teodorina. The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. **Environmental Politics**, v. 18, n. 2, p. 182-200, 2009.
- BROWN, Halina S.; JONG, Martin de; LEVY, David L.. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, p. 571-580, 2009.

CALIXTO, Laura. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras. **UnB Contábil**, v. 10, p. 1-16, 2007.

_____. Responsabilidade Socioambiental: a percepção das ONGs ambientalistas. **Revista Alcance**, v. 17, p. 367-382, 2010.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João P. P. de (Orgs.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAPRON, Michel; QUAIREL, Françoise. Le rapportage “développement durable” entre reddition et communication, entre volontariat et obligation. **Revue de l'Organisation Responsable**, v. 4, p. 19-29, 2009.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARVALHO, Fernanda de M.; SIQUEIRA, José R. M. de. Análise da utilização dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* nos relatórios sociais de empresas latino-americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, p. 14-22, 2007.

CASTRO, Fernanda A. R. de; SIQUEIRA, José R. M. de; KUBRUSLY, Lucia S.. Consumo e Responsabilidade Social: uma análise do comportamento do consumidor na cidade do Rio de Janeiro. **Revista do CCEI**, v. 15, p. 212-230, 2011.

CASTRO, Fernanda A. R. de; SIQUEIRA, José R. M. de; MACEDO, Marcelo A. S.. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, da *Global Reporting Initiative*, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. **Revista de Informação Contábil**, v. 4, p. 83-102, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHO, Charles H.; PATTEN, Dennis M.. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, p. 639-647, 2007.

CLARKSON, Peter M; LI, Yue; RICHARDSON, Gordon D.; VASVARI, Florin P.. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, p. 303-327, 2008.

CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Brundtland (Gro Harlem Brundtland). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Tradução de *Our common future*. 1. ed. 1988. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COOPER, Stuart M.; OWEN, David L.. Corporate social reporting and stakeholder accountability: the missing link. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, p. 649-667, 2007.

CORMIER, D.; GORDON, I. M.; MAGMAN, M.. Corporate environmental disclosure: contrasting management's perceptions with reality. **Journal of Business Ethics**, v. 49, n. 2, p. 143-165, 2004.

COSTA, Patrícia de S.; SOUZA, Simone D. de. Análise empírica da evolução dos indicadores do Balanço Social no período de 2000 a 2004: o caso da Petrobrás. 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. **Anais Eletrônicos**. São Paulo: 2006.

COSTA, Rodrigo S. da; MARION, José C.. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 43, p. 20-33, 2007.

COWE, Roger. Transparency issue can be easily clouded reporting: countries are introducing requirements for listed companies to cover a variety of issues in their reports. **Financial Times**, London, p. 6, 29 nov. 2004.

CUNHA, Jacqueline V. A. da; RIBEIRO, Maísa de S.. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo de caso nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.

DANASTAS, Lauren; GADENNE, David. Social and environmental NGOs as users of corporate social disclosure. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 08, p. 85-102, 2006.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da utilização de indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) nos relatórios sociais em empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____; SIQUEIRA, José R. M. de; ROSSI, M. Z. G.. Balanço Social: a utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em empresas brasileiras. XXX ENANPAD. **Anais eletrônicos**. Salvador, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ESTEVES, Fernanda V. P. M.. **Global Reporting Initiative: uma análise da percepção de relevância dos indicadores essenciais ambientais por organizações não governamentais (ONGs) atuantes da área de meio ambiente**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ETHOS – Instituto Ethos. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. 2011a. Disponível em <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp>. Acesso em outubro de 2011.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial - Guia**. 2011b. Disponível em <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/IndicadoresEthos_2011_PORT.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

_____. **Indicadores - Versão Intermediária para Aplicação Piloto**. 2011c. Disponível em <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/VersaoIntermediariaparaAplicacao_Piloto.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012.

_____. **Terceira Geração dos Indicadores Ethos**. 2011d. Disponível em <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/3G/>. Acesso em fevereiro de 2012.

FARNETI, Federica; GUTHRIE, James. Sustainability reporting by australian public sector organisations: why they report. **Accounting Forum**, v. 33, p. 89-98, 2009.

FERNANDES, Ângela. **A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas**. Manaus: INTERCOM, 2000.

FERNANDES, Fernanda da S.; SIQUEIRA, José R. M. da; GOMES, Mônica Z.. A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. **Revista do BNDES**, v. 34, p. 101-131, 2010.

FERREIRA, Aracéli C. de S.. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____; SIQUEIRA, José R. M. de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GASPARINO, Marcela Fernandes; RIBEIRO, Maísa de Souza. Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 102-115, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade – Versão 3.0, 2006**. 2006a. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em outubro de 2011.

_____. **Níveis de Aplicação da GRI – Versão 3.0, 2006**. 2006b. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Application-Levels.pdf>>. Acesso em outubro de 2011.

_____. **Apresentação Institucional**. 2012. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em janeiro de 2012.

GROSBOIS, Danuta de. Corporate social responsibility reporting by the global hotel industry: commitment, initiatives and performance. **International Journal of Hospitality Management**, p. 1-10, ed. nov. 2011.

GUTHRIE, James; CUGANESAN, Suresh; WARD, Leanne. Industry specific social and environmental reporting: the australian food and beverage industry. **Accounting Forum**, v. 32, p. 1-15, 2008.

HACKNER, Lina. **Sustainable Indicators: a case study of stakeholder perceptions and expectations on environmental sustainability reporting at Riksborgen, a Swedish cooperative real estate company**. Dissertação (Mestrado) - Stockholm University, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDAS, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB - International Accounting Standards Board. Exposure draft of "An improved Conceptual Framework for Financial Reporting: the objective of financial reporting and qualitative characteristics and constraints of decision-useful financial reporting information. **Discussion Paper**, 2008. Disponível em < http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/464C50D6-00FD-4BE7-A6FF-1BEAD353CD97/0/conceptual_framework_exposure_draft.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Publique seu balanço social**. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em outubro de 2011.

_____. **O futuro do balanço social**. Disponível em <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1931>>. Acesso em 05 de outubro de 2011.

IGALENS, Jacques. Comment évaluer les rapports de développement durable?. **Revue Française de Gestion**, v. 30, n. 152, p. 151-166, 2004.

ISO - **International Organization for Standardization**. Disponível em: <<http://www.iso.org/>>. Acesso em 05 de outubro de 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KPMG. **Énergie et ressources naturelles: la stratégie de communication financière des grands groupes du secteur de l'énergie**. 2006. Trad.: Energia e recursos naturais: a estratégia de comunicação financeira dos grandes grupos do setor elétrico. Disponível em <<http://www.rsenews.com/public/dossiers/Etudes/Kpmg-Energie-CommFinanciere 0107.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LASTÓRIA, Luiz A. C. N.. Ethos without ethics: the critical perspective of T.W. Adorno and M. Horkheimer. **Educação & Sociedade**, v.22, n. 76, 2001.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N.. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do

Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2009.

MAPAS PARA COLORIR. *Website* com disponibilização de mapas diversos, para uso livre no meio acadêmico sem fins lucrativos, desde que citado como fonte. <<http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-espirito-santo.php>>. Acesso em outubro de 2012.

MARTINS, Eliseu; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antonio C. A.. **Teoria geral da administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MILNE, Markus J.; GRAY, Rob. Future prospects for corporate sustainability reporting. *In*: UNERMAN, J.; BEBBINGTON, J.; O'DWYER, B. (orgs.). **Sustainability Accounting and Accountability**. Oxon: Routledge, p. 184-207, 2007.

MONEVA, José M.; ARCHEL, Pablo; CORREA, Carmen. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. **Accounting Forum**, v. 30, n. 2, p. 121-137, 2006.

MOREIRA, Maria Suely. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental (modelo ISO 14000)**. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2006.

MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. G.. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MUSSOI, Alex; BELLEN, Hans Michael Van. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 55-78, 2010.

NASCIMENTO, V. M.; PEREIRA, V. L. D. do V.; SILVA, S. L. da; BELLEN, H. M. Van. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios de empresas do setor bancário brasileiro. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais Eletrônicos**. São Paulo, 2011.

ORSE. **Analyse comparative d'indicateurs de développement durable**. (trad.: análise comparativa de indicadores de desenvolvimento sustentável). Relatório de estudo realizado pelo Observatório sobre a Responsabilidade Social Empresarial (ORSE), à pedido do Ministério Francês da Economia, das Finanças e da Indústria, outubro 2003. Disponível em <<http://www.industrie.gouv.fr/pdf/devdurable1.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

ORTAS, Eduardo; MONEVA, José M.. Origins and development of sustainability reporting: analysis of the latin american context. **Revista Globalização, Competitividade e Governabilidade**, v. 5, n. 2, p. 16-37, 2011.

PAIVA, Paulo R.. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PENTEADO, Isabela A. de M.; AQUINO, Carlos B. de. A divulgação voluntária de indicadores de desempenho econômicos, ambientais e sociais no setor de papel e celulose no Brasil. XIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA. **Anais Eletrônicos**. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Dayane B.; SILVA, Raimundo N. S.. Análise da utilização dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 3, n. 2, 2008.

PLOT, Emmanuelle. Proposition d'un cadre d'analyse de la qualité de l'information environnementale diffusée dans les rapports annuels. Colloque IPEA "Primeiras Jornadas Internacionais de Pesquisa em Gestão do Morbihan" (trad.) – Governança, Informação Contábil e Financeira. **Anais Eletrônicos**. Université de Bretagne-Sud, 2009. Disponível em <<http://www.iae.univ-poitiers.fr/afc09/PDF/p88.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2011.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIVIÈRE-GIORDANO, Géraldine. Comment crédibiliser le reporting sociétal? **Revue Comptabilité, Contrôle et Audit**, v. 13, n. 2, p. 127-147, 2007.

QUAIREL, Françoise. Responsable mais pas comptable: analyse de la normalisation des rapports environnementaux et sociaux. **Comptabilité, Contrôle et Audit**, v. 10, p. 7-36, 2004.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

_____. **Modelos de homem e teoria administrativa**: a ascensão do homem parentético. (original) Public Administration Review, v. 32. n. 3, p. 241-246, 1972. 2001. Versão traduzida e publicada no **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-PR**: Paraná, n. 3, dez. 2001. Disponível em: <http://www.facape.br/controladoria/1/Modelo_de_homem_e_de_administracao.doc> Acesso em 10 de outubro de 2011.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RESENDE, Marcio de A.; SIQUEIRA, José R. M. de. Relatórios sociais: a relevância da mensuração e da evidenciação do impacto socioambiental das organizações na formação do contador português. II CSEAR South America. **Anais Eletrônicos**. Ribeirão Preto, 2011.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEDERNEIRAS, Marcleide; LOPES, Jorge (Org.). **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Máisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSA, F. S. da; VOSS, B.; LUNKES, R. J.; SOLER, C. C.. Global Reporting Initiative: survey em empresas de energia elétrica dos Estados Unidos, do Brasil e da Espanha no período de 1999 a 2010. II CSEAR South America. **Anais Eletrônicos**. Ribeirão Preto, 2011.

SÁ, A. Lopes de. **História geral e das doutrinas de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SAIDA, Dammak. Contribution on the analysis of the environmental disclosure: a comparative study of American and European multinationals. **Social Responsibility Journal**, v. 5, n. 1, p. 83–93. 2009.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Marcia C.; SIQUEIRA, José R. M. de; FERNANDES, F. S.. Indicadores essenciais do GRI: análise da evolução do grau de aderência plena e de evidenciação efetiva no período de 2003 a 2005. XII SEMEAD. **Anais Eletrônicos**. São Paulo, 2009.

SILVA, Raimundo N. S. da; LINS, Luiz S.. Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, p. 1-10, 2009.

SIQUEIRA, José R. M. de. **Mensuração e avaliação do impacto social das organizações**: uma análise crítica dos balanços sociais e propostas para um novo modelo. 2003. 273f. Tese de Doutorado – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2003.

_____. Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, José R. M. de; GOMES, M. Z. (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; FERNANDES, F. S.. Balanços Sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 14, p. 18-31, 2009.

_____; MORAIS, M. O.; SILVA, M. C.; SANTOS, R. R.. Demonstração de impacto social: uma contribuição para evidenciação da Responsabilidade Social. **Pensar Contábil**, v. 10, p. 24-32, 2008.

SKOULLOUDIS, Antonis; EVANGELINOS, Konstantinos; KOURMOUSIS, Fotis. Assessing non-financial reports according to the Global Reporting Initiative guidelines: evidence from Greece. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, p. 426-438, 2010.

SOARES, Guido F. S.. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**: a gestão da reputação. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. **Poder, cultura e ética nas organizações**: o desafio das formas de gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

STEURER, Reinhard; KONRAD, Astrid. Business–society relations in Central-Eastern and Western Europe: how those who lead in sustainability reporting bridge the gap in corporate (social) responsibility. **Scandinavian Journal of Management, Corporate Responsibility: Reflections on Context and Consequences**, v. 25, p. 23-36, 2009.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. São Paulo: Atlas, 2009.

TESCHE, Lucas Z.; RIBEIRO, Evandro M. S.. Bancos nacionais e canadenses: uma análise comparativa do nível de divulgação dos relatórios de sustentabilidade baseados na GRI. II CSEAR South America. **Anais Eletrônicos**. Ribeirão Preto, 2011.

TINOCO, João E. P.. **Balanço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006.

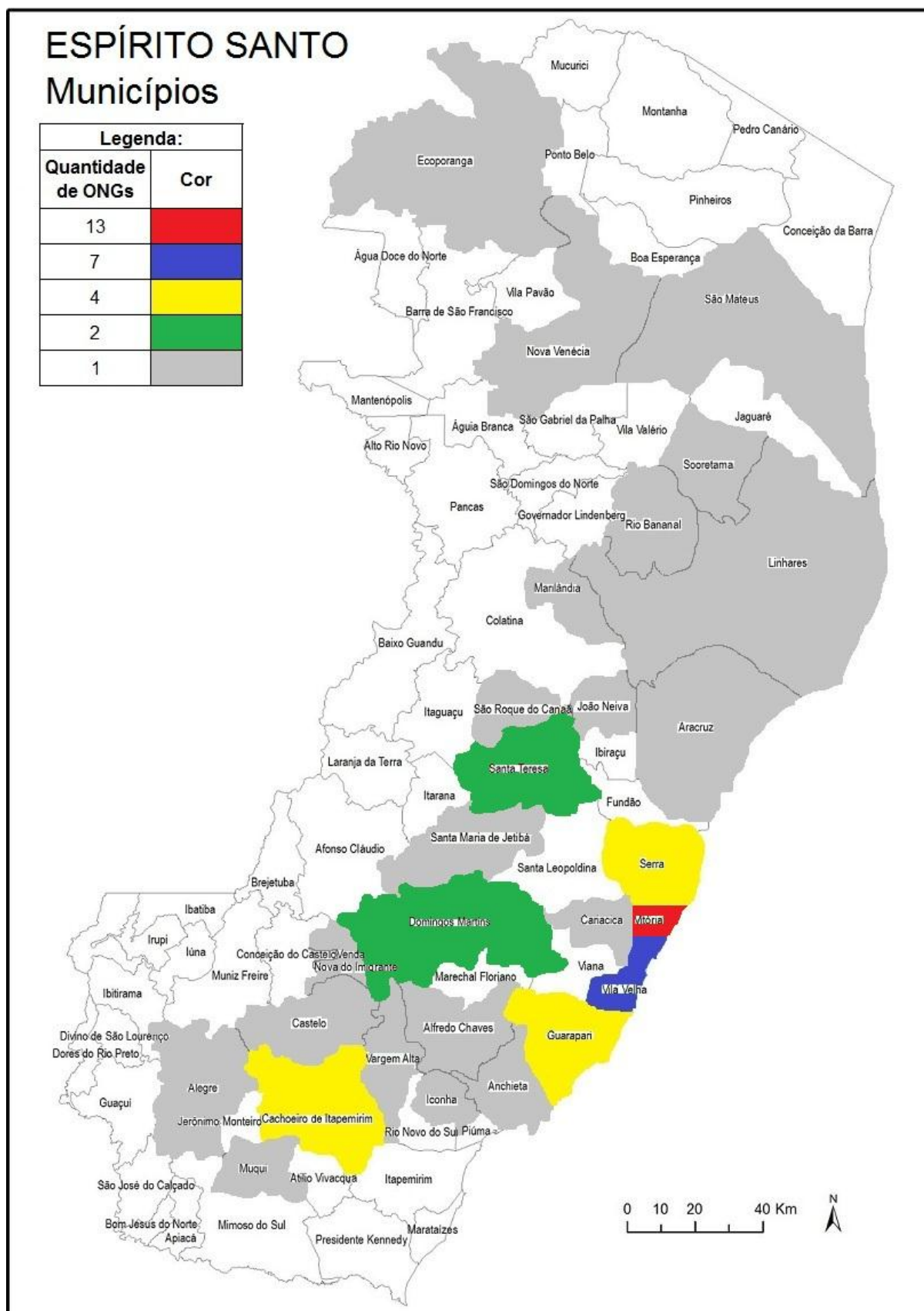
_____; KRAEMER, M. E. P.. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TRÉBUCQ, Stéphane. Une étude de la crédibilité des informations sociétales face à différentes options de reddition des comptes. Congrès de l'AFC - Association Française de Comptabilité - Comptabilités, économie et société. **Anais do Congresso**. Montpellier, France, 2011.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Econômico Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VILLIERS, C. de; STADEN, C. J. Van. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, n. 8, p. 763-781, 2006.

APÊNDICE A – Mapa da distribuição das ONGs ambientalistas no ES



Fonte: Adaptado de Mapas Para Colorir (2012).

APÊNDICE B – Questionário

Prezado Respondente

O Modelo GRI é um relatório de sustentabilidade proposto pela organização não governamental *Global Reporting Initiative* - sediada em Amsterdã, na Holanda – que tem se destacado mundialmente, sendo cada vez mais adotado em todo o mundo.

O objetivo do Modelo GRI é que sejam divulgadas à sociedade, através de indicadores, informações relevantes sobre o impacto social e ambiental das organizações – notadamente as empresas, chamadas neste questionário de ‘organizações relatoras’.

Através deste questionário, queremos saber sua opinião sobre a importância da informação ambiental contida nos indicadores desenvolvidos pela GRI para o segmento da sociedade interessada na redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana.

Cada indicador ambiental da GRI é identificado por um código composto por EN+número (exemplo: EN1, EN2...), e somente 17 deles fazem parte dessa pesquisa. Por essa razão, nas questões de 1 a 17, para facilitar nossa pesquisa, citamos os códigos dos indicadores a que as informações apresentadas fazem referência. Tendo em vista as informações contidas em cada um deles, pedimos que opine sobre seu grau de relevância, segundo as opções a seguir:

Muito Relevante – Esta resposta deve ser dada quando o indicador contiver, segundo sua opinião, informações consideradas como fundamentais para o alcance do objetivo de redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana.

Relevante – Esta resposta deve ser dada quando o indicador contiver, segundo sua opinião, informações consideradas como importantes (mas que não chegam a ser consideradas como fundamentais) para o alcance do objetivo de redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana.

Pouco Relevante – Esta resposta deve ser dada quando o indicador contiver, segundo sua opinião, informações consideradas como de alguma importância para o alcance do objetivo de redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana. Ou seja, a ausência destas informações não traria prejuízos significativos ao alcance do objetivo aqui mencionado.

Sem Relevância – Esta resposta deve ser dada quando o indicador contiver, segundo sua opinião, informações que, se omitidas, não trazem qualquer prejuízo ao objetivo de redução do nível de agressividade ao meio ambiente oriundo da atividade humana.

Não Sei Responder - Não consegui formar opinião sobre a relevância das informações constantes no indicador.

1 – O indicador EN1 identifica os tipos de materiais usados pela organização relatora (exceto água), informando o peso ou o volume. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

2 – O indicador EN2 informa a percentagem de materiais usados que são provenientes de reciclagem. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

3 – O indicador EN3 informa o consumo direto de energia, segmentado pelas fontes de energia primária (discriminando a quantidade para cada uma das fontes renováveis e não renováveis) utilizadas pela organização relatora para suas próprias operações. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

4 – O indicador EN4 reporta o consumo de energia indireta necessário para a transformação e distribuição da energia comprada de fontes externas pela organização relatora, discriminado por fonte primária. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

5 – O indicador EN8 informa o consumo total de água, por fonte, pela organização relatora. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

6 – O indicador EN11 torna pública a localização e o tamanho de terras possuídas, arrendadas ou administradas pela organização relatora, que se encontram dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e zonas de alto índice de biodiversidade fora de áreas protegidas. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

7 – O indicador EN12 descreve os impactos mais significativos das atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em terras com alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

8 – O indicador EN16 relata o total de emissões diretas e indiretas de gases

causadores do efeito estufa, expressos por peso. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

9 – O indicador EN17 relata outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

10 – O indicador EN19 relata as emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

11 – O indicador EN20 relata as emissões de NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, segregadas por tipo e peso. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

12 – O indicador EN21 relata a descarga total de água, por qualidade e destinação. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

13 – O indicador EN22 relata os pesos totais de resíduos gerados, por tipo e método de disposição e destinação (exemplo: recuperação, reciclagem, incineração, etc.). Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

14 – O indicador EN23 relata o derramamento significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis pelo número total de ocorrências e volume. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

15 – O indicador EN26 relata as iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos. Em sua opinião este indicador é:

☐	Muito Relevante	☐	Relevante	☐	Pouco Relevante	☐	Sem Relevância	☐	Não Sei Responder
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	--------------------------	-----------------	--------------------------	----------------	--------------------------	-------------------

